

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

RENATO PEREIRA AURÉLIO

**OS FALARES DA BAHIA E DO ESPÍRITO SANTO:
IMPLICAÇÕES SOB OS ASPECTOS DIALETOLÓGICOS**

VITÓRIA-ES

2012

RENATO PEREIRA AURÉLIO

**OS FALARES DA BAHIA E DO ESPÍRITO SANTO:
IMPLICAÇÕES SOB OS ASPECTOS DIALETOLÓGICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, na área de concentração de Estudos Analítico-descritivos da Linguagem.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Fabiane Cristina Altino.

VITÓRIA-ES

2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Aurélio, Renato Pereira, 1982-
A927f Os falares da Bahia e do Espírito Santo: implicações sob os
aspectos dialetológicos / Renato Pereira Aurélio. – 2012.
132 f. : il.

Orientadora: Lúcia Helena Peyroton da Rocha.
Coorientadora: Fabiane Cristina Altino.
Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Dialetologia. 2. Geografia linguística. 3. Lexicologia. 4.
Língua portuguesa - Português falado – Atlas - Bahia (BA). 5.
Língua portuguesa - Português falado – Atlas - Espírito Santo
(Estado). I. Rocha, Lúcia Helena Peyroton da, 1960-. II Altino,
Cristina Fabiane. III. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 80

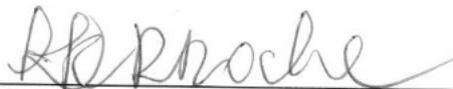
Renato Pereira Aurélio

“Os falares da Bahia e do Espírito Santo: implicações sob os aspectos dialetológicos”

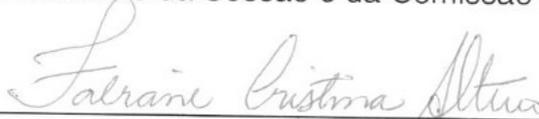
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Aprovado em 28 de agosto de 2012.

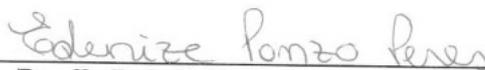
Comissão Examinadora:



Profª. Drª. Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)
Orientadora, Presidente da Sessão e da Comissão Examinadora



Profª. Drª. Fabiane Cristina Altino (UEL)
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora



Profª. Drª. Edenize Ponzó Peres (UFES)
Membro Titular Interno da Comissão Examinadora

Marcos, meu querido irmão (*in memoriam*), sei que agora tu estás junto a Deus e que continuas olhando por nós. Minha gratidão, porém, é maior. Tenho a convicção de que muitas vitórias e livramentos foram conquistados a partir das suas orações. Gostaria, nesse momento, de abraçá-lo e celebrar o sabor dessa conquista. Entretanto, as circunstâncias apenas me conferem lágrimas, palavra e sentimento. Então, é com sentimento, palavras e lágrimas que celebro, tendo a sua memória sempre presente; a lembrança suave e agradável de um homem de fé, humilde e trabalhador; um irmão exemplar para mim. Estou certo de que realizaste muitos planos e que viveste os teus sonhos com coragem, fé e plenitude, sempre com um sorriso no rosto e a força de um vencedor. Aqui, aguardamos e choramos, numa saudade que vai e que volta... Maior que essa saudade, é a certeza de que já estás junto a Deus e de que em breve iremos nos reencontrar, para comemorar e cantar naquele Grande Coral...

A Deus, meu maior inspirador, um agradecimento especial. Tu és o grande responsável por esta vitória e por toda providência que tem se manifestado em minha vida.

À Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - FAPES, pelo apoio financeiro garantido nesta trajetória.

Às Professoras Lúcia Helena, Penha e Edenize, pelas orientações, compreensão e apoio diante dos desafios impostos durante a finalização do curso.

À Professora Fabiane Altino, pelas valiosas orientações e sugestões para o aperfeiçoamento do estudo, bem como, pela disposição em ter aceitado a coorientação deste trabalho.

Ao casal Maria e Joaquim, pelo carinho e acolhimento em sua residência nos momentos em que mais precisei, durante a realização do Mestrado, em Vitória.

Aos meus pais Júlio e Maria Aurélio, pelo amor incondicional e apoio irrestrito durante a realização desse Mestrado.

À minha avó Jovelina (in *memorian*), pelo exemplo de determinação e pela inspiração inicial, quando realizei o processo de seleção.

À minha noiva Valdinéia, pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência, em que necessitei me dedicar ao estudo e ao trabalho.

Uma variedade linguística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos “internos”, quando confrontamos variedades de uma mesma língua, e em termos “externos” pelo prestígio das línguas no plano internacional.

Maurizio Gnerre (1998)

RESUMO

Este estudo, de natureza dialetológica, é realizado no âmbito da Geografia Linguística. Desse modo, é feita uma abordagem sobre a constituição da Dialetologia, com ênfase nos estudos implementados no Brasil, evidenciando-se o período pré-geolinguístico e as quatro fases dos estudos dialetais no país, todos fundamentais para a proposição do Projeto ALiB. O estudo apresenta um panorama sobre os atlas linguísticos brasileiros publicados e em andamento no Brasil, dentre os quais, o Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB) e o Atlas Linguístico do Espírito Santo (ALES), cujas cartas são cotejadas, para verificação das possíveis influências da Bahia sobre o Espírito Santo. Considerando-se que o estudo se baseia na análise das cartas lexicais dos atlas supracitados, bem como, de outros que registram as lexias selecionadas, discute-se um pouco sobre a relação entre léxico e cultura. Há uma breve descrição sobre a constituição do estado do Espírito Santo, seu processo de colonização e povoamento. A hipótese do estudo baseia-se nos postulados de Zágari (2005), que constata a ocorrência do falar baiano ao norte de Minas Gerais e de Rodrigues (2008), que discute sobre a possibilidade de rever a classificação feita por Nascentes (1953) para os dialetos brasileiros, ao verificar a ocorrência de lexias citadas por Rossi (1963) em solo capixaba. Na análise e discussão, são apresentados os resultados do cotejamento oito pares de cartas lexicais adaptadas do APFB (ROSSI, 1963) e do ALES (RODRIGUES, 2008), sendo que cinco pares revelam a ocorrências comuns a outros atlas e três pares caracterizam uma possível influência baiana nos falares capixabas.

Palavras-chave: Dialetologia; Geografia Linguística; APFB; ALES; Léxico.

ABSTRACT

This study consists on a research in the area of dialects conducted within the Linguistic Geography. Thus it is made an approach about the constitution of Dialectology, with emphasis on studies implemented in Brazil, in the period pre-geolinguistic and the four phases of dialect studies in the country, all of them fundamental to the proposition of the Project Alib. The study provides an overview of the Brazilian linguistic atlas published and in progress in Brazil, including the Atlas of Early “Baianos” Speeches (APFB) and the Linguistic Atlas of the Espírito Santo State (ALES), whose letters are compared to check the possible influence of Bahia on the other state. Considering that the study is based on an analysis of the letters of lexical atlas mentioned, as well as others which record the lexias selected, it is also discussed a little about the relationship between lexicon and culture. There is a brief description of the constitution of Espírito Santo State, the process of colonization and settlement. The hypothesis of the study is based on Zagari’s postulates (2005), which notes the occurrence of speeches from Bahia in north of Minas Gerais and Rodrigues (2008), who discusses the possibility of revising the classification made by Nascentes (1953) to the Brazilian dialects, verifying the occurrence of lexias mentioned by Rossi (1963) in Espírito Santo territory. In the analysis and discussion are presented the results of the comparison of eight pairs of lexical letters adapted from APFB (ROSSI, 1963) and ALES (RODRIGUES, 2008), considering that five pairs reveal the common occurrences in other atlas and three pairs characterize a possible “Bahiana” influence in the speech of Espírito Santo natives.

Keywords: Dialectology; Linguistic Geography; APFB; ALES; Lexicon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Divisão das isoglossas delimitadas pelo ALEMIG	20
Figura 2: Limites linguísticos na Renânia que determinam as áreas da mutação consonântica	37
Figura 3: Fluxograma da Terminologia Dialetológica	38
Figura 4: Esquema da dialetologia pluridimensional	49
Figura 5: Divisão dialetal do Brasil	57
Figura 6: Situação dos atlas realizados no Brasil	63
Figura 7: As Capitâneas Hereditárias	79
Figura 8: Rede de Pontos do ALES	90

LISTA DE CARTAS

Carta 1 – Adaptada da Carta nº 62 do APFB – RÓTULA	98
Carta 2 – Adaptada da Carta Experimental nº 57 do ALES – RÓTULA	98
Carta 3 – Adaptada da Carta nº 13 do APFB – MARGEM DE RIO	101
Carta 4 – Adaptada da Carta Experimental nº 07 do ALES – MARGEM DE RIO	101
Carta 5 – Adaptada da Carta nº 125 do APFB – LAGARTIXA	104
Carta 6 – Adaptada da Carta Experimental nº 199 do ALES – LAGARTIXA	104
Carta 7 – Adaptada das Cartas nº 103 a 105 do APFB – AVARENTO	108
Carta 8 – Adaptada da Carta Experimental nº 104 do ALES – AVARENTO	108
Carta 9 – Adaptada da Carta nº 12 do APFB – NEVOEIRO	111
Carta 10 – Adaptada da Carta Experimental nº 17 do ALES – NEVOEIRO	111
Carta 11 – Adaptada da Carta nº 114 do APFB – GALINHA D'ANGOLA	114
Carta 12 – Adaptada da Carta Experimental nº 86 do ALES – GALINHA D'ANGOLA	114
Carta 13 – Adaptada da Carta nº 77 do APFB – CEGO DE UM OLHO	117
Carta 14 – Adaptada da Carta Experimental nº 138 do ALES – CEGO DE UM OLHO ...	117
Carta 15 – Adaptada da Carta nº 113 do APFB – SURO	120
Carta 16 – Adaptada da Carta Experimental nº 88 do ALES – SURO	120

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Frequência – Carta nº 62 – APFB – RÓTULA	99
TABELA 2: Frequência – Carta Experimental nº 57 – ALES – RÓTULA	99
TABELA 3: Frequência – Carta nº 13 – APFB – MARGEM DE RIO	102
TABELA 4: Frequência – Carta Experimental nº 07 – ALES – MARGEM DE RIO	102
TABELA 5: Frequência – Carta nº 125 – APFB – LAGARTIXA	105
TABELA 6: Frequência – Carta Experimental nº 199 – ALES – LAGARTIXA	105
TABELA 7: Frequência – Cartas nº 103 a 105 – APFB – AVARENTO	109
TABELA 8: Frequência – Carta Experimental nº 104 – ALES – AVARENTO	109
TABELA 9: Frequência – Carta nº 12 – APFB – NEVOEIRO	112
TABELA 10: Frequência – Carta Experimental nº 17 – ALES – NEVOEIRO	112
TABELA 11: Frequência – Carta nº 114 – APFB – GALINHA D’ANGOLA	115
TABELA 12: Frequência – Carta Experimental nº 86 – ALES – GALINHA D’ANGOLA	115
TABELA 13: Frequência – Carta nº 77 – APFB – CEGO DE UM OLHO	118
TABELA 14: Frequência – Carta Experimental nº 138 – ALES – CEGO DE UM OLHO .	118
TABELA 15: Frequência – Carta nº 113 – APFB – SURO	121
TABELA 16: Frequência – Carta Experimental nº 88 – ALES – SURO	121

LISTA DE SIGLAS

AFeBG – Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara
ALAC – Atlas Linguístico do Acre
ALAM – Atlas Linguístico do Amazonas
ALECE – Atlas Linguístico do Ceará
ALERS – Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil
ALES – Atlas Linguístico do Espírito Santo
ALESP – Atlas Linguístico do Estado de São Paulo
ALF – Atlas Linguístico da França
ALiB – Atlas Linguístico do Brasil
ALiMA – Atlas Linguístico do Maranhão
ALiMAT – Atlas Linguístico do Mato Grosso
ALiPI – Atlas Linguístico do Piauí
ALiPTG – Atlas Geolinguístico do Litoral Potiguar
ALiRN – Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte
ALiRO – Atlas Linguístico de Rondônia
ALiSon-Rio – Projeto Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Rio de Janeiro
ALiSPA – Atlas Geo-Sociolinguístico do Pará
ALMS – Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul
ALPB – Atlas Linguístico da Paraíba
ALPR – Atlas Linguístico do Paraná
ALS I – Atlas Linguístico de Sergipe
ALS II – Atlas Linguístico de Sergipe II
ALSFS – Atlas Linguístico de São Francisco do Sul
APFB – Atlas Prévio dos Falares Baianos
AR – Atlas Regionais
EALMG – Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais
MicroAFERJ – Projeto Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro
QFF – Questionário Fonético-Fonológico
QL – Questionário Lexical
QMS – Questionário Morfossintático
QSL – Questionário Semântico-Lexical

UEL – Universidade Estadual de Londrina
UFAC – Universidade Federal do Acre
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UnP – Universidade Potiguar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ASPECTOS DA DIALETOLOGIA	23
2.1 CONCEITOS BÁSICOS	23
2.1.1 Dialetoлогия	23
2.1.2 Geografia Linguística	24
2.1.3 Língua	25
2.1.4 Dialeto	25
2.1.5 Falar	26
2.1.6 Isoglossa	27
2.1.7 Atlas Linguístico	28
2.2 BREVE HISTORICO SOBRE A DIALETOLOGIA	28
2.3 DIALETOLOGIA E VARIAÇÃO	32
2.3.1 Contribuições de Georg Wenker	36
2.3.2 Contribuições de Gilliéron e do Atlas Linguístico da França	39
2.3.3 Geografia linguística: alguns apontamentos	43
2.4 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	46
2.4.1 Dialetoлогия Tradicional ou Monodimensional	46
2.4.2 Dialetoлогия Pluridimensional	48
2.5 DIALETOLOGIA, LÉXICO E CULTURA	51
3 CAMINHOS DA DIALETOLOGIA NO BRASIL	55
3.1 O PERÍODO PRÉ-GEOLINGUÍSTICO	55
3.2 AS FASES DOS ESTUDOS DIALETAIS	55
3.2.1 Primeira Fase	55
3.2.2 Segunda Fase	56
3.2.3 Terceira Fase	58
3.2.4 Quarta Fase	59
3.3 PROPOSTA PARA UM ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL – AliB	60
3.4 OS ATLAS LINGUÍSTICOS REGIONAIS – AR	62
3.4.1 Os atlas concluídos e/ou publicados	64

3. 4.1.1 Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)	64
3.4.1.2 Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG)	65
3.4.1.3 Atlas Linguístico da Paraíba (ALPB)	65
3.4.1.4 Atlas Linguístico de Sergipe (ALS I)	66
3.4.1.5 Atlas Linguístico do Paraná (ALPR)	67
3.4.1.6 Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)	68
3.4.1.7. Atlas Linguístico de Sergipe II (ALS II)	69
3.4.1.8 Atlas Geo-Sociolinguístico do Pará (ALiSPA)	69
3.4.1.9 Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM)	70
3.4.1.10 Atlas Linguístico do Ceará (ALECE)	71
3.4.1.11. Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (ALMS).....	71
3.4.2 Atlas em realização	72
3.4.2.1. Atlas Linguístico do Estado de São Paulo (ALESP)	72
3.4.2.2 Atlas Linguístico do Acre (ALAC)	73
3.4.2.3. Atlas Linguístico do Maranhão (ALIMA)	73
3.4.2.4. Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte (ALiRN)	73
3.4.2.5. Atlas Linguístico do Mato Grosso (ALiMAT)	74
3.4.2.6. Atlas Linguístico do Espírito Santo (ALES)	74
3.4.2.7. Atlas Linguístico do Piauí (ALiPI)	74
3.4.2.8 Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara (AFeBG)	75
3.4.2.9 O Projeto Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro (MicroAFERJ)	75
3.4.2.10 Atlas Geolinguístico do Litoral Potiguar (ALiPTG)	76
3.4.2.11 O Projeto Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Rio de Janeiro (ALiSon-Rio)	76
4 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	78
4.1 A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E O SISTEMA DE CAPITANIAS	78
4.2 VASCO COUTINHO E A CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO	81
4.3 O CONTATO COM OS NATIVOS	82
4.4 ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA	84
4.5 MIGRAÇÕES NO TERRITÓRIO CAPIXABA	86
5 METODOLOGIAS	88

5.1 METODOLOGIA DO ALES	88
5.1.1 Rede de pontos	88
5.1.2 Os questionários	91
5.1.3 Os informantes	91
5.1.4 As entrevistas	92
5.1.5 Transcrições e cartografia	92
5.2 METODOLOGIA DESTA DISSERTAÇÃO	93
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO	96
6.1 CARTAS COM OCORRÊNCIAS COMUNS A OUTROS ATLAS	96
6.1.1 Rótula do joelho	96
6.1.2 Margem de rio	100
6.1.3 Lagartixa	103
6.1.4 Avarento	106
6.1.5 Nevoeiro	110
6.3 CARTAS EM QUE SE CONFIGURA A INFLUÊNCIA	113
6.2.1 Galinha d'angola	113
6.2.2 Cego de um olho	116
6.2.3 Suro	119
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
8 REFERÊNCIAS	126

1 INTRODUÇÃO

A variação e o dinamismo são características básicas de todas as línguas. Comprovam-se tais processos, dentre outras formas, através da análise do léxico, que constitui patrimônio histórico e cultural de um povo. Afinal, o falante é o agente que a modifica e também “determina essa variedade de formas, às vezes previstas, da antiga para a mais atual, é o uso ou vida particular de cada item lingüístico somado às variáveis sociais de cada falante” (SANTIAGO-ALMEIDA, 2007, p. 137).

Através da disciplina Dialetoлогия, aliada à Geolinguística, que é o seu método, torna-se possível identificar especificidades linguísticas e culturais bastante relevantes para registro, resgate e preservação da identidade cultural dos habitantes de uma região eventualmente escolhida para o estudo. Desse modo, pode-se, por exemplo, traçar isoglossas que marcam as diversas regiões linguísticas do país, favorecendo a implementação de práticas metodológicas que reconheçam e valorizem a realidade linguística das localidades e, conseqüentemente, tragam novos parâmetros para o ensino/aprendizagem de língua materna nas escolas.

A língua utilizada por um grupo pode lhe permitir entrar em comunicação com as outras comunidades que utilizam a mesma língua, propiciando, pois, a interação. As diferenças dialetais no Brasil são menos geográficas que socioculturais, de modo que pode haver mais divergências em um mesmo lugar, entre dois vizinhos, sendo um deles culto e o outro analfabeto (variação diastrática), que entre dois brasileiros com o mesmo nível cultural, mas que residam em regiões diferentes (variação diatópica).

A dialetologia brasileira será, assim, menos horizontal que vertical. Há, desse ponto de vista, uma série de níveis no “brasileiro”: no ápice, a língua das pessoas cultas (com gradações entre o registro oficial estrito e um registro familiar livre); depois, a língua vulgar das camadas urbanas gradativamente menos instruídas, e, finalmente, os falares regionais e rurais (TEYSSIER, 2001, p. 98).

Com efeito, a partir da década de 1950, quando Silva Neto começou a discutir sobre a necessidade de se criar uma “mentalidade dialetológica” no país, através da realização de atlas regionais, e Antenor Nascentes publicou as Bases para a

elaboração do *Atlas Linguístico do Brasil* (1958-1961), as dificuldades de tal empresa já eram conhecidas. Ambos os estudiosos comungavam a ideia de que o primeiro passo para a concretização deste objetivo consistia na constituição dos atlas regionais.

Motivados pelo interesse e dedicação de Antenor Nascente e Silva Neto, desde então, muitos pesquisadores têm realizado estudos em nível estadual ou regional, levantando dados que apontam para a diversidade linguística do Brasil, levando-se em consideração parâmetros metodológicos da Dialectologia tradicional ou pluridimensional, bem como, as contribuições de campos de estudo auxiliares, tais como a lexicologia e a lexicografia.

O Espírito Santo é um estado que apresenta população com características étnicas bastante diversificadas. Conforme os dados obtidos nesse estudo, observa-se que, dentre os grupos que ali se estabeleceram, encontravam-se italianos, alemães, pomeranos, holandeses, tirolezes e suíços, além de libaneses, árabes e gregos. No que diz respeito à migração interna, houve predominância de mineiros, baianos e fluminenses.

Estas informações, por sua vez, tornam-se relevantes para os estudos relacionados aos aspectos linguísticos do estado, com vistas à verificação das possíveis influências destes processos nos *falares* capixabas. Neste caso específico, investiga-se a influência da Bahia, de modo que a Dialectologia é aqui tomada como possibilidade para o aprofundamento em torno desta questão, com o objetivo de investigar a possível presença de marcas dos falares baianos no Espírito Santo, esclarecendo as áreas linguísticas existentes e traçando as isoléxicas, quando for o caso.

Esta proposta se torna relevante uma vez que poderá contribuir para traçar um perfil linguístico mais detalhado do Espírito Santo, além de motivar outras pesquisas desta natureza, necessárias para a descrição do português brasileiro e desmitificação da existência de uma língua regular e homogênea para todas as regiões do país. Nesta perspectiva, Aguilera et al (2004, p.19) afirmam que é necessário difundir um ensino adequado ao caráter pluridimensional do Brasil, apontando para o conhecimento

global de sua diversidade linguística.

Iniciativas desta natureza vêm sendo implementadas por diversos pesquisadores no âmbito da Dialetologia. No estudo feito por Zágari (2005), o autor constata a manifestação de três subfalares em Minas Gerais, sendo o norte daquele estado, caracterizado como de fala baiana. Rodrigues (2008) destaca a presença de lexias citadas por Rossi (1963) no Espírito Santo, fato que permite inferir sobre a existência de uma área linguística de caráter baiano ao norte do estado.

Com base em tais evidências, pretende-se instaurar o processo de investigação sobre as possíveis influências dos falares baianos no Espírito Santo. Para tanto, serão utilizados dados do Projeto *Atlas Linguístico do Espírito Santo* (ALES) – Fase I, do qual constam 35 localidades e 70 informantes (RODRIGUES, 2008) e do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), que possui 100 informantes e 50 localidades (ROSSI, 1963). Objetiva-se, assim, ampliar a classificação proposta por Nascentes (1953), na qual o autor atribui ao Espírito Santo apenas o subfalar fluminense. De fato, estudos realizados em diferentes regiões, como o de Cardoso (1996), que investigou o Centro-Nordeste, confirmam a classificação de Nascentes. Mas a regra não se aplica a todos os casos. Portanto, torna-se necessária a realização do atlas nacional, para que a proposta seja empiricamente comprovada “através de dados representativos de toda a extensão do território” (ALTENHOFEN, 2002, p. 117).

Rodrigues (2008, p. 01) assegura que essa “classificação merece ser revista se quisermos detalhar a fala capixaba”. Partindo-se do pressuposto de que a língua extrapola os limites territoriais e políticos e, ainda, considerando-se que a constatação destas influências entre os estados requer análises mais apuradas, vem à tona o interesse de compreender melhor os fenômenos linguísticos que incidem sobre o Espírito Santo, neste caso, com base no léxico evidenciado no ALES, em comparação com dados do APFB e de outros atlas linguísticos já publicados.

Neste sentido, Rodrigues (2008) afirma que:

Os dados referentes à ocupação e às fronteiras políticas capixabas (...) levam à hipótese de que há em terras capixabas pelo menos duas áreas linguísticas: uma ao norte, marcada pelos falares baianos e mineiros e outra

ao sul, provavelmente, apresentando as marcas previstas por Nascentes, mas incluindo uma subárea na região ocupada pelos descendentes dos imigrantes não-lusos (RODRIGUES, 2008, p. 12).

Considerando-se o fato de o norte de Minas Gerais ser caracterizado como de fala baiana (ZÁGARI, 2005), a hipótese que se levanta é a de que parte do Espírito Santo apresente processo semelhante. Ao analisar as entrevistas realizadas em algumas cidades da região norte do estado de Minas Gerais, foi encontrada uma pronúncia com

predominância de vogais pré-tônicas baixas, como [Or'valu], [sE'renu], a presença da africada [ts] antecedendo a vogal alta [i], como em ['mutsu], ['otsu], além do [t] e [d] como coronais, [i'dadi], ['deti] e a nasalidade ocorrente fora da sílaba tônica: [bã'nãna] ou [kãmiñãw] (ZÁGARI, 2005).

Tais características são comuns na pronúncia dos falantes baianos. Além desta peculiaridade fonética, foi observada, no norte mineiro, uma preferência pelo uso de palavras como: *china*, para bola-de-gude; *neve*, para cerração; *chuva-de-flor*, para granizo, sendo que, tradicionalmente, estas lexias ocorrem em terras baianas. Sabendo-se que o norte de Minas faz fronteira com a Bahia, constata-se que influências sociais, culturais e, portanto, linguísticas avançaram as barreiras geográficas e influenciaram o modo mineiro de falar. Zágari (2005) identifica três falares em Minas Gerais: (baiano, paulista e mineiro), assim distribuídos:

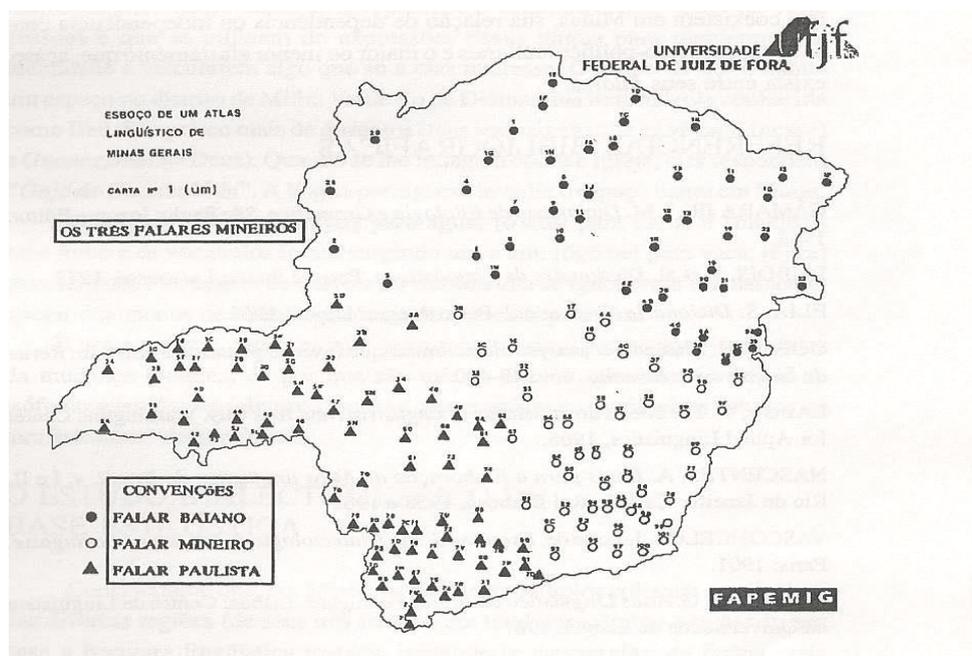


Figura 1: Divisão das isoglossas delimitadas pelo ALEMIG
Fonte: Ribeiro et al (1977)

A partir da constatação de que o norte de Minas é marcado pelos falares baianos (ZÁGARI, 2005), surge o interesse de avaliar se ocorre ou não um processo semelhante em terras capixabas. Devido à proximidade geográfica entre o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo, pretende-se investigar se existe a influência de marcas lexicais baianas no Espírito Santo.

O Capítulo 2 é dedicado à Dialetologia. Primeiramente, são abordados os pressupostos que norteiam as pesquisas sobre a dialeção. Em seguida, traça-se um histórico sobre a trajetória dessa ciência, que teve como precursores o abade Rousselot (1846-1924) e Gillieron (1854-1926), tendo este último, sido o autor do *Atlas Linguístico da França*. Também é abordada a contribuição de Wenker (1852-1911), que realizou estudos por correspondência na Alemanha.

São descritos os princípios metodológicos que embasam as pesquisas em Dialetologia, a saber, as vertentes tradicional e pluridimensional. A primeira se ocupa, basicamente, da descrição dos dialetos, considerando-se a variação diatópica. Já a segunda, reivindica a inserção de fatores extralinguísticos nos processos de análise, tais como a faixa etária, o estilo de fala e o grupo social. Também é realizada uma abordagem sobre a relação entre Dialetologia, léxico e cultura, como forma de justificar o estudo, cujo *corpus* corresponde justamente ao cotejamento das lexias presentes nas cartas linguísticas selecionadas do APFB e do ALES.

Para discutir a trajetória da Dialetologia no Brasil, o Capítulo 3 inicia-se com a abordagem do período pré-geolinguístico, em que Visconde da Pedra Branca começa a pensar sobre a língua praticada no Brasil, face ao português falado em outros países, especialmente Portugal. Em seguida são descritas as quatro fases dos estudos dialetais no país, sendo que, para Mota e Cardoso (2006, p. 27), a quarta fase inicia-se a partir de 1996, quando tem início o Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB). Esse capítulo traz, ainda, um panorama sobre os atlas publicados e em andamento no Brasil. Com efeito, até então, o Brasil conta com dez atlas concluídos, sendo que o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* - APFB (1963) é o pioneiro. Quanto aos atlas que estão em vias de elaboração e/ou publicação, tratam-se de doze, dentre os quais está o Projeto *Atlas Linguístico do Espírito Santo*

(ALES), que já teve alguns dados parciais publicados.

No Capítulo 4, aborda-se um pouco sobre a constituição do Espírito Santo, desde a época colonial, das capitanias hereditárias, quando as terras foram doadas a Vasco Fernandes Coutinho (1534), até a divisão atual do estado, no plano da federação. Em seguida, discute-se o processo de colonização, a partir da chegada dos açorianos, alemães, pomeranos, poloneses, espanhóis e italianos.

No Capítulo 5, é abordada a caracterização do Projeto ALES, bem como a sua metodologia, que corresponde aos princípios utilizados neste estudo. Para tanto, são descritos os critérios utilizados para a definição da rede de pontos, elaboração dos questionários, seleção dos informantes, além de comentários sobre as entrevistas realizadas na Fase I, além dos procedimentos adotados para a transcrição e cartografia.

O Capítulo 6 traz a análise e discussão dos dados obtidos nas pesquisas, além dos resultados evidenciados a partir do contraste entre algumas cartas linguísticas referentes ao APFB e ao Projeto ALES. Para tanto, as análises levaram em consideração a manipulação das cartas originais referentes aos dois atlas, sendo que os dados relevantes desse contraste foram apresentados a partir de novas cartas linguísticas, elaboradas a partir do programa de *design* gráfico denominado Adobe Photoshop CS3.

No Capítulo 7, dedicado às considerações finais, é realizada uma retrospectiva sobre o estudo, considerando-se as perspectivas teóricas que orientaram o trabalho, bem como, focalizando os resultados alcançados na pesquisa. Salienta-se, pois, a estreita relação entre Dialetoлогия e Geografia Linguística, enquanto perspectiva metodológica para recolha de dados, investigações e possível confirmação de hipóteses, neste caso específico, das ocorrências lexicais comuns a outros atlas, da influência baiana sobre os falares do Espírito Santo e vice e versa. Reforça-se, ainda, o papel do léxico, enquanto indicador da cultura de uma comunidade. Por fim, o Capítulo 8 apresenta o quadro de referências utilizadas neste estudo.

2 ASPECTOS DA DIALETOLOGIA

2.1 CONCEITOS BÁSICOS

Realizar pesquisas pautadas na Dialetologia implica reconhecer o processo de variação a que estão sujeitas as línguas. Considerando-se a efervescência das investigações sobre o ALiB e os Atlas Regionais (AR) nos últimos anos, vem à tona a necessidade de implementar no estado do Espírito Santo, pesquisas relacionadas a essa área de investigação. Serve, pois, o Projeto ALES, como base para o trabalho de pesquisadores e demais interessados no assunto.

Antes de adentrar nos temas pertinentes ao presente estudo, convém destacar alguns conceitos básicos que se afiliam à Dialetologia, no intuito de colaborar com a leitura, elucidando a compreensão dos interessados, especialmente daqueles que não militam nesse campo dos estudos linguísticos. Para tanto, foram selecionados alguns termos gerais, sendo outros mais específicos, descritos nos capítulos que requeiram tais abordagens.

2.1.1 Dialetologia

De acordo com Borba (1976, p. 31), a Dialetologia é “o estudo dos sistemas lingüísticos em suas variações geográficas ou sociais”. Relaciona-se, pois, com a Geografia Linguística, cuja metodologia permite a construção dos atlas linguísticos. Deste modo, pode ser entendida como a ciência que estuda os dialetos e os falares, considerando sua distribuição no espaço geográfico. Nesta perspectiva, Brandão (1991) afirma que

Em sentido amplo, é a disciplina que tem por objeto de estudo os dialetos, estes considerados como quaisquer variedades de uma língua. Sendo assim, pode-se falar em dialetologia horizontal e dialetologia vertical. A primeira ocupar-se-ia, basicamente, das variações diatópicas ou de natureza espacial. A segunda, das variações diastráticas ou de cunho sociocultural (BRANDÃO, 1991, p.79).

Para Silva Neto (1955), a dialetologia lida diretamente com a etnografia, uma vez

que esta se interessa pela cultura de um povo. Ainda que haja diferenças culturais entre os grupos humanos, eles podem se entender por intermédio da linguagem. Salienta o autor que a etnografia, nesse caso, interessa-se pelas comunidades rurais, uma vez que estas oferecem mais subsídios linguísticos e culturais, em contraposição à cidade grande, em que a ação da escola influencia a aquisição de uma pronúncia padrão por parte dos indivíduos, além da fragmentação das heranças linguísticas recebidas.

2.1.2 Geografia Linguística

De acordo com Vidos (2001, p. 58), trata-se de um método que representa a extensão geográfica das palavras através dos mapas. Desse modo, afirma o autor que a Geografia Linguística proporciona um meio sintético, com características bem definidas, para "nos introduzir na vida da linguagem". Nas palavras de Coseriu (1982), trata-se de um método dialetológico e comparativo

(...) que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas lingüísticas (tônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados (COSERIU, 1982, p. 105).

Carreter (1974) caracteriza Geografia Linguística como o

método de investigação lingüística, consistindo em situar sobre o mapa da região estudada cada uma das formas com que se expressa um conceito ou alternância. Para cada noção ou alternância se emprega um mapa distinto. O conjunto de mapas constitui um Atlas Lingüístico (CARRETER, 1974, p. 209).

Através do método geolinguístico é possível registrar a fala de uma determinada comunidade, inferindo, de maneira aproximada, sobre o comportamento linguístico dos habitantes de uma região e suas proximidades, ou seja, "A Geografia Linguística nos obriga, pois (...), a localizar e a datar os fatos, a pô-los constantemente (...) na sincronia geográfica (...)" (TERRACHER, 1924, p. 333).

2.1.3 Língua

A língua diz respeito a uma instituição social, exterior ao indivíduo. Manifesta-se nos sujeitos através da fala, particular, dando corpo a uma espécie de contrato estabelecido entre os membros de uma mesma comunidade. De acordo com Coseriu (1979, p. 214) “a língua não oferece apenas os instrumentos da enunciação e de seus esquemas, mas também instrumentos para a transformação do saber em atividade; e, do ponto de vista diacrônico, tudo o que ocorre na língua só ocorre pelo falar”.

Nas palavras de Alvar (1961), a língua é o

sistema lingüístico de que se utiliza uma comunidade falante e que se caracteriza por ser grandemente diferenciado, por possuir alto grau de nivelção, por ser veículo de importante tradição literária e, às vezes, por ter-se imposto a sistemas lingüísticos de sua própria origem (ALVAR, 1961, p. 33).

Para Martinet, citado por Ramanzini (1990, p. 38), a língua, enquanto instrumento, desempenha a função essencial de comunicação, de maneira que permite aos indivíduos de um mesmo grupo, relacionarem-se mutuamente. Todavia, ela “não pode ser considerada como simples repertório de palavras”. Isto é, adquire sentido quando se materializa no seio da comunidade.

2.1.4 Dialeto

Para alguns autores, os dialetos correspondem às particularidades regionais de uma língua, erigidas de maneira espontânea. Para Câmara Jr. (1986, p. 95), podem ser entendidos pelo aspecto puramente linguístico, correspondendo aos falares que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais.

Salienta o autor ainda, que os dialetos não possuem unidade absoluta no território, podendo dividir-se em subdialetos, no momento em que surgem divergências consideráveis de traços linguísticos secundários entre zonas de um determinado

território. Para tanto, há que se considerar fatores extralinguísticos de ordem psíquica, social ou política.

Pata Coseriu (1982),

Um dialeto, sem deixar de ser intrinsecamente uma língua, se considera subordinado a outra língua, de ordem superior. Ou, dizendo-se de outra maneira: o termo dialeto, enquanto oposto a língua, designa uma língua menor incluída em uma língua maior, que é, justamente, uma língua histórica (ou idioma). Uma língua histórica – salvo casos especiais – não é um modo de falar único, mas uma família histórica de modos de falar afins e interdependentes, e os dialetos são membros desta família ou constituem famílias menores dentro da família maior (COSERIU, 1982, p. 11-12).

Alvar citado por Brandão (1991, p.79), postula que o dialeto corresponde ao sistema divergente de uma língua comum, seja ela viva ou desaparecida, que se materializa numa porção geográfica, resguardando os traços essenciais da respectiva língua. O autor ressalta que se trata de “qualquer variedade linguística – de natureza geográfica ou sociocultural – que constitui um sistema unitário, singular”. Borba (1976, p.31), por sua vez, caracteriza dialeto como um “desvio em todos os planos da língua: fônico, gramatical e vocabular”.

2.1.5 Falar

O falar corresponde a um conjunto de formas de expressão utilizadas por um grupo no interior de um domínio linguístico (NASCENTES, 1953, p. 16). Desse modo, pode ser classificado como *local*, quando limitado a uma região específica e ainda, como falar *especial*, quando utilizado por um determinado grupo social. O falar corresponde a uma categoria subordinada ao dialeto. Nesse sentido, Câmara Jr. (1969) assegura que

É dentro do falar que cabe incluir o conceito de lei nas mudanças lingüísticas; assim, as discrepâncias evolutivas da língua comum se explicam como fatos regionais, de determinados falares, difundidos na língua comum com empréstimos internos (CÂMARA JR., 1969, p. 175).

Boléo, citado por Rector (1975, p. 39) afirma que não existe incompreensibilidade no falar, sendo que, tanto no Brasil quanto em Portugal, o que existem são falares distintos, e não dialetos. Lindley Cintra, citado por Rector (1975, p. 39) aponta que dialeto e falar são equivalentes, correspondendo o primeiro aos desvios na estrutura

(de caráter morfossintático), e o segundo, às distinções superficiais (fonético e de vocabulário).

De acordo com Elia (1962, p. 64), os falares resultam de uma expansão da língua comum, que vai tomando colorações locais de acordo com as condições geo-humanas de cada região. Nesse caso, não ocorre superposição de línguas, a exemplo dos dialetos românicos que se formaram na Europa. Trata-se de uma mesma língua que se amplia, ocupando espaços vazios de um território progressivamente colonizado. A Dialectologia brasileira, verificando a diferença com relação às línguas europeias, tem adotado o termo *falar*, que também é utilizado no presente estudo.

2.1.6 Isoglossa

O termo isoglossa significa literalmente língua (*glossa*) igual (*iso*). Corresponde às áreas delimitadas por linhas imaginárias que se entrecruzam, dando origem a uma complexidade de traços dialetais, nas chamadas áreas de isoglossas. Caso um grupo de isoglossas esteja próximo, constitui um feixe que serve para delimitar os dialetos. Nas palavras de Câmara Jr. (1969),

Isoglossa ou linha isoglóssica é a linha geográfica que se traça no mapa de um território lingüístico para assinalar um traço lingüístico determinado. Ex. a festa de despedida de moça solteira chama-se chá-de-cozi-nha (S. Paulo), chá-de-panela (Rio). Quando várias iso-glossas estão próximas, constituem um feixe e servem de limite entre dois dialetos ou dois falares. A coincidência aproximada das isoglossas referentes a traços lingüísticos espaciais dá a área de um dialeto, com precisão geográfica, independentemente das divisões políticas (CÂMARA JR., 1969, p. 251).

O referido termo foi cunhado por Bielensteins em 1892 e diz respeito a uma linha que, traçada em uma região, apresentará duas áreas, de maneira que em cada uma sejam evidenciados alguns usos linguísticos (ou variantes linguísticas) que não ocorrem no outro lado (CHAMBERS; TRUDGILL, 1980, p. 103). Resumindo, isoglossa é “uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões linguísticas” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 12-13).

2.1.7 Atlas Linguístico

Rossi (1967, p. 93) já dizia que os atlas “permanecem como uma das maiores conquistas da Lingüística do século XX”. O autor destaca questões importantes como a segurança e a objetividade que se pode depreender do material, não obstante evidencie limitações, a que estão sujeitas as demais metodologias. Para Coseriu (1997), os atlas constituem-se basicamente de

uma coleção de material, dado que permitem comprovar a própria existência duma forma, fato que se considera particularmente importante se se trata da persistência duma forma antiga, substituída por formas mais recentes na maioria dos falares investigados. Quer dizer, o atlas lingüístico constitui, em primeiro lugar, um valioso inventário de formas (COSERIU, 1987, p. 93).

Através do atlas, torna-se possível comprovar o fenômeno da variação linguística, tomando como base as diferenças espaciais, que evidenciam, pois, a heterogeneidade inerente à língua. Considerando-se que os atlas decorrem da aplicação da metodologia geolinguística, Dubois (1978) apresenta os elementos que devem compor um atlas linguístico:

(1) um questionário indicando as noções cujas denominações se devem extrair dos informantes, os tipos de frases que devem deles obter, as conservações a travar; (2) uma determinação dos pontos de inquérito e das pessoas interrogadas; (3) e, como parte essencial, os mapas lingüísticos nos quais se registram ponto por ponto as formas, as palavras e os tipos de construção registradas (DUBOIS, 1978, p. 78).

De acordo com Jud (1928, p. 266), a elaboração de um atlas implica resgatar a palavra do seu isolamento no vocabulário, “onde surge ao azar da ordem alfabética, recoloca-a em seu verdadeiro ambiente regional e proporciona ao linguista uma grande quantidade de fatos sincrônicos devidamente transcritos e exatamente localizados”.

2.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A DIALETOLOGIA

Os primeiros estudos históricos e comparativos envolvendo as línguas têm início na Europa, por volta do século XIX. Entretanto, conforme a tradição, tais investigações

eram pautadas na crença de uma matriz homogênea. “Em vários países, a Idade Média e o Renascimento haviam dirigido a luta contra a dispersão dialetal e procurado constituir uma língua nacional comum e oficial, que poderia servir a todos os fins para os quais o latim havia sido até então empregado” (MALMBERG, 1971, p. 80).

Pensar em uma língua nacional constituía um fator determinante para a consolidação da hegemonia política, além do prestígio cultural de um povo. As manifestações de origem popular eram tratadas como degenerescência, corrompidas, uma vez que faladas por camponeses que não poderiam fazê-lo melhor. No momento em que um dialeto assumia a condição de língua de prestígio, acabava relegando aos demais à condição de marginalidade. Portanto, instaurava-se um processo de elaboração de regras para sua proteção contra as “imperfeições”.

Este processo diz respeito à consolidação da língua-padrão e implica compreender a noção de norma linguística. Dentre as inúmeras variedades de uma língua, aquela que vem a se destacar passa a atuar como modelo linguístico ideal para a comunidade. Essa institucionalização ocorre com base em fatores extralinguísticos, dentre os quais, o prestígio social daqueles que dominam a variedade eleita como modelo. A este respeito, Mira Mateus e Cardeira (2007) afirmam que

Uma das variedades que devemos dominar é a norma: é ela que, ao constituir-se como um padrão supradialectal, unifica a língua e permite a comunicação entre falantes dos quatro cantos do mundo. É por isso que, quando nos concentramos na faceta escrita da língua, a impressão que colhemos é a de unidade (MIRA MATEUS; CARDEIRA, 2007, p. 14).

As autoras, considerando a língua como um sistema de elementos e regras, afirmam que esta pode sofrer diferentes modos de combinação e que, por variarem, dão origem aos dialetos, os quais também estão sujeitos ao mesmo fenômeno da variação. Tanto a língua quanto os dialetos possuem uma norma, dentro dos seus respectivos sistemas. Assim, pode-se definir a norma como “a modalidade linguística escolhida por uma sociedade enquanto modelo da comunicação. É, portanto, um modelo, um padrão supradialectal” (MIRA MATEUS & CARDEIRA, 2007, p. 21).

A fixação da norma está relacionada à institucionalização do idioma nacional, que, por sua vez, deverá constituir-se como um elemento de identificação de uma sociedade. Um processo cultural, que determina a adoção de um conjunto de regras que orientam os modos de falar e escrever, sendo, este último, de caráter mais rígido. As autoras ainda esclarecem a diferença existente entre norma-padrão e norma culta. Para elas, a norma-padrão é de caráter ideal e a norma culta, efetivamente real. Desse modo, a fala das pessoas mais escolarizadas de uma comunidade (norma culta), apenas se aproxima do ideal estabelecido para a língua (norma-padrão).

Com o passar do tempo, começou-se a perceber que os dialetos eram responsáveis pela conservação de formas, palavras ou estágios fonéticos mais antigos que, pelo ímpeto da norma vigente, haviam sido eliminados da língua nacional. Deste modo, os chamados historiadores da língua poderiam encontrar nos dialetos linhas de desenvolvimento que teriam permanecido apenas no plano hipotético sem a colaboração da dialetologia.

Segundo Malmberg (1971),

Nos estudos históricos e comparativos, os primeiros linguistas do século XIX negligenciaram, em certa medida, o fato de que as línguas que eles comparavam estavam divididas em dialetos ou falares, que, em muitos casos, diferiam bastante uns dos outros (MALMBERG, 1971, p. 80).

Um interesse maior pela Dialetologia pode ser percebido após a metade do século XIX, quando começaram a surgir alguns dicionários ou glossários dialetais, dentre os quais o *Dictionnaire étymologique de la langue wallone* (1845-1880) de Grandgagnage, o *Dictionnaire du patois normand* (1849) de E. e A. Duméril, o *Vocabulaire du Berry* o *Glossaire du Centre de la France* (1856-1858) de Joubert, etc. (MALMBERG, 1971, p. 81).

A esses ainda se pode acrescentar o *Tresor dou Felibrige* ou *Dictionnaire provençal-français embrassant les divers dialectes de la langue d'oc moderne* [Tesouro do Felibrige ou Dicionário provençal-francês compreendendo os diversos dialetos da língua d'oc moderna] (1878), de F. Mistral. A maioria desses trabalhos

era atribuída a eruditos locais, impulsionados pelo sentimento regionalista ou tradicionalista. Paul Meyer e Gaston Paris são considerados os dois primeiros filólogos franceses a interessar-se pelos dialetos (MALMBERG, 1971, p. 81).

A partir de 1876, o linguista alemão Georg Wenker iniciou suas pesquisas linguísticas por correspondência. De maneira que, nesse momento, tem início a Geolinguística, paralelamente aos estudos neogramáticos (RECTOR, 1975, p. 18). A dialetologia francesa científica teve como pioneiro o abade Rousselot. Juntamente com Gilliéron, em 1887, ele fundou a *Revue des patois gallo-romans* (Revista dos patois galo-românicos), mas antes disso, em 1883, Gilliéron já havia começado a ensinar dialetologia na *École de Hautes Études*. A partir desse período, começam a se intensificar as investigações sobre os dialetos, de maneira que dois métodos passam a concorrer na elaboração das pesquisas.

O primeiro é a mera descrição do dialeto que chegava normalmente a monografias dialetais. O objetivo era explicar os fenômenos atuais, a partir de um estado mais antigo do falar. Partia-se do germânico antigo para as línguas germânicas, do norreno para as escandinavas e do latim para as línguas românicas. Havia um interesse pelo desenvolvimento de certas formas, sem a preocupação com o verdadeiro sistema linguístico do dialeto. Já o segundo método utilizado nas pesquisas dialetológicas ficou conhecido como *geografia linguística* ou *dialetal*.

Para Câmara Jr. (1969, p. 140), a dialetologia corresponde ao estudo do arrolamento, sistematização e interpretação dos traços linguísticos dos dialetos. Abrange, ainda, a língua popular, que contém formas resguardadas não registradas pela linguagem oficial literária. Esta proposta constitui elemento fundamental para a metodologia linguística, determinando uma verdadeira revolução nos pontos de vista aceitos sobre o desenvolvimento da língua.

De acordo com Coseriu (1965, p. 06), as relações que destacam a geografia linguística, no sentido que se tem chamado “técnico”, não se entendem como relações diretas entre o ambiente natural (geográfico) e a linguagem, mas sim como relações entre o ambiente geográfico e a difusão e distribuição espacial das formas linguísticas. Além disso, não podem ser concebidas como relações por si

determinantes, mas sim como relações condicionadas política, cultural e socialmente.

Assim, os centros de irradiação, dos quais a geografia linguística trata não são os centros geométricos dos territórios estudados, mas sim os centros políticos, administrativos, culturais e religiosos, os centros comerciais e de comunicação (por ex. grandes cidades, capitais de estados, de províncias ou departamentos, cidades industriais, centros de produção e consumo, localidades de feiras ou articulações importantes, santuários, cidades universitárias etc.), a saber, aqueles mesmos que se consideram como centros “propriamente geográficos” (COSERIU, 1965, p. 06).

Os obstáculos naturais — rios, montanhas, mares — não são sempre e necessariamente barreiras do ponto de vista da geografia linguística, assim como não os são do ponto de vista da geografia política: ao contrário, certos grandes rios (como o Rhin, o Danúbio, o Rio de la Plata) são frequentemente pontes de comunicação, e não limites; mas podem representar obstáculos para a expansão linguística se impedem efetivamente a comunicação ou se constituem fronteiras administrativas, político-econômicas, ou, em outras épocas, até mesmo eclesiásticas (COSERIU, 1965, p. 08).

2.3 DIALETOLOGIA E VARIAÇÃO

Abordar a questão das diferenças existentes numa determinada língua, seja no plano fonético, semântico ou gramatical, implica refletir sobre os diversos fatores que contribuem para este processo, dentre os quais, os movimentos migratórios. A dinâmica estabelecida pelos indivíduos ao ocuparem e se deslocarem no espaço geográfico pode desencadear influências mútuas, que, por sua vez, constituem uma das bases da diversidade linguística.

Muito embora as determinações político-administrativas regionais evidenciem seus limites geográficos e normas internas de maneira minuciosa, o mesmo não se pode afirmar sobre a língua, já que suas manifestações nem sempre são exclusivas de

um município ou um estado. Um conjunto de lexias, uma construção sintática ou a produção de um fonema podem ser característicos de uma determinada região, mas, devido à dinâmica populacional, estes fatores poderão influenciar áreas circunvizinhas. Tal processo, dentre outros, possibilita a variação linguística.

Para Brandão (1991),

A consciência dessa variação não é recente. Já os gregos – de quem proveio a noção de dialeto – distinguiam quatro variantes regionais de sua língua – o eólio, o jônico, o dórico e o ático. E, a partir do século IV a.C., adotaram, com base neste último, a *koiné dialekto*, ou “língua comum”, como meio de intercomunicação. Também entre os romanos – cuja sociedade era extremamente estratificada – encontram-se menções à variabilidade de natureza social. A linguagem corrente – como testemunham alguns escritos latinos – recebia subclassificações, como *sermo urbanus*, *sermo plebeius*, *sermo rusticus* (BRANDÃO, 1991, p.7).

Machado Filho (1974, p. 53) aponta que os fatores sociais são responsáveis pela formação de línguas características dos grupos que as utilizam. Mas também existem distinções decorrentes de motivos históricos ou fatores geográficos, que, por sua vez, se materializam na distribuição dos falares, isto é, através do espaço e sob a ação do tempo. O que caracteriza os dialetos.

A percepção da necessidade de registrar e reconhecer a importância dos dialetos orientou o desenvolvimento de inúmeros estudos dessa natureza. De acordo com Nodier (apud Pop, 1950, p.33), “o homem que não analisou cuidadosamente as variantes de sua língua só a conhece parcialmente”. Portanto, nesse propósito, funda-se a razão de se realizarem pesquisas mais aprofundadas no campo da dialetologia.

A identificação de isoglossas relativas a um mesmo domínio linguístico não é uma tarefa simples, pois é necessário que haja uma oposição nítida entre determinadas formas. Portanto, as fronteiras administrativas pouco colaboram para facilitar a análise, já que as particularidades linguísticas nem sempre são nítidas e apresentam área de extensão idêntica.

Machado Filho (1974) advoga no sentido de que

A verificação para logo ressalta do exame de um atlas linguístico, que

indica para cada fato uma delimitação diferente. Suponhamos dez localidades disseminadas em um espaço considerável, cujas condições de povoamento e cujos antecedentes históricos oferecem base à homogeneidade idiomática. Os falares idênticos dos habitantes dessas localidades resultam do desenvolvimento autônomo da mesma língua em um domínio contínuo. Há, porém, diferenças de um lugar para outro. Do linguajar de cada um é possível apresentar a respectiva descrição, abrangendo a **fonética**, a **gramática** e o **vocabulário**. Exercem-se influências recíprocas entre as localidades vizinhas, mas o limite geográfico de cada fato tomado de per si só raramente coincide (MACHADO FILHO, 1974, p. 54, *grifo meu*).

Considerando a hipótese do autor, em três ou quatro lugares entre os dez pesquisados, alguns podem realizar o alçamento da pré-tônica, enquanto outros não. Do mesmo modo, poderá concorrer, neste grupo, o uso do /s/ sibilante ou chiante. Em todo caso, o fato é que as diferenciações fonéticas, morfológicas e sintáticas não coincidem de maneira sistemática, permitindo, de modo geral, a identificação de áreas linguísticas diferenciadas.

A tarefa de determinar a distribuição dos fatos de língua em cada espaço cabe aos linguistas. A partir das ideias de Humboldt (1817), que cunhou o termo *linhas de isoterma*, os linguistas chamaram *linhas de isoglossa* os lugares pertencentes ao mesmo domínio linguístico, em que ocorrem fenômenos gramaticais idênticos. Assim, as isoglossas estabelecem o limite entre as áreas dialetais.

Para Vendryes (1921, p. 292), a divisão dialetal “corresponde a um sentimento real que os habitantes de uma região têm de falar de certa maneira, que não é a maneira da região vizinha”. Basta pensar, por exemplo, nas distinções entre os falares baiano e capixaba, ou nas semelhanças determinadas por possíveis áreas linguísticas, em que algumas lexias da Bahia passam a ocorrer no Espírito Santo. Esse sentimento, por sua vez, caracteriza a distribuição dos dialetos, cabendo a cada um sua respectiva localização espacial, no conjunto territorial ocupado pela língua comum.

Tarallo (1986, p. 08) afirma que “variantes lingüísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade”. Nesta perspectiva, o trabalho com as diferenças passa a ser considerado como um ato natural. A este respeito Bagno (1999, p. 18) é bem enfático ao afirmar que “o fato de no Brasil o português ser a língua da imensa maioria da população não implica, automaticamente, que esse português seja um bloco compacto, coeso e

homogêneo”.

A prova disso repousa na coexistência dos dialetos, no plano nacional, e das influências que eles exercem entre si, sob o ponto de vista diatópico. Rossi (1965, p.88-89) afirma que “o fato apurado num ponto geográfico ou numa área geográfica só ganha luz, força e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente — ainda que por ausência — em outro ponto ou outra área”. Tal condição justifica, por exemplo, a análise do alcance de um determinado dialeto no espaço geográfico.

As transformações de uma língua não decorrem simplesmente das particularidades características do espaço em que se manifesta a modalidade idiomática em questão. Como postula Coseriu (1979), é preciso considerar o fator tempo, uma vez que é dele que procede a diferenciação linguística. De modo que é necessário pensar na perspectiva diacrônica.

Ao explicar o processo de formação dialetal, Saussure (1945) afirma que os fatos de língua estão sujeitos às mesmas leis que os demais hábitos relacionados ao ser humano. Assim, de forma metafórica, discute a manifestação de duas forças opostas: o espírito particularista ou de campanário, e o espírito de intercâmbio.

Pelo espírito de campanário é que a comunidade lingüística restrita se conserva fiel às tradições nela desenvolvidas. Esses hábitos são os primeiros que cada indivíduo contrai na infância; daí sua força e sua persistência. (...) Se o espírito de campanário torna os homens sedentários, o intercâmbio obriga-os a comunicarem-se entre si. É ele que conduz a uma aldeia os transeuntes de outras localidades, que desloca uma parte da população ao ensejo de festas e feiras, que mobiliza os homens de províncias diversas, etc. Em uma palavra, é um espírito unificador, que contraria a ação dissolvente do espírito de campanário (SAUSSURE, 1945, p. 281-282).

O intercâmbio é responsável pela extensão e unidade de uma língua e atua de duas formas: ora negativamente, prevenindo a fragmentação dialetal, reprimindo uma inovação, no momento em que esta surge em determinado ponto; ora positivamente, favorecendo a unidade, aceitando e impulsionando essa inovação. A essa segunda forma de intercâmbio é atribuído o termo *onda*, como forma de designar os limites geográficos de um fenômeno dialetal. A este respeito, Saussure

(1945, p. 239) afirma que “a linha isoglossemática é como a orla extrema de uma inundação que se expande e que pode também refluir”.

2.3.1 Contribuições de Georg Wenker

Na Alemanha, Wenker foi pioneiro com relação aos estudos dialetais, tendo publicado, em 1881, um ensaio sobre sua pesquisa por correspondência feita em 30 000 pontos da área de fala alemã. O resultado disso foi um fascículo contendo seis mapas fonéticos sintéticos.

Wenker enviou a todos os professores primários da Renânia um questionário contendo 40 frases pequenas de aproximadamente 300 palavras, as quais deveriam ser traduzidas para os respectivos dialetos. Notadas com o alfabeto comum, essas palavras deveriam fornecer indicações sobre os sons e sobre as formas mais importantes. A pesquisa se estendeu por toda a Alemanha, tendo Wenker recebido cerca de 44.251 respostas.

Wenker foi o primeiro que teve a ideia de expor, com a ajuda das cartas geográficas, a extensão dos fenômenos lingüísticos. Ele era adepto fervoroso das doutrinas dos neogramáticos e esperava, graças aos estudos de dialetologia, obter uma confirmação da tese sobre o determinismo das leis fonéticas. Mesmo que as línguas nacionais e escritas tradicionais, em consequência da influência de fatores externos, (latim, outras línguas, regras gramáticas, escrita, etc.) introduzissem irregularidades, pelo menos, pensava-se, os "puros" dialetos, que não eram atingidos por esses fatores de perturbação, poderiam mostrar uma perfeita regularidade em seu desenvolvimento e em seus estados fonéticos (MALMBERG, 1971, p. 83).

Porém, a expectativa de Wenker não se cumpriu, pois, em 1881, quando apareceram os primeiros mapas renanos, um sentimento de desconfiança impediu que ele recebesse o devido apoio em seu trabalho. Se a doutrina dos neogramáticos fosse totalmente correta, as explicações para uma dada mudança fonética teriam de ser as mesmas para todas as palavras que apresentassem as mesmas condições fonéticas (por ex. a passagem de *-k-* a *-ch-* segundo a mutação consonântica do alto alemão, em palavras como *ik — ich, maken — machen*). “Os mapas de Wenker, como os dos dialetólogos que o seguiram, mostram, ao

contrário, que cada palavra tem suas próprias fronteiras e, por isso mesmo também, sua própria história fonética” (MALMBERG, 1971, p. 83).

Essas premissas deixaram claro que não existiam fronteiras nítidas para a mutação consonântica do alto alemão. Na verdade, existem, entre o alto e o baixo alemão, zonas de transição em que a tendência de origem meridional a substituir as oclusivas do germânico *p-t-k* por africadas ou aspirantes apenas afetou certos setores do vocabulário. De acordo com Malmberg (1971), a pronúncia *ich* está avançando mais para o norte do que qualquer outra forma de mesmo tipo. Na cidade de Ürdingen, perto do Reno, esse pronome parece ser a única palavra que apresenta mutação (ver mapa, fig. 1).

Os mapas apresentados por Wenker refutavam a teoria dos neogramáticos, segundo a qual uma mudança fonética, a exemplo da mutação consonântica do alemão, afeta todas as palavras da mesma forma. “O colaborador de Wenker, Ferdinand Wrede, chegou até a dizer que não conhecia um só caso em que se pudesse mostrar um desenvolvimento concreto, local, que derivasse das antigas formas da língua de acordo com as leis lingüísticas” (MALMBERG, 1971, p. 84).

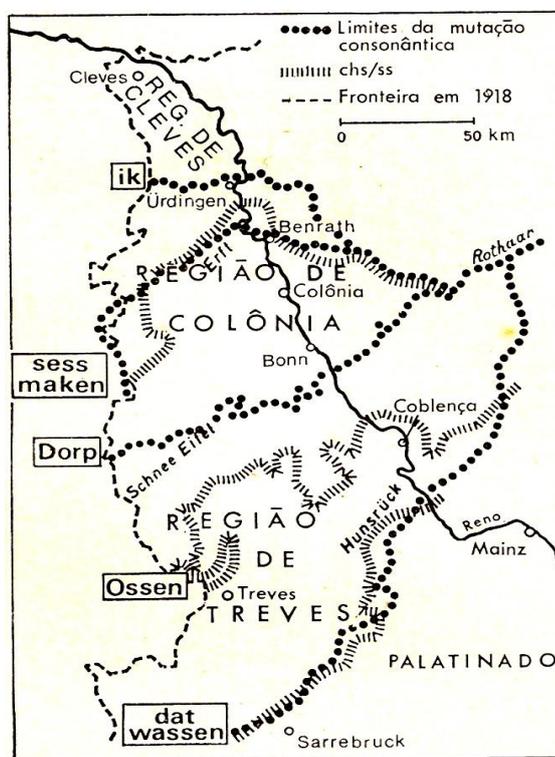


Figura 2: Limites linguísticos na Renânia que determinam as áreas da mutação consonântica
Fonte: Malmberg (1971, p. 84).

Através do mapa, é possível observar os limites linguísticos na Renânia, com relação ao alto alemão para diferentes palavras *ik - ich* no alto, *maken - machen* mais ao sul, em seguida *Dorp - Dor* e no extremo sul, *dat - das*. Desse modo, a representação demonstra que as palavras, numa vasta região de transição, testemunham uma diferença no tratamento fonético, sendo que algumas seguem a fonética do baixo alemão, e outras, a do alto alemão.

Por volta de 1900, o trabalho de Wenker (*Deutscher Sprachatlas* – Atlas linguístico alemão) é editado. É justamente nesta época, a partir dos trabalhos de Gilliéron, que ocorre a consolidação da geolinguística como um método especial da dialetologia tradicional, que se dedica a diversos fenômenos análogos num espaço, através da pesquisa e registro em mapas chamados Atlas Linguísticos (RECTOR, 1975, p. 18).

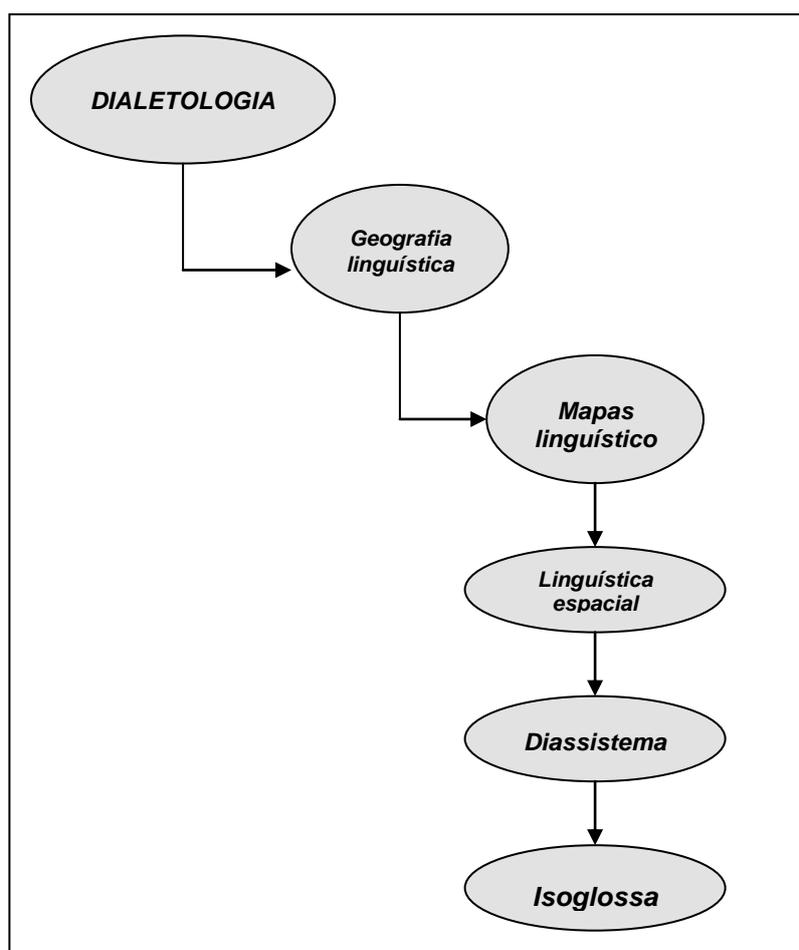


Figura 3: Fluxograma da Terminologia Dialetológica
Fonte: adaptado de Rector (1975, p. 23)

A geolinguística constitui, portanto, um método vantajoso, uma vez que aponta o limite da ocorrência de fenômenos linguísticos particulares, desvendando, deste modo, características que seriam difíceis de serem reveladas de outra forma. Além disso, podem-se apontar as seguintes vantagens: homogeneidade, coerência, autenticidade dos materiais, distribuição geográfica dos fenômenos, clareza na apresentação.

Rector (1975, p. 17) afirma que “a dialetologia tem como finalidade estudar os dialetos, detectando formas específicas de uma zona lingüística, sistematizando-as e interpretando os traços distintivos”. A partir daí, os dados obtidos são apresentados em mapas sintéticos, que delineiam *isoglossas* de cada característica. As isoglossas, por sua vez, constituem áreas limitadas por linhas, que caracterizam uma complexidade de traços dialetais, a partir dos inter cruzamentos. Quando estão próximas, as isoglossas formam um *feixe* que serve para delimitar os dialetos. Já as regiões por onde passam são chamadas de áreas de isoglossas.

2.3.2 Contribuições de Gilliéron e do Atlas Linguístico da França

A geografia linguística encontrou seu ápice no *Atlas linguistique de la France* (Atlas Linguístico da França – ALF). Este trabalho foi editado entre 1902 e 1910 por Jules Gilliéron, em colaboração com Edmond Edmont. Para estabelecer esta empresa, Gilliéron foi impulsionado por pelo menos três motivos: necessidade de salvar parte da riqueza e variedade das falas locais, coletar material de todos os dialetos e coletar material homogêneo. Nesse percurso, Edmont recebe a tarefa de coletar o material e o faz durante quatro anos de viagens ao redor da França.

No atlas de Gilliéron, fica evidente uma maior preocupação com o vocabulário. O trabalho abrange três diferentes tipos de materiais, a saber: palavras características do vocabulário camponês, um conjunto de palavras com distribuição notadamente regional, além de 100 frases que tinham o objetivo de elucidar informações sobre as características morfológicas e sintáticas das regiões investigadas. Para isso, foram visitadas 639 localidades. A obra total inclui cerca de 2.000 mapas com

aproximadamente um milhão de designações vivas.

Rector (1975) defende que

A partir deste trabalho sincrônico, o autor obtém os seguintes resultados: um mesmo som pode evoluir, numa aldeia, de forma diferente em diferentes palavras, ou seja, as palavras emigram como os homens; as mesmas palavras não abrangem as mesmas áreas, sendo que a falta de unidade no dialeto ocorre, entre outros fatores, com relação aos sexos. Assim, a evolução fonética deve-se, entre outros, a fatores psicológicos. Como exemplo, temos a homonímia e a etimologia popular (RECTOR, 1975, p. 55).

Gilliéron empreendia investigações de caráter empírico e era também influenciado pelas conjunturas naturalista e positivista. Assim, ele praticava o método histórico-comparativo. Porém, ao contrário dos comparativistas, que tinham como base documentos escritos e dialetos (textos dialetais, dicionários dialetais e estudos sobre os dialetos), Gilliéron contou apenas com a metodologia que estava implementando. Ao analisar as terminologias usadas por Gilliéron, Vidos (2001, p.50) identifica evidências antropomórficas na obra do autor, concluindo que ele trata de uma vida linguística intensa, em que as palavras vivem sua vida individual e social, uma vez que variam no território.

Através do ALF, Gilliéron recolheu denominações de certos conceitos, objetos etc., em aproximadamente 629 pontos do território linguístico galo-românico, de maneira que implementou um aparato linguístico de comparação, contendo mais de um milhão de formas dialetais. Este material serviu para representar uma espécie de corte transversal que reproduzia a situação linguística sincrônica dos dialetos galo-românicos (VIDOS, 2001, p. 56).

Enquanto Wenker se preocupava com os fenômenos fonéticos, Gilliéron insistiu no estudo sobre o vocabulário dos camponeses. Ele procurou trabalhar com um grupo de palavras isoladas pertinentes a uma determinada região, além de 100 frases capazes de evidenciar as razões para algumas peculiaridades morfológicas e sintáticas. Para tanto, contou com a ajuda de Edmond Edmont, um comerciante que demonstrava ter acuidade na distinção de peculiaridades fonéticas e que já

havia feito um trabalho sobre o léxico de Saint-Pol-sur Ternoise (BRANDÃO 1991, p. 10).

Malmberg (1971) assegura que

O atlas de Gilliéron serviu de modelo para os demais atlas do domínio lingüístico românico, em particular para o *Sprachatlas Italiens und der Südschweiz* (Atlas lingüístico da Itália e do sul da Suíça) de Jaberg e Jud, ao *Atlasul linguistic român* (Atlas lingüístico romeno), devido à colaboração de Sever Pop e de Sextil Puscariu, e ao atlas ibero-românico, ainda não acabado (MALMBERG, 1971, p. 85).

Por volta de 1950, o estudioso Sever Pop lança a obra intitulada *La dialectologie*, na qual expõe um conjunto de informações sobre os métodos aplicados na geografia linguística. Assim, fica instituída, a partir de então, a metodologia utilizada nesta área de estudos. Pop também apresenta um histórico detalhado da evolução dos estudos dialetológicos, do qual se destacam, no século XIX, os trabalhos de Wenker, com seu inquérito por correspondência na Alemanha, e os do abade Rousselot, que realizou inquéritos *in loco* na França.

Os atlas alemães e franceses apresentavam linhas de raciocínio diferentes. Nos estudos dos alemães Wenker e Wrede, o intuito era basicamente determinar as áreas de extensão dos sons e das formas e definir os limites dialetais e as suas vias de difusão. Assim, os autores acreditavam que era possível definir elementos para uma síntese das condições de evolução desses dialetos.

Já ao francês Gilliéron, interessava o estudo do vocabulário, com o objetivo de obter o detalhamento de cada palavra. “As principais contribuições dos mapas de Gilliéron foram: as pesquisas diretas, a transcrição fonética e a publicação integral de material colhido *in situ*. No entanto, a fonética só interessa a Gilliéron quando ajuda a compreender a história da palavra” (RECTOR, 1975, p. 56).

A esse respeito Malmberg (1971) afirma que

As leis fonéticas são, para Gilliéron, uma ficção de que ele deseja desembaraçar-se. Quando, em 1906, ele escreveu (em colaboração com Mário Roques) suas *Mirages phonétiques*, foi para rejeitar as leis

fonéticas e explicar as alterações fonéticas por influências externas. Mas, se toda a língua se reduz às suas unidades menores (neste caso, as palavras) e se cada unidade tem sua própria história, resulta que automaticamente não se pode mais falar do dialeto ou "patois" como de uma unidade autónoma que se teria desenvolvido organicamente desde os tempos mais antigos (MALMBERG, 1971, p. 86).

Os estudos implementados na Europa foram responsáveis pela consolidação de termos e metodologias linguísticas. Como exemplo, o termo *fronteira dialetal* foi substituído pelo de *zona limítrofe* ou *de transição*. O conceito de zona se torna mais abrangente, pois elas podem diferir extremamente em extensão, dependendo dos fatores geográficos da região, além de outras causas. “Altas cadeias de montanhas ou florestas impenetráveis coincidem frequentemente com fronteiras dialetais particularmente nítidas, pois as comunicações tornaram-se impossíveis ou difíceis” (MALMBERG, 1971, p. 88 - 89).

Segundo o mesmo autor, o estudo do vocabulário ganha uma relevância singular a partir dos levantamentos através dos mapas dialetais. Permitem inferir sobre a história cultural, observando-se a direção e difusão das palavras, geralmente, informações preciosas sobre a trajetória das mesmas em uma região específica. Neste percurso, os vales fluviais podem ser fatores determinantes, assim como uma linha de ferro, por serem eles responsáveis pelo fluxo de pessoas de região para região. O uso das cartas linguísticas permite esclarecer os caminhos das transformações linguísticas, a exemplo das constatações feitas por Gilliéron.

Ao norte da França, ele demonstrou que existe uma enorme variedade de termos para designar abelha — *é, abeille, ruche, apier, avette, mouche, mouchette, oiselet*, etc. Ao sul, entretanto, a palavra empregada geralmente é *abelho*. Outra função importante dos mapas linguísticos é a de demonstrar como as palavras reagem nas regiões limítrofes, tanto em sua imagem sonora como na significação. O dialetólogo sueco Natan Lindqvist, dentre outros, foi um dos responsáveis pelo estudo deste fenômeno.

Malmberg (1971) entende que

A palavra "sai dos trilhos" quando lhe acontece deixar a sua zona própria de extensão e a influência reguladora exercida pelo centro normativo

dessa mesma zona. É por razões análogas que as palavras tomadas emprestadas às línguas estrangeiras sofrem estranhas transformações fonéticas e semânticas ou são ligadas por etimologia popular a tipos já conhecidos. Este fenómeno não se produz somente de língua para língua; produz-se também — e sempre se produziu — entre dialetos, o que explica, entre outros fatores, por que os mapas dialetais não apresentam o aspecto regular nem a nitidez de limites que os neogramáticos esperavam encontrar (MALMBERG, 1971, p. 92).

O trabalho dos dialetólogos passou a servir, também, aos especialistas das tradições orais e aos etnógrafos, sendo que as tradições orais se equipararam aos textos que serviam de base para as pesquisas implementadas pelos filólogos e os especialistas da língua literária. Para se estudar uma língua cientificamente, é necessário conhecer o meio em que é escrita ou falada, especialmente no que diz respeito ao plano lexical.

2.3.3 Geografia linguística: alguns apontamentos

Coseriu (1965, p. 09) ensina que a geografia linguística pode ser entendida simplesmente como parte da geografia, precisamente, como “geografia das línguas” (atuais, históricas ou pré-históricas). Portanto, a Geografia Linguística pode ser definida como

una geografía “interna” de las lenguas: [...] se ocupa de la extensión y distribución espacial de fenómenos lingüísticos particulares [...] dentro de una o más lenguas, y de los límites entre las áreas ocupadas por tales fenómenos (COSERIU, 1965, p. 10).

As línguas apresentam-se com extensão e limites no espaço terrestre e, portanto, podem ser registradas em mapas e constituir objeto da geografia: o estudo da distribuição das “línguas” (comunidades linguísticas) sobre a terra e das fronteiras entre as mesmas é pertinente à geografia política.

Para Vidos (2001),

O método da Geografia Lingüística procura, como nenhum outro, uma penetração imediata e geral na vida contemporânea da língua. Ele reforça a autonomia da palavra perante o som, mostra que os sons mudam nas palavras, que cada palavra tem o seu especial desenvolvimento fonético, que são as palavras e não os sons que ocupam o primeiro plano. Faz ver, através das palavras que podem

migrar, debilitar-se, chocar-se entre si, desaparecer e surgir a despeito de todo o determinismo, ou seja, de toda a tradição latina etc., a atividade da força criadora, do espírito; numa palavra, a vida da língua (VIDOS, 2001, p. 63).

Há que se lembrar ainda que a “língua” constitui um dos principais componentes de outras entidades que integram o objeto da geografia humana e política, como a “civilização” ou “cultura”, a “nação”, o “estado”: Sabe-se que frequentemente se trata de fazer coincidir com os limites linguísticos das fronteiras entre estados (...). Cabem dentro deste conceito da geografia linguística os mapas linguísticos, que se encontram nos atlas geográficos comuns e nos atlas históricos, como também grande parte das indicações e dos mapas que contêm as obras acerca das línguas do mundo, e outras obras que registram a distribuição das “línguas” em certos territórios (COSERIU, 1965, p. 11).

Em seu trabalho, Coseriu propõe uma classificação metodológica para alguns termos relativos à geografia linguística. Conforme os fatos linguísticos que registram, os mapas lingüísticos podem ser:

- a) *mapas fonéticos*, que registram as variantes de um fonema comprovadas nos pontos investigados, ou os vários fonemas correspondentes a um único fonema mais antigo, e também determinadas séries de fonemas que se encontram na mesma situação, de um ponto de vista histórico;
- b) *mapas léxicos*, que registram as palavras empregadas para expressar o mesmo conceito, independentemente das variações fônicas, a saber, da pronúncia peculiar comprovada em cada ponto;
- c) *mapas propriamente linguísticos*, que registram, em sua integridade fônica e morfológica as expressões concretamente comprovadas em cada ponto investigado.

De acordo com a maneira de apresentar o material, se distinguem:

- a) *mapas sintéticos*, que já implicam uma elaboração, pois estabelecem os limites das áreas correspondentes às formas típicas comprovadas;

b) *mapas pontuais*, que não estabelecem tais limites e registram fielmente as formas em todos e cada um dos pontos comprovados;

c) *mapas similares*, cujos esquemas reproduzem apenas os paralelos e os meridianos do território investigado e registram em coluna, as formas comprovadas e os pontos correspondentes ao mesmo trapézio. São considerados inovadores.

A geografia linguística compreende, pois, três etapas principais para implementação das atividades (além da etapa de preparação, selecionam-se os pontos a serem investigados, preparam-se o questionário, se estabelecem os princípios técnicos e metodológicos, etc.):

1) o trabalho de coleta do material, que se realiza mediante seleção, sobre a base de um material normalmente idêntico, isto é, o mesmo questionário, para todos os pontos eleitos, como também com a ajuda de meios indiretos, como fotografias, desenhos, ilustrações, ou a apresentação dos próprios objetos cujos nomes dialetais se deseja obter dos interrogados;

2) o registro do material colecionado em mapas que constituem os atlas linguísticos;

3) o estudo e a interpretação do material proporcionado pelos mapas.

O método utilizado por esta geografia linguística é de caráter geográfico (pois se trata de comprovar atos no espaço), da mesma maneira que os instrumentos que realiza e disponibiliza para ulteriores pesquisas (os atlas linguísticos). Mas os seus fundamentos e fins são evidentemente glotológicos, já que o interesse maior consiste em evidenciar as particularidades linguísticas pertinentes a uma determinada região em relação a outra(s).

Por isso, alguns consideram inadequado o nome já consagrado pelo uso e prefeririam chamá-la de “linguística geográfica”. No entanto, há que se notar que

suas conclusões superam o âmbito estritamente linguístico, pois revelam aspectos característicos da vida do homem sobre a terra e, portanto, podem elucidar, também problemas puramente geográficos.

Os mapas linguísticos, além de proporcionar observações de caráter geral sobre o funcionamento da linguagem, como meio de intercomunicação social, revelam a vinculação entre a história linguística e os fatores geográficos ou geopolíticos: permitem comprovar que as inovações nas “línguas” precedem de certos centros e sua difusão se detém por meio de certos limites constituídos por rios, montanhas, fronteiras políticas, administrativas ou eclesiásticas. As zonas isoladas e laterais distantes dos centros da inovação tendem a conservar formas linguísticas mais antigas (COSERIU, 1965, p. 13).

2.4 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

2.4.1 Dialetoologia Tradicional ou Monodimensional

Tendo iniciado no final do século XIX, o objetivo principal da dialetoologia tradicional ou monodimensional é o estudo e a descrição dos dialetos. Essa vertente metodológica preocupa-se, principalmente, com a variação *diatópica*, isto é, a variação da língua no espaço geográfico, de maneira que é possível depreender o caráter territorial das línguas, uma vez que os homens se situam nos espaços geográficos, estabelecendo práticas culturais que irão refletir no seu modo de falar.

A partir dos estudos do léxico e da fonética, aplicados à cartografia, tornou-se possível estabelecer as isoglossas e as regiões dialetais, de forma relativa, pois não há limites precisos. Ao contrário, existem variedades dialetais que se influenciam de maneira contínua e não discreta, isto é, passível de ser evidenciada, a partir da análise de fenômenos relativos aos dialetos. Este princípio foi muito utilizado pelos neogramáticos, que buscavam respostas mais precisas para a manifestação da linguagem humana.

Sobre o método da geolinguística, Margotti (2004), afirma que, inicialmente,

consistia no seguinte:

No início, o método da geolingüística consistia mais ou menos no seguinte: visitava-se uma ou várias localidades situadas na área previamente escolhida e anotavam-se, no decurso das conversas entabuladas com os habitantes, as particularidades lingüísticas que, sob determinado ponto de vista, apresentavam maior interesse. Prestava-se grande atenção aos sons, depois vinham as formas gramaticais. As particularidades do material assim recolhido eram depois comparadas com as características da língua comum (eventualmente com as características de outros dialetos) e explicadas com o auxílio dos métodos tradicionais da gramática. Se, por um lado, era perfeitamente possível distinguir os dialetos de uma língua, por outro ficavam sem explicação as semelhanças e diferenças, assim como as causas da variação. No início, os lingüistas baseavam em geral suas investigações no material recolhido em forma de glossários por diletantes que não tinham qualificação científica para uma pesquisa mais profunda e sistemática (MARGOTTI, 2004, p. 82-83).

Logo em seguida houve uma evolução desta prática metodológica, com a utilização dos atlas lingüísticos. Com os mapas lingüísticos, agora seria possível apresentar os dados de uma área geográfica específica com a visualização simultânea das variantes lingüísticas referentes ao fenômeno estudado. Havendo regularidade dos fenômenos em questão, era possível traçar isoglossas, que garantiam uma investigação mais precisa, além da possibilidade de formular hipóteses sobre o estágio de desenvolvimento do fenômeno.

Chambers e Trudgill (1980, p. 103) apontam que o termo isoglossa diz respeito a uma linha desenhada em uma região, com o objetivo de separar duas áreas, evidenciando a ocorrência de alguns usos ou variantes lingüísticas em uma delas. Trata-se, portanto, de “uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões lingüísticas” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 12-13).

As isoglossas podem ser classificadas de duas maneiras: com relação ao tipo de fenômeno e quanto à natureza dos fatos lingüísticos. Quanto ao tipo de fenômeno, elas podem ser: a) *isoglossas diatópicas* - identificam contrastes e semelhanças lingüísticas no espaço; b) *isoglossas diastráticas* - diferenças e semelhanças lingüísticas socioculturais; e c) *isoglossas diafásicas* – demonstram as diferenças de estilo. Já no que tange à natureza do fenômeno lingüístico, classificam-se em: a) lexical ou *isoléxica*; b) fônica ou *isófona*; e c) sintática ou *isossintagmática*.

A *isoglossa* possibilita a definição do *dialeto* como um *feixe de isoglossas*, isto é, um grupo de isoglossas que determinam certa homogeneidade de uma comunidade linguística com relação a outras. “Essa relativa homogeneidade, demonstrada pelo conjunto das isoglossas, leva ao entendimento de que não existem limites rígidos entre as línguas, uma vez que toda língua histórica é constituída por um conjunto de dialetos” (FERREIRA e CARDOSO, 1994, p. 16).

Dentre os aspectos relativos à dimensão tradicional, há um privilégio para núcleos com redes de pontos centradas na área rural, localidades de ocupação antiga, informantes (em sua maioria do sexo masculino, idosos, moradores da área rural, com pouca escolaridade, nascidos no local e pouco viajados). A preferência por informantes masculinos devia-se, nas nações ocidentais, à crença de que eles utilizariam mais o vernacular do que as mulheres (CHAMBER; TRUDGILL, 1980).

Enfim, compreende-se que a dialetologia tradicional ou monodimensional tinha como foco primordial a diatopia, que cumpria a tarefa de resgatar do esquecimento ou até mesmo do desaparecimento, os dialetos locais mais antigos, pela influência das inovações e desenvolvimento da língua padrão literária, ou língua oficial.

2.4.2 Dialetologia Pluridimensional

Radtke e Thun (1996) sustentam que o tratamento monodimensional limita a análise ao recorte horizontal da variação diatópica. Deste modo, defendem a perspectiva da dialetologia pluridimensional, que abrange, no mesmo quadro, a análise das dimensões horizontal e vertical (social) da variação linguística, uma vez que a língua não representa apenas as variedades regionais, mas também o encadeamento de variedades sociais. “Se a dialetologia tem como finalidade geral o estudo das falas, deverá tratar tanto das suas variedades regionais quanto das sociais, tanto no eixo horizontal quanto no vertical” (BLANCH, 1978, p. 42).

Essa nova vertente tem como propósito mesclar modelos teórico-metodológicos distintos, mas que se complementam e ampliam as possibilidades dos estudos de variação. Thun (1998, p. 702) explica que “a dialetologia areal, monodimensional

por tradição, mas não por necessidade intrínseca, é uma sociolingüística (e pragmática) limitada. A sociolingüística, pluridimensional por tradição, mais resistente ao espaço, é uma dialetologia limitada”. Navarro (apud THUN, 1998, p. 702), postula que é necessário associar outros tipos de variação à vertente da dimensão areal: os fatores extralingüísticos. Assim, adverte que se encontra em vias de elaboração “o plano ideal que dê conta do estudo do espanhol em toda a ilha, em seus centros urbanos e em seus bairros campestinos, e que assinale seus distintos níveis entre idosos, adultos e jovens, e entre homens e mulheres”.

Esta proposta deverá levar em consideração fatores como a fisionomia, as tendências, a vitalidade e a firmeza ou insegurança da língua, no contexto da comunicação e convivência cotidiana desses grupos sociais, de maneira que o fenômeno da variação pode ser observado na perspectiva da variação diatópica (rural e urbano, centro e bairros periféricos) e da variação diastrática (escolaridade, idade, sexo). Esta nova dimensão é apresentada por Thun (1998) através do esquema abaixo:

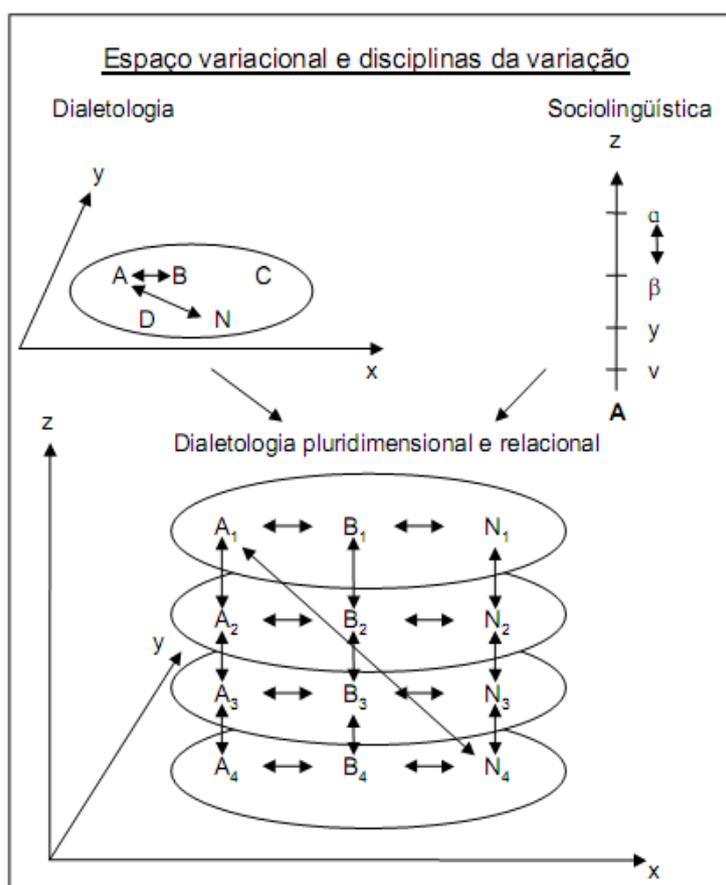


Figura 4: Esquema da dialetologia pluridimensional
Fonte: Thun (1998, p. 5).

A noção de dialetologia pluridimensional é resultado da confluência de duas disciplinas historicamente separadas, a saber: a dialetologia areal e a sociolinguística. De forma inovadora, ela se afirma como a ciência geral da variação linguística, compreendendo as relações entre variantes e variedades de um lado e falantes, de outro.

Com base no exposto, deve-se entender que as línguas não são apenas instrumentos que se prestam à comunicação. Na realidade, constituem elementos de interação social, servindo de símbolo de união, parâmetro para adoção de atitudes, normas, valores e comportamentos de um grupo social, permitindo que os grupos sociais diferenciem a si próprios através da língua (APPEL; MUYSKEN, 1992, p. 11). Observa-se, assim, que novos campos de atuação passam a interessar à geolinguística:

O espaço variacional da dialetologia pluridimensional não compreende apenas os dialetos 'puros' preferidos pela dialetologia tradicional ou os socioletos da sociolinguística. São de igual interesse as variedades mistas, os fenômenos de contato lingüístico entre línguas contíguas ou superpostas de minorias e de majorias, formas regionais, a variação diafásica (ou estilística), o comportamento lingüístico dos grupos topodinâmicos (demograficamente móveis) contrastado com o dos grupos topostáticos (pouco móveis no espaço), a atitude metalingüística dos falantes comparada com seu comportamento lingüístico, e outros parâmetros mais (THUN, 1998, p. 704).

As dimensões incorporadas à geolinguística tradicional são diversas, a saber: a idade (*dimensão diageracional*), o sexo (*dimensão diassexual*), a escolaridade (*dimensão diastrática*), o estilo de fala (*dimensão diafásica*), o grupo social (*dimensão diagrupal*), a língua de contato (*dimensão dialingual*), a identidade social (*dimensão diarreferencial*). Constitui-se, pois, como "um modelo variacional de maior alcance metodológico e que considera novas possibilidades de levantamento de dados" (RADTKE; THUN, 1996, p. 48).

Notadamente, cartografar e sistematizar os dados obtidos com a aplicação dessas novas técnicas constitui um grande desafio. Isso porque estão em jogo as dimensões metalingüística e epilingüística, ou seja, a variação linguística que resulta das diferentes relações entre a "postura com respeito à língua" e "o comportamento lingüístico". Fatores que, por sua vez, constituem o parâmetro diarreferencial. "A dialetologia pluridimensional deve pensar em uma organização inteligente e racional

da grande quantidade de dados que recolhe” (THUN, 2000, p. 408).

Cardoso (2002, p. 11) afirma que “as cartas pluridimensionais permitem o cruzamento de variáveis e exibem resultados que mostram o comportamento de cada uma delas”. Assim, torna-se possível visualizar a distribuição diatópica da variável ou das variáveis, levando-se em consideração uso dos falantes selecionados por outros parâmetros (sexo, idade, escolaridade etc.), ou por estilos de fala. Torna-se necessário, pois, manter um rígido controle na seleção e documentação dos informantes.

Para Cardoso (2002),

Se antes a prioridade estava para informantes de pouca ou nenhuma instrução formal, geralmente mais avançados em idade e arraigados à sua terra, o entendimento das relações língua-fatores sociais-espacos geográficos passou a exigir uma diversidade maior de usuários da língua a ser considerada. Já não são prioritários, hoje, os informantes mais idosos, analfabetos e de origem rural; passam a interessar, nas mesmas proporções, informantes urbanos, com maior grau de escolaridade, de diversas faixas etárias e já não apenas o sedentário, mas também aquele que se desloca, que transfere a sua residência e que apresenta certa mobilidade (CARDOSO, 2002, p. 11).

Para dar conta dessa nova tendência relativa à coleta de dados, surge, então, uma nova concepção dos instrumentos de pesquisa e publicação dos resultados. Dentre as possibilidades desta nova metodologia, está a diversificação dos questionários, que passa a abranger níveis linguísticos distintos, dentre os quais: fonético-fonológico, morfossintático, semântico-lexical, pragmático-discursivo. Surgem novas técnicas de gravação e outros meios para publicação, que vão dos mapas linguísticos tradicionais até bancos de dados eletrônicos.

2.5 DIALETOLOGIA, LÉXICO E CULTURA

Considerando-se a perspectiva deste estudo, que pretende abordar alguns aspectos dos falares da Bahia e do Espírito Santo, no âmbito das manifestações lexicais expressas nos atlas linguísticos dos dois estados, torna-se relevante empreender uma discussão acerca da relação entre cultura e léxico, uma vez que este último

corresponde a uma espécie de saber partilhado, situado na consciência dos integrantes de uma comunidade linguística. Pelo léxico de uma comunidade é possível identificar semelhanças e diferenças entre essa e outros grupos, tanto no âmbito *diatópico quanto no diastrático*.

Para Barbosa a “Lexicologia estuda o universo de todas as palavras, vistas em sua estruturação, funcionamento e mudança” (1990, p. 157). Desse modo, está relacionada à categorização lexical e à estruturação do léxico. A lexicologia mantém uma relação estreita com outras disciplinas, como a Semântica, a Fonologia, a Morfologia, a Sintaxe e a Dialectologia, sendo o léxico capaz de desvelar a história do homem, de seus costumes e suas práticas religiosas, sociais e culturais.

Outra área de grande relevância para o estudo é a Lexicografia, responsável pelo registro do uso, significado e funcionamento dos itens lexicais representativos de uma comunidade linguística. Oliveira e Isquierdo (2001, p.17) definem a lexicografia como “a ciência dos dicionários”. Este, por sua vez, correspondem a uma “organização sistemática do léxico, uma espécie de tentativa de descrição do léxico de uma língua” (BIDERMAN, 2001, p.131). Os atlas linguísticos também são considerados produtos lexicográficos, já que registram as lexias que ocorrem em uma determinada região, as quais podem ser estudadas de maneira contextual

Numa língua natural, o léxico tem como função, categorizar e sistematizar o conhecimento assimilado pelos indivíduos, através da experiência de classificar e nomear seres e objetos, através da associação ou separação de traços a estes relacionados. De acordo com Biderman (2001, p. 15), “é o léxico o único domínio da língua que constitui um sistema aberto, diversamente dos demais, fonologia, morfologia e sintaxe, que constituem sistemas fechados”.

De acordo com Santos (2011), o léxico de uma língua natural “constitui uma das vias principais de que dispõem os sujeitos, enquanto falantes/ouvintes, para expressar o mundo/espço dito real”. Biderman (2001, p.179), por sua vez, afirma que o acervo lexical pode se expandir, se alterar ou contrair, ao sabor das transformações socioculturais, que podem acarretar alterações no uso do vocabulário, com consequências que vão desde a marginalização ou o desuso até o

desaparecimento.

Biderman aponta que “a geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras” (2001, p. 13). Desse modo, a autora expõe ainda que os significados constituem maneiras de organizar informações sensoriais da experiência humana, através de um processo criativo, de modo que o significado da lexia só pode ser construído num determinado contexto. De acordo com Pottier (1975, p. 26), lexia refere-se “[...] à unidade lexical memorizada”, isto é, no ato discursivo, o falante resgata um conjunto de signos de sua “memória lexical” ao invés de construir combinações,

Sendo um dos níveis da língua, o léxico caracteriza-se como um processo anterior à compreensão de um texto, na medida em que pode revelar crenças, hábitos, valores e costumes de uma comunidade. Encontra-se estreitamente ligado à semântica, pois a partir da pesquisa semântico-lexical, podem-se depreender relações de significação dos itens lexicais situados em seu campo de ocorrência. De acordo com Vilela (1994)

O léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralingüística e arquiva o saber lingüístico de uma comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertos e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal, quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico que é o repositório do saber lingüístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na consciência dos falantes de uma comunidade (VILELA, 1994, p. 6).

Há, portanto, uma estreita relação entre o léxico de uma língua e a história cultural de um povo, de modo que os itens lexicais realizam-se em função do uso linguístico numa determinada região. O acervo lexical é capaz de indicar o modo de vida, a maneira de encarar a realidade e ainda, a forma de organizar a realidade em que vivem, através da sistematização do conhecimento. Neste sentido, torna-se relevante, para a Geolinguística utilizar algumas variáveis como escolaridade, faixa etária e gênero do informante.

Os aspectos semântico e lexical se tornam preponderantes, já que um dos critérios

metodológicos comuns aos atlas linguísticos é a utilização de questionários, através dos quais os inquiridores podem ter acesso às realizações fonético-fonológicas, morfossintáticas ou semântico-lexicais dos informantes que representam uma determinada localidade, sendo, pois, a Dialectologia e a Geolinguística, importantes aliadas para a apreensão dos aspectos culturais de uma comunidade. No caso específico deste estudo, salienta-se que o Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB), possui 182 questões lexicais pertencentes aos campos semânticos terra, vegetais, homem e animais.

Já o Atlas Linguístico do Espírito Santo (ALES), possui um questionário lexical com 227 questões que versam sobre os seguintes campos semânticos: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, flora, atividades agropastoris, fauna, convívio e comportamento social, ciclos da vida, corpo humano, religião e crenças, jogos e brincadeiras, habitação alimentação e cozinha, vestuário e acessórios.

Com efeito, este estudo possibilita a descrição de peculiaridades lexicais tradicionais da Bahia e do Espírito Santo, uma vez que tanto o APFB quanto o ALES estão amparados em critérios semelhantes no que tange à seleção de informantes: 25 a 60 anos e analfabetos a semianalfabetos, para o APFB; 30 a 55 anos e com grau de escolaridade entre analfabetos até a 4ª série, para o ALES. Tais características, por sua vez, foram definidas com o objetivo de tentar elucidar a realidade linguística das comunidades investigadas.

Isquierdo (2001, p. 91) aponta que o léxico regional pode deixar transparecer fatores significativos relacionados às experiências e à visão de mundo de um determinado grupo, na medida em que os falantes, inseridos nas práticas cotidianas, sentem a necessidade de nomear a realidade, apreendendo, estruturando e apropriando-se do universo que os cercam. A autora ainda afirma que o universo lexical de determinados grupos pode revelar momentos distintos da história da língua, característicos de um determinado espaço geográfico e social.

3 CAMINHOS DA DIALETOLOGIA NO BRASIL

3.1 O PERÍODO PRÉ-GEOLINGUÍSTICO

Ao se refletir sobre a trajetória da *Dialetologia* no Brasil, é possível identificar um primeiro momento, em que alguns estudiosos começam a despertar para a questão das diferenças entre o português do Brasil e de outros países, especialmente Portugal. Em 1826, Domingos Borges de Barros, conhecido como Visconde da Pedra Branca, publica uma nota denominada *Les différences que le dialecte brésilien pourrait présenter, comparé à la langue du Portugal*.

Este trabalho foi publicado na obra *Introdução ao Atlas Ethnográfico do Globo*, produzida pelo geógrafo italiano Adrien Balbi. No texto, Barros aborda as possíveis diferenças dialetais entre o português europeu e o do Brasil. “Ao descrever a língua portuguesa do Brasil o Visconde mostrou as interferências e os termos e expressões incorporadas ao português, a partir das línguas indígenas faladas no Brasil” (ARAGÃO, 2008, p. 125).

Na metodologia aplicada ao seu estudo, o Visconde procurou demonstrar as peculiaridades das duas variedades linguísticas, comparando as diferenças lexicais, evidenciadas tanto no plano do significado quanto da forma. Nesta perspectiva, fez o levantamento de dois grupos de palavras, a saber: o primeiro, no qual apresentava oito palavras que haviam adquirido novo significado no Brasil; e o segundo, contendo cinquenta palavras e expressões utilizadas apenas aqui.

3.2 AS FASES DOS ESTUDOS DIALETAIS

3.2.1 Primeira Fase

Para Cardoso (2009, p. 185), o trabalho do Visconde da Pedra Branca constituiu o marco da dialetologia nacional e abriu caminho para outros estudos de caráter semântico-lexical. O período compreendido entre 1826 e 1920 é considerado, então,

como a primeira fase dos estudos dialetais no Brasil. Tais investigações geraram inúmeros glossários regionais e dicionários, predominando “em toda a primeira fase da dialetologia brasileira, que se encerra em 1920, com a publicação do *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral (ARAGÃO, 2008, p. 126).

Nessa perspectiva, o trabalho de Amadeu Amaral encerra a primeira e inaugura a segunda fase da Dialetologia no Brasil. Já àquela época, o autor se preocupava com a necessidade de uma investigação sistemática e imparcial das variedades regionais, a partir de uma metodologia rigorosa. Para Brandão (1991, p. 43), era plantada, naquele momento, “a semente da geografia lingüística”, considerando-se a relevância do trabalho desenvolvido por Amaral.

3.2.2 Segunda Fase

Na segunda fase da Dialetologia, inaugurada por Amadeu Amaral (1920 a 1952), destaca-se o Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, regulamentado posteriormente através da Portaria 536, de 26 de maio do mesmo ano. Esse dispositivo legal “determinou como função da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, através do seu Centro de Pesquisas, que deveria ter como objetivo específico a realização do Atlas lingüístico do Brasil” (ARAGÃO, 2008, p. 126).

Os métodos e técnicas utilizados por Amaral foram considerados bastante adiantados para a época, com a vantagem de investigar as peculiaridades do falar brasileiro. Ao se preocupar com a concentração da pesquisa em uma determinada área geográfica, Amaral também contribui com a sociolinguística, quando repensa questões como a imparcialidade dos pesquisadores e as formas de buscar os dados diretamente junto aos falantes. Ele também se mostrou prudente quanto à aplicação dos mesmos métodos para todas as regiões, o que permitiria a comparação entre os diferentes dialetos.

Também merece destaque nessa fase a obra intitulada *O linguajar carioca*,

publicada por Antenor Nascentes em 1922. Considerada componente dos mais importantes para os estudos dialetais do Brasil, a obra contou com edições posteriores, em que Nascentes “propôs pela primeira vez, com bases linguísticas, a divisão dos falares brasileiros, fato que até hoje nenhum outro autor conseguiu fazer de modo coerente e aceitável” (ARAGÃO, 2008, p. 127). O autor propõe a divisão dos falares brasileiros logo nos primeiros capítulos publicados. Mais adiante, apresenta um estudo sobre as especificidades fonéticas, léxicas e morfossintáticas do dialeto carioca.

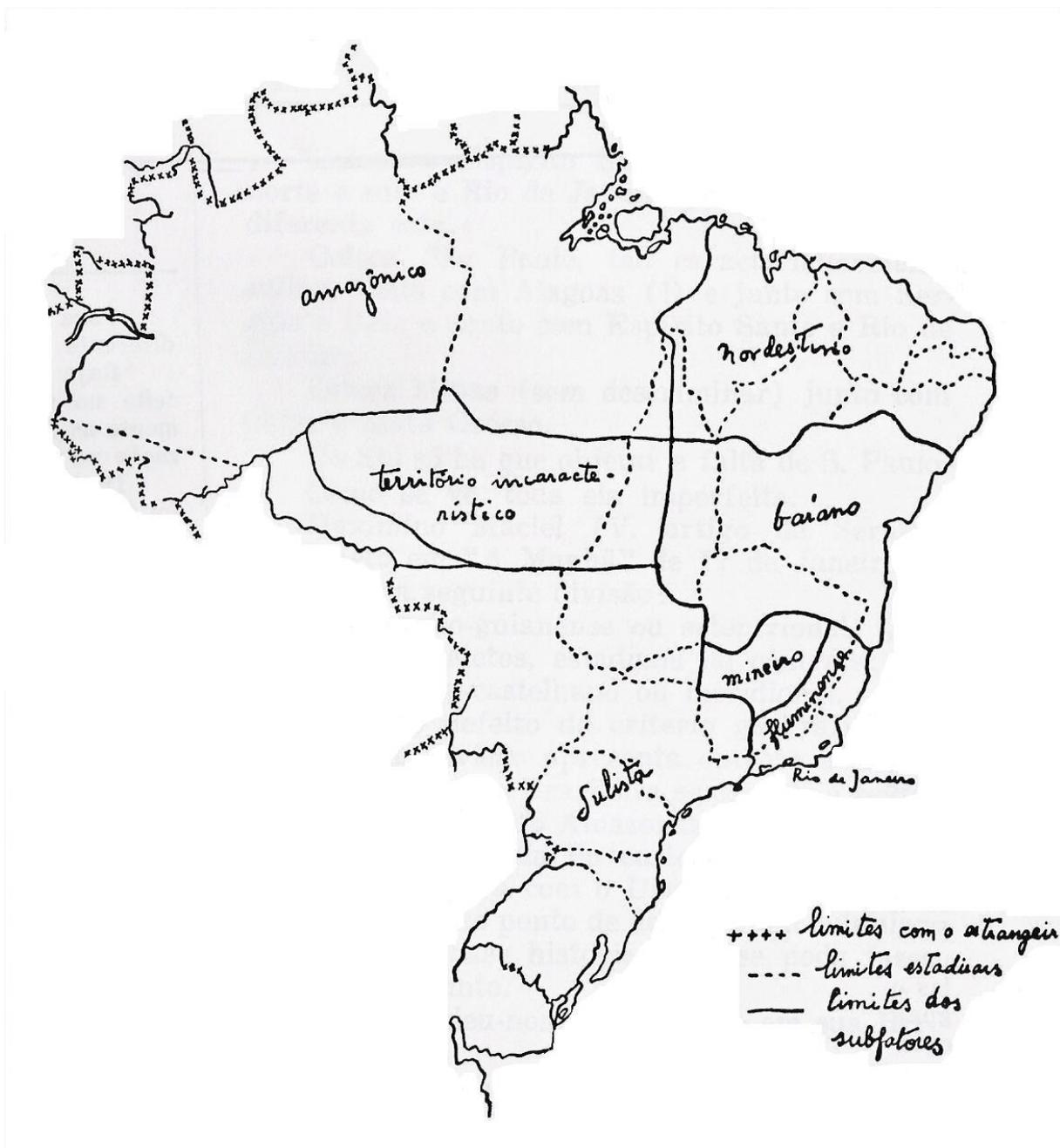


Figura 5: Divisão dialetal do Brasil
Fonte: Nascentes (1953, p. 19)

A língua do Nordeste, proposta por Mário Marroquim, em 1934, também contribui de maneira significativa para esta segunda fase da dialetologia no Brasil. Em seu trabalho, o autor propõe “uma definição bem documentada do conceito de Dialeto para, a seguir, fazer um estudo mais profundo dos aspectos fonético-fonológicos, léxicos e sintáticos do falar de Alagoas e Pernambuco” (ARAGÃO, 2008, p. 127).

3.2.3 Terceira Fase

Com o impulso experimentado pelas pesquisas geolinguísticas na Europa, amplia-se o interesse pela produção de atlas linguísticos no Brasil. Desse modo, a terceira fase tem início com a consolidação do Decreto 30.643, de 1952 e se estende até 1963, quando Nelson Rossi publica o *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB*, a saber, o primeiro atlas linguístico realizado no Brasil, de cujas informações se serve esta pesquisa.

Nesta fase, alguns linguistas de destaque, engajados nos estudos dialetais, começam a refletir, de maneira plausível, sobre a construção de um atlas linguístico nacional. No entanto, estavam conscientes sobre as dificuldades relativas a tal empresa, dentre as quais as distâncias entre os pontos, a falta de pavimentação das estradas, a carência de pesquisadores preparados, além da dificuldade de obter financiamento.

Em 1955, Serafim da Silva Neto elabora o *Guia para estudos dialetológicos*, a partir do qual reflete sobre a necessidade de se desenvolver uma mentalidade dialetológica no Brasil. Nesse trabalho, o autor estabelece alguns critérios e ações essenciais para o desenvolvimento deste campo de estudo, dentre os quais

a realização de sondagens preliminares; a recolha de vocabulário seguindo as exigências técnicas; a elaboração de monografias etnográfico-linguísticas sobre determinadas áreas semânticas e sobre falares; a elaboração de atlas regionais; a aplicação nacional de um questionário uniforme para a elaboração de atlas nacional (CRISTIANINI; ENCARNÇÃO, 2006, p. 03).

Por volta de 1968, Celso Cunha dedicava-se ao conhecimento da língua nos mais

diversos aspectos, especialmente na questão histórica e nas políticas de ensino. Nos seus estudos, também reconhece a necessidade da execução de um atlas linguístico nacional. Entretanto, sendo conhecedor das dificuldades desse projeto, também defendia a necessidade da construção prévia de atlas regionais. "Abandonemos, pois, esse ensino inoperante de regras e exceções. Estudemos a língua" (CUNHA, 1968, p. 20).

Entre 1958 e 1961, Antenor Nascentes publicou as *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, obra composta por dois volumes, nas quais apresenta os desafios relativos à realização desse projeto. As principais contribuições por ele apresentadas foram a seleção dos pontos e dos sujeitos da pesquisa, além dos critérios para a elaboração do questionário linguístico a ser utilizado.

Nesta perspectiva, os autores supracitados, além de outros que também se empenharam, garantiram o estímulo que a Dialectologia Brasileira reivindicava naquele momento, para sua consolidação. "Nas discussões que realizaram, chegaram à conclusão de que, naquele momento, o melhor, em termos geolinguísticos no Brasil, era a realização de atlas regionais, para num outro momento, se fazer o atlas nacional. E assim foi feito" (ARAGÃO, 2008, p. 127).

3.2.4 Quarta Fase

Mota e Cardoso (2006, p. 27) propõem essa nova fase ao refletirem sobre a influência da implementação do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB*, a partir de 1996. O projeto tem início "por ocasião do *Seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, realizado em Salvador, na Universidade Federal da Bahia – UFBA/Instituto de Letras, que reuniu pesquisadores no campo da Dialectologia" (CARDOSO, 2009, p. 186). Nessa época, verifica-se um maior impulso quanto à realização de atlas regionais e estaduais, assim como um aumento no interesse dos pesquisadores nesse campo de estudo, refletindo na produção de teses de doutorado e dissertações de mestrado.

3.3 PROPOSTA PARA UM ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL – ALiB

A partir do seminário supracitado, que aconteceu entre 04 e 08 de novembro de 1996 na UFBA, foram realizadas diversas atividades e traçadas linhas gerais sobre o caráter nacional do ALiB, considerando-se a sua abrangência e distribuição espacial. Este momento criaria novas perspectivas para todos que almejavam a realização de um atlas nacional, desde o estabelecimento do pensamento geolinguístico no Brasil, juntamente com o amparo legal do Decreto 30.643 de 1952.

Observa-se, pois, que somente 44 anos após a institucionalização da proposta de realização do atlas nacional, uma ação mais ousada foi concretizada. Antes disso, na década de 70, a Casa de Rui Barbosa sinalizou a intenção de realizar um atlas linguístico do português brasileiro, porém, sem obter êxito. Nas palavras de Cardoso (2009),

Esse projeto não chegou, por razões diversas, a ser realizado, e os motivos apontados para o não cumprimento da Lei se prendem a dificuldades de deslocamento, pouca facilidade de financiamento para pesquisa sobretudo na área de Letras e, ainda, a inexistência de um número suficiente de pesquisadores na área que pudessem assumir empreitada de tal porte. (CARDOSO, 2009, p. 188).

O Projeto ALiB é coordenado por um Comitê, formado por autores e pesquisadores dos atlas linguísticos regionais publicados. Atualmente, fazem parte do grupo Suzana Cardoso (UFBA), Jacyra Mota (UFBA), Maria do Socorro Aragão (UFC), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Cléo Vilson Altenhofen (UFRGS), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL), Felício Wessling Margotti (UFSC) e Ana Paula Antunes Rocha (UFOP).

Conforme explica Cardoso (1997), o projeto ALiB apresenta os seguintes objetivos principais:

- descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas, consideradas na perspectiva da Geolinguística;
- oferecer aos estudiosos da língua portuguesa subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil;

- estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais, através de resultados cartografados em mapas linguísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados;
- examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento, de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil;
- oferecer aos interessados nos estudos linguísticos um imenso volume de dados que permitira aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica. (CARDOSO, 1997, p. 2).

O Projeto tem por meta documentar uma rede de 250 localidades distribuídas por todo o território nacional e representativas das diversas regiões, devendo ser registrados 1.100 informantes distribuídos pelos dois sexos, de duas faixas etárias (18 a 30 anos e 50 a 65 anos) e de dois níveis de escolaridade, sendo, até 8ª série incompleta e nível superior (para os informantes das capitais).

Com relação aos critérios metodológicos, a proposta consiste em aplicar questionários específicos, com gravação integral das entrevistas. Os questionários se estruturam da seguinte forma: Questionário Fonético-Fonológico-QFF (perguntas 1 a 159), Questionário Semântico-Lexical-QSL (perguntas 1 a 202), Questionário Morfossintático-QMS (perguntas 1 a 49), além de questões de prosódia e de pragmática, de temas para discursos semidirigidos, perguntas metalinguísticas e um texto para leitura.

“O atlas, que pretende fornecer, afora as cartas linguísticas, análises interpretativas de alguns aspectos observados, encontra-se em fase avançada de recolha de dados” (ALMEIDA, 2008, p. 67). Conforme dados disponibilizados no site do ALiB, até setembro de 2011, já haviam sido concluídos os inquéritos em 229 das 250 localidades definidas, o que corresponde a um percentual de 91.6%. Os informantes documentados contabilizam 1016 ou 92.4%, considerando-se o total de 1100. Os trabalhos já foram concluídos em 19 estados, sendo que nos demais restam apenas 21 localidades a serem visitadas (ALiB, 2012).

3.4 OS ATLAS LINGÜÍSTICOS REGIONAIS – AR

Conforme assinalam Cardoso e Mota (2003, p. 39), a partir de 1952, quando se expôs um interesse oficial quanto à elaboração de um atlas nacional, outros países, conforme, citado anteriormente, já estavam bem à frente do Brasil. A partir do // *Colloquium de Estudos Luso-Brasileiros*, realizado em São Paulo no ano de 1954, Serafim da Silva Neto salientou a necessidade e urgência de se estudarem os falares brasileiros, a começar pela realização de atlas linguísticos regionais. Dessa forma, o apelo causou inquietação em muitos pesquisadores brasileiros, que começaram a produzir os AR. Sobre as publicações dos atlas linguísticos, MARGOTTI (2004), nos informa que:

No Brasil, os atlas lingüísticos até agora publicados ou em vias de publicação são atlas regionais circunscritos aos limites intra-estaduais. Exceção é dada pelo *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS), único que engloba os três estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) (MARGOTTI, 2004, p. 82).

Os atlas até então propostos no Brasil são de magnitude regional, estadual ou local, sendo o Projeto ALiB, de proporção nacional. Até a presente data, observa-se que o Brasil conta com doze atlas linguísticos concluídos, sendo que oito já se encontram publicados. Os atlas linguísticos estaduais brasileiros publicados são: o Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963), o Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977), o Atlas Linguístico da Paraíba (1984), o Atlas Linguístico de Sergipe (1987), o Atlas Linguístico do Paraná (1994), o Atlas Linguístico de Sergipe II (2002) e o Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Pará (2004) e o Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul (2002), único atlas regional brasileiro, Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul (2010) e o Atlas Linguístico do Ceará (2010). Os atlas estaduais que ainda não foram publicados são o Atlas Linguístico do Amazonas (2004) e Atlas Linguístico do Paraná II (2007).

Outros atlas estaduais se encontram em vias de elaboração e/ou publicação e contribuirão para a consolidação dos estudos dialetológicos no Brasil. Dentre eles, pode-se citar o Atlas Linguístico do Estado de São Paulo, o Atlas Linguístico do Acre, o Atlas Linguístico do Maranhão, o Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte, o Atlas Linguístico do Mato Grosso, o Atlas Linguístico do Espírito Santo, o Atlas

Linguístico do Piauí, o Projeto Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Rio de Janeiro, o Atlas Geolinguístico do Litoral Potiguar e o Projeto de um Atlas Etnolinguístico do Acre.

De acordo com Aragão (2008, p. 128), existem outros atlas locais que vem sendo realizados, na forma de tese de doutorado ou dissertação de mestrado. São eles: Atlas Linguístico do Paraná II, tese de doutorado defendida por Fabiane Cristina Altino, na UEL, em 2007; Atlas Linguístico Rural do Município de Ponta-Porã – Mato Grosso do Sul, em realização como dissertação de mestrado de Regiane Coelho Pereira Reis, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS. Altino (2007, p. 59) faz referência ao Atlas Linguístico de Rondônia (ALiRO) que ainda está em fase de implementação. Também foi realizado, por Tânia Braga Guimarães (2007), como pesquisa de tese, sob a orientação de Vanderci Aguilera, na Universidade Estadual de Londrina - UEL, o Projeto Para um Atlas Linguístico de São Francisco do Sul (ALSFS).

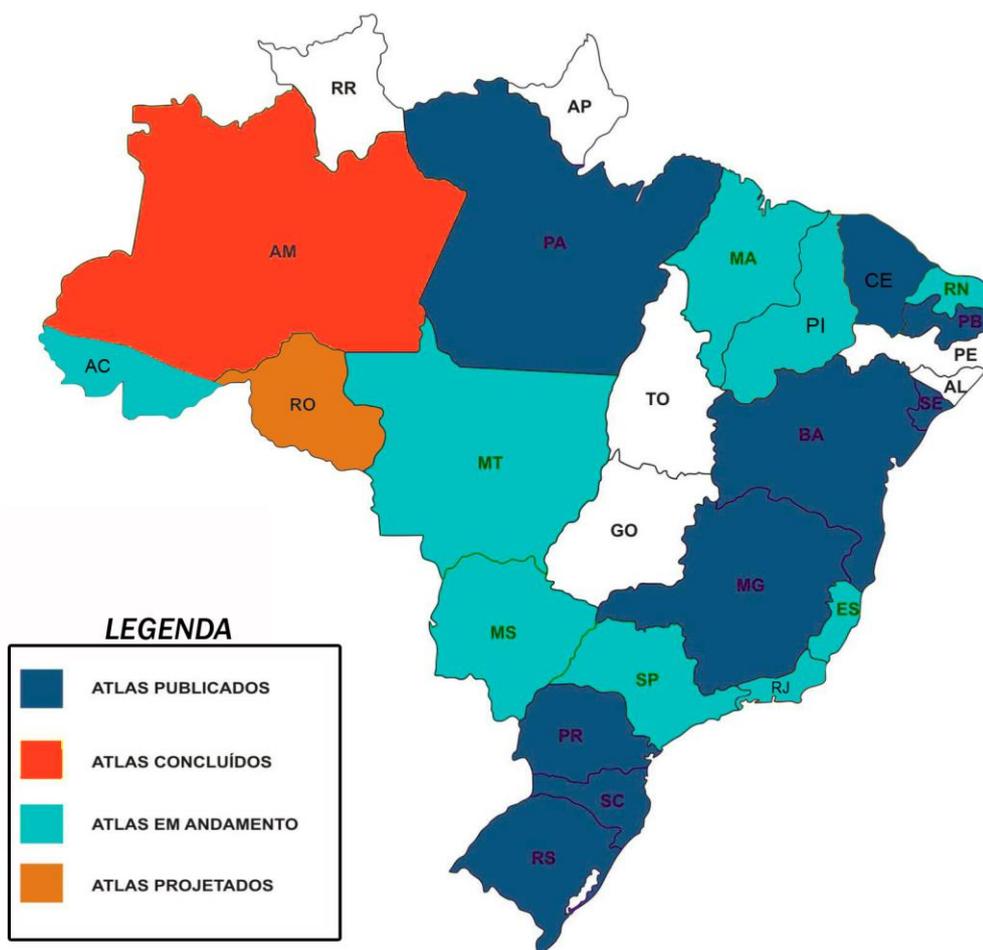


Figura 6: Situação dos atlas realizados no Brasil
Elaborado com base nas informações do AliB – <http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/WebHome>

3. 4.1 Os atlas concluídos e/ou publicados

Os Atlas Regionais (AR) constituem elementos essenciais para o conhecimento mais aprofundado das particularidades sociolinguísticas de cada região. Desse modo, “contribuirão para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, que recobrirá toda a área nacional e proporcionará uma visão global do português brasileiro, mas não permitirá de *per si* uma visão detalhada de cada área particular” (PEREIRA, 2007, p. 18). A seguir, serão apresentados os trabalhos já concluídos nesse campo de estudos.

3. 4.1.1 Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)

O Atlas Prévio dos Falares Baianos, publicado em 1963 por Nelson Rossi, é considerado um marco da pesquisa geolinguística no Brasil. Trata-se do primeiro trabalho dessa natureza a ser publicado, tendo contribuído imensamente para a elucidação do falar regional da Bahia e de boa parte do falar nordestino. É composto por dois volumes, sendo que o primeiro abrange as cartas soltas e o segundo, encadernado, contém introdução, questionário comentado e elenco das respostas transcritas (CRISTIANINI; ENCARNAÇÃO, 2006, p. 04).

O questionário contém 182 questões pertencentes aos seguintes campos semânticos: terra, vegetais, homem, animais. Nesse trabalho, Rossi selecionou 50 localidades, que cobrem todo o estado da Bahia; 100 informantes, 57 mulheres e 43 homens, com nível de instrução de analfabetos a semialfabetizados e faixa etária entre 25 a 60 anos. Entretanto, como afirma Mota (2005, p. 21), “(...) apesar de haver procurado incluir, em todas as localidades, informantes dos dois gêneros e de idades diferentes, não atinge, de modo sistemático, a distribuição diagenérica (...)”.

O objeto desse atlas é o mapeamento da área baiana dos falares baianos, que compreende, segundo a classificação de Antenor Nascentes, os Estados da Bahia, Sergipe, norte de Minas, leste de Goiás e do atual Tocantins (PROJETO ALIB, 2013).

O atlas contém 209 cartas, sendo 11 de identificação, 154 fonéticas e léxicas e 44

cartas-resumo. Os termos são transcritos no próprio corpo da carta ou com legendas e símbolos externos, coloridos ou em preto e branco. Na parte inferior esquerda das cartas há comentários informativos sobre a aplicação do questionário e algumas possuem dados etnográficos, inclusive com ilustrações. O documento não conta com bibliografia geral nem glossário complementar.

3.4.1.2 Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG)

Conforme explica Pereira (2007, p. 20), este atlas é fruto do esforço dos professores José Ribeiro, Mário Roberto Lobuglio Zágari, José Passini e Antônio Pereira Gaio, grupo vinculado ao Departamento de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Minas Gerais, e teve seu primeiro volume publicado em 1977. Na metodologia para realização do ALMG, foram selecionadas 116 Localidades, cobrindo todo o estado; 83 Informantes de ambos os sexos; faixa etária entre 30 e 50 anos; nível de instrução entre analfabeto a primário completo.

O questionário contém 415 questões que versam sobre dois campos semânticos: terra e folguedos infantis. São apresentadas 78 cartas, das quais 05 de identificação, 21 léxicas, 24 fonéticas, 03 isófonas e 25 cartas isoléxicas. Os termos utilizados apresentam símbolos e legendas. Na parte extrema esquerda das cartas constam os vocábulos de frequência mínima e, na direita, os vocábulos de alta frequência. No interior do mapa aparecem os símbolos, círculos e triângulos cheios e vazios.

3.4.1.3 Atlas Linguístico da Paraíba (ALPB)

Conforme Aragão (2008, p. 05), o terceiro atlas publicado no Brasil resulta do trabalho de uma equipe de professores do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, coordenados pelas professoras Maria do Socorro Silva de Aragão e Cleusa Palmeira Bezerra de Menezes.

O trabalho abrange três volumes, sendo que dois já foram publicados. Na metodologia foram selecionados 25 municípios base e 75 municípios-satélite, cobrindo todo o estado; 107 Informantes de ambos os sexos, faixa etária entre 30 e 75 anos; com nível de instrução entre analfabeto a primário completo.

O questionário é composto por 877 questões, sendo dividido em geral e específico. O questionário geral abrange os campos semânticos: a terra, o homem, a família, habitação e utensílios domésticos, aves e animais, plantação e atividades sociais. Já o questionário específico versa sobre as palavras mandioca, cana-de-açúcar, agave, algodão e abacaxi.

No primeiro volume são apresentadas as cartas léxicas e cartas fonéticas, intercaladas. Já o segundo volume descreve de maneira detalhada a metodologia utilizada, os dados histórico-geográficos, geoeconômicos e socioculturais das localidades.

Constam do segundo volume as fichas dos informantes, os informantes por localidade, além da análise das formas e estruturas linguísticas encontradas sob os aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos. O atlas também conta com um glossário, contendo 363 verbetes dicionarizados em sentido distinto do uso geral ou não dicionarizados. Estes, por sua vez, apresentam a transcrição fonética da realização mais frequente na região e a indicação, entre parênteses, do número da carta onde se encontram os verbetes.

3.4.1.4 Atlas Linguístico de Sergipe (ALS I)

Concluído desde 1973, o trabalho somente foi publicado em 1987, tendo sido elaborado pelos pesquisadores Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Nelson Rossi, Suzana Cardoso e Vera Rollemberg (PEREIRA, 2007, p. 21). Na metodologia, foram selecionadas 15 localidades, cobrindo todo o estado; 30 informantes de ambos os sexos; faixa etária de 25 a 65 anos; nível de instrução analfabetos e semianalfabetos.

Com 700 questões, o questionário abrange os campos semânticos terra, homem, animais e vegetais. A equipe elaborou 180 cartas, sendo 11 introdutórias e 169 léxicas, com transcrição detalhada e dados etnográficos. Cada carta apresenta uma remissão à carta correspondente no Atlas Prévio dos Falares Baianos. Uma inovação do ALS diz respeito a uma série de cartas conjuntas Bahia-Sergipe, contendo dados da Bahia, não apresentados no APFB.

3.4.1.5 Atlas Linguístico do Paraná (ALPR)

Apresentado inicialmente como tese de Doutorado pela Professora Vanderci de Andrade Aguilera, da Universidade Estadual de Londrina, Paraná (1990), o atlas foi publicado posteriormente, em parceria com o governo do estado e a UEL. O trabalho conta com dois volumes, sendo um com a apresentação e o outro com as cartas. Em termos metodológicos, foram selecionadas 65 localidades, cobrindo todo o estado; 130 informantes de ambos os sexos; faixa etária de 25 a 65 anos; nível de escolaridade de analfabeto a primário completo.

O questionário possui 325 questões, abrangendo os seguintes campos semânticos: I – Terra – a) natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo; b) flora: árvores, frutos; c) plantas medicinais; d) fauna. II – Homem – a) partes do corpo, funções, doenças; b) vestuário e calçados; c) agricultura, instrumentos agrícolas; d) brinquedos e jogos infantis; e) lendas e superstições.

As cartas são divididas obedecendo-se aos seguintes grupos: 06 cartas de identificação; 92 cartas léxicas; 70 cartas fonéticas; 19 cartas isoléxicas; 10 cartas isófonas; e 06 cartas anexas com a distribuição geográfica do povoamento do Paraná, do século XVII a XX. As cartas possuem, no verso, notas explicativas e de análise do material coletado pelos pesquisadores.

3.4.1.6 Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)

De acordo com Altenhofen, Klassmann e Koch (2002), esse projeto, coordenado pelo professor Walter Koch, abrange os três estados do Sul do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e contou com equipes locais em cada estado. Iniciou-se em 1980 e teve seus dois primeiros volumes publicados somente em 2002. O primeiro contém a Introdução e o segundo, cartas Fonéticas e Morfossintáticas.

Na metodologia foram selecionadas localidades da área rural e urbana. Na área rural, foram determinados 275 pontos, sendo 100 no Paraná, 80 em Santa Catarina e 95 no Rio Grande do Sul. Já na área urbana foram 19 pontos, sendo 6 no Paraná, 6 em Santa Catarina e 7 no Rio Grande do Sul. Quanto aos informantes, foram selecionados dois em cada ponto das zonas rurais e seis em cada ponto das zonas urbanas, de ambos os sexos; a faixa etária escolhida foi dos 28 aos 58 anos; escolaridade abrangendo analfabetos ou com até a 4ª série.

O questionário possui 735 questões de caráter geral, subdivididas em mil itens, sendo que algumas coincidem com os outros atlas já publicados, complementadas por questionário específico em cada estado. O questionário semântico-lexical possui 800 questões, envolvendo os campos semânticos: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, sistema de pesos e medidas, flora, atividades agro-pastoris, fauna, corpo humano, cultura e convívio, ciclos da vida, religião e crenças, festas e divertimentos, habitação, alimentação e cozinha, vestuário.

O questionário morfossintático conta com 75 perguntas, abrangendo gênero, pluralização, flexão verbal, concordância nominal e verbal, grau de adjetivo e formas de tratamento. Já o questionário fonético-fonológico possui 26 questões de caráter geral e 24 específicas para as regiões de colonização não portuguesa.

No total, o atlas contém 176 cartas (combinadas ou desdobradas), das quais 70 de fonética e fonologia, 104 de morfossintaxe e duas cartas auxiliares (microrregiões homogêneas e rede de pontos). Ao final de cada conjunto de cartas, são

apresentados apêndices de itens sem carta, contendo o item, o símbolo, a variante, a frequência, o ponto onde ocorreu e o número de ordem.

3.4.1.7 Atlas Linguístico de Sergipe II (ALS II)

Esse trabalho é oriundo da tese de doutorado da professora Suzana Alice Cardoso (2002), defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. A pesquisa é estruturada a partir de 15 localidades, que cobrem todo o estado. As localidades são as mesmas do Atlas Linguístico de Sergipe I, com o acréscimo do campo semântico homem. Quanto aos informantes, o total é de 30 de ambos os sexos; faixa etária de 25 a 65 anos; nível de instrução analfabetos a semianalfabetos.

O questionário semântico-lexical possui 700 questões, envolvendo os campos semânticos terra, homem, animais e vegetais. O atlas possui dois volumes, com três tomos e um CD, no qual há amostras dos questionários aplicados a 15 informantes. No Volume I está a introdução, além da perspectiva histórica sobre o tema, uma fundamentação teórica, a metodologia e uma bibliografia. O Volume II possui dois tomos. O primeiro é dedicado à introdução das cartas, com os inquéritos, o questionário da área semântica homem, os critérios de apresentação das cartas, referências bibliográficas, índice de formas transcritas e índice onomasiológico. Já o segundo tomo é o dedicado às cartas, num total de 108, sendo três de identificação.

Nas cartas semântico-lexicais, são dispostas legendas coloridas e marcas diferenciadoras da realização masculina e feminina. A parte inferior direita das cartas possui histogramas (gráficos com a distribuição de frequência) com percentuais de ocorrência masculina e feminina. No verso, aparecem as variantes fonéticas dos itens lexicais, seguidas de notas e comentários.

3.4.1.8 Atlas Geo-Sociolinguístico do Pará (ALiSPA)

O referido atlas é fruto de um projeto do professor Abdelhak Razky, da Universidade

Federal do Pará – UFPA. Na metodologia, foram selecionadas 10 localidades referentes às seis mesorregiões do estado; 40 informantes de ambos os sexos; faixas etárias de 18 a 30 e de 40 a 70 anos; nível de escolaridade até o 5º ano (CRISTIANINI; ENCARNAÇÃO, 2006, p. 07).

O questionário fonético-fonológico foi adaptado do Projeto ALiB e possui 157 questões. Trata-se do primeiro atlas sonoro do Brasil, tendo sido utilizado o software PRAAT 4.0, de Paul Boesma e Paul Wenink. O atlas conta com 600 cartas linguísticas, divididas nos seguintes itens: a) Entrevistas; b) Informantes; c) Realização; d) Análise Acústica; e) Palavras. Através do menu é possível localizar cartas por informantes, por localidades, por faixa etária e por sexo.

Pode-se ainda ter acesso às entrevistas dos 40 informantes, na íntegra, além das realizações fonéticas produzidas pelos mesmos, de acordo com cada item do questionário. É possível, ainda, realizar, para alguns contextos, uma busca automática da variação fonética, bem como sua relação com os fatores sociolinguísticos.

3.4.1.9 Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM)

Pereira (2007, p. 25) aponta que este trabalho, ainda inédito, é resultado da tese de doutorado defendida em 2004, na UFRJ, por Maria Luíza de Carvalho Cruz. Na metodologia, foram selecionadas 09 localidades, cobrindo todo o estado, através das suas diferentes microrregiões; 54 informantes de ambos os sexos; faixas etárias de 18 a 35, 36 a 55 e mais de 56 anos; nível de instrução alfabetizados e com no máximo o 5º ano.

O questionário contém 329 questões, que versam sobre os campos semânticos natureza e homem. O atlas possui dois volumes. No primeiro, encontram-se apresentação, introdução, fundamentação teórico-metodológica e bibliografia. No segundo, estão as cartas, sendo 107 fonéticas, com notas e comentários explicativos, além de gráficos com os percentuais de ocorrência dos fatos

analisados, e 150 cartas semântico-lexicais, contendo comentários e ilustrações em algumas.

3.4.1.10 Atlas Linguístico do Ceará (ALECE)

Segundo Cristianini e Encarnação (2006, p. 08), este atlas encontra-se em vias de publicação, sendo resultante do trabalho de um grupo de professores coordenados por José Rogério Fontenele Bessa, no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará – UFC. Em termos metodológicos, foram selecionados 69 municípios, dentro das microrregiões homogêneas, observando-se características físicas, sociais e econômicas semelhantes; 268 informantes de ambos os sexos; faixa etária dos 30 a 60 anos; nível de instrução analfabeto ou com até o 5º ano.

O questionário possui 306 questões, compreendendo 583 itens, que versam sobre os campos semânticos: a) natureza: tempo, o homem, parentesco, partes do corpo, funções do corpo, doenças; b) o homem: características físicas, tipos sociais, jogos, objetos de uso pessoal, atividades e utensílios domésticos, comida, religião, animais, outros. O atlas possui um total de 223 cartas, sendo 75 lexicais e 148 fonéticas. São apresentadas as cartas de ocorrência única e de variação zero.

Está prevista a elaboração de três volumes. O primeiro, contendo a introdução, orientação teórica, objetivos, metodologia do trabalho e uma bibliografia dialetal cearense. O segundo, trazendo as cartas léxicas e fonéticas. E o terceiro, reunindo um glossário e um apêndice, no qual são registradas as formas ou expressões encontradas e que não se enquadram em itens lexicais predeterminados pela pesquisa.

3.4.1.11 Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (ALMS)

O projeto Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul é coordenado pelo Prof. Derci

Pedro de Oliveira, tendo como pesquisadoras Aparecida Negri Isquerdo, Albana Xavier Nogueira, Maria Leda Pinto e Maria José Toledo Gomes. A proposta consiste em apresentar uma descrição da diversidade linguística referente às diferentes regiões do estado (PEREIRA 2007, p. 29).

Nas entrevistas, foram utilizados o método direto, transcrição fonética e análise grafemática. Os informantes foram estratificados em sexo, faixa etária, grau de instrução e naturalidade. O atlas abrange trinta e duas localidades, cada uma com quatro informantes.

3.4.2 Atlas em realização

A exemplo do Atlas Linguístico do Ceará, do Atlas Linguístico de São Paulo e do Atlas Linguístico do Acre, alguns projetos de atlas estaduais já existiam, anteriormente ao ALiB. Mas após o início Projeto ALiB, surgiram outras propostas, uma vez que a projeção de um atlas nacional “deu uma nova vida aos estudos dialetais e geolinguísticos em nosso país” (ARAGÃO, 2008, p. 10).

3.4.2.1 Atlas Linguístico do Estado de São Paulo (ALESP)

A ideia de se realizar o Atlas Linguístico de São Paulo surge em 1980, quando o Prof. Dr. Pedro Caruso realiza um curso de Introdução à Dialetoologia, no Curso de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Linguística do Instituto de Letras, História e Psicologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Assis, São Paulo.

Para Aragão (2008),

Os trabalhos foram iniciados com a aplicação, pelos alunos, de entrevistas diretas com informantes das várias regiões onde os inquiridores residiam ou trabalhavam. Posteriormente, outro tipo de questionário foi aplicado, desta vez por correspondência (ARAGÃO, 2008, p. 10).

Sob coordenação dos professores da UNICAMP, Pedro Caruso e Brian Head, o projeto contou com um grupo de colaboradores, dentre os quais Harumi Pisciotta e Vanderci Santana. Finalizada a etapa de inquéritos, o material gravado encontra-se transcrito, sendo prevista uma revisão final.

3.4.2.2 Atlas Linguístico do Acre (ALAC)

Inicialmente coordenado pela Prof.^a Luíza Galvão Lessa, juntamente com outros docentes da Universidade Federal do Acre – UFAC, deste projeto surgiram muitos estudos, privilegiando-se as investigações sobre o léxico daquela região. Atualmente, “um novo grupo, liderado pelas Professoras Dras. Maria do Socorro Silva de Aragão e Lindinalva Messias Chagas, está dando início a um novo projeto, dentro dos métodos e técnicas empregados pelo projeto ALiB” (ARAGÃO, 2008, p. 10).

3.4.2.3 Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA)

Sob coordenação da Profa. Dra. Conceição de Maria de Araújo Ramos e do Prof. Dr. José de Ribamar Mendes Bezerra, o ALiMA está em sua fase inicial de realização, seguindo os parâmetros teórico-metodológicos do projeto ALiB, bem como critérios definidos pela equipe estadual.

Conforme explicam Cristianini e Encarnação (2006, p. 10), o objetivo do projeto é descrever a realidade do português falado no Maranhão, como forma de identificar fenômenos fonéticos, prosódicos, morfossintáticos, lexicais e semânticos que caracterizam diferenciações ou definem a unidade linguística do Estado.

3.4.2.4 Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte (ALiRN)

O Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte vem sendo realizado por uma equipe de

pesquisadores da Universidade Potiguar – UnP, sob coordenação da Profa. Dra. Maria das Neves Pereira, a qual está engajada nesta tarefa desde 1998. O projeto segue os parâmetros teórico-metodológicos do projeto ALiB.

“No entanto, no que se refere à seleção das localidades-alvo, houve um acréscimo: além dos cinco pontos propostos pelo Projeto Nacional, foram incluídos outros, como Touros, Macau, Santa Cruz, Canguaretama e Caraúbas” (ALMEIDA, 2008, p. 71). Após a conclusão da gravação dos inquéritos, inicia-se a etapa da transcrição fonética.

3.4.2.5 Atlas Linguístico do Mato Grosso (ALiMAT)

O Atlas Linguístico do Estado do Mato Grosso está sendo desenvolvido por uma equipe de pesquisadores (José Leonildo Lima, Antônio Tadeu de Azevedo, Cássia Regina Tomanin, Liliane Batista Barros, Maria José Marques, Valéria Cardoso, Welligton Quintino e Zeneide Souza), que definiu os seguintes critérios: 92 informantes, sendo 8 na capital e 4 em cada um dos demais 21 pontos de inquérito, além de um questionário elaborado segundo os critérios do ALiB.

3.4.2.6 Atlas Linguístico do Espírito Santo (ALES)

O Atlas Linguístico do Estado do Espírito Santo – ALES, coordenado pela Profa. Dra. Catarina Vaz Rodrigues, está em fase adiantada de realização, já tendo sido feita a pesquisa de campo, estando prevista a elaboração das cartas para o ano de 2012. O projeto tem como consultora na área da Geolinguística, a Prof.^a. Vanderci Aguilera, além de um consultor na área de História.

3.4.2.7 Atlas Linguístico do Piauí (ALiPI)

O Atlas Linguístico do Estado do Piauí é coordenado pelos Professores Dra. Maria

do Socorro Silva de Aragão e Luiz Egito de Souza e está em fase inicial de implantação, seguindo os parâmetros teórico-metodológicos do Projeto ALiB. “Os questionários utilizados são os mesmos do ALiB, mas estão sendo elaborados outros que contemplem as principais manifestações artístico-culturais e os produtos agrícolas do estado do Piauí” (PEREIRA, 2007, p. 26).

O projeto se estrutura da seguinte forma: foram eleitas 12 localidades pertencentes a microrregiões do Estado do Piauí, 52 informantes, homens e mulheres, nas faixas etárias de 18 a 30 e de 45 a 60 anos, com nível de instrução entre analfabetos, Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) e Nível Superior.

3.4.2.8 Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara (AFeBG)

Sob a orientação de Silvia Figueiredo Brandão, o projeto realizado por Luciana Gomes de Lima, foi apresentado como dissertação de Mestrado na UFRJ. Foram eleitas quatro localidades pertencentes à Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, situadas no entorno da Baía de Guanabara, a saber, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé e Itaboraí.

São analisados, com base nas 307 cartas elaboradas, os aspectos fonético-fonológicos presentes na fala carioca. O atlas “forneceu novos elementos sobre os falares fluminenses, pois registrou a fala de comunidades que ainda não haviam sido foco de qualquer análise linguística” (ALMEIDA, 2008, p. 64).

3.4.2.9 O Projeto Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro (MicroAFERJ)

Também orientado pela Professora Silvia Figueiredo Brandão, o MicroAFERJ foi apresentado em 2008, como tese de doutoramento à UFRJ, por Fabiana da Silva Campos Almeida. O questionário fonético-fonológico e o número de informantes por localidade são os mesmos adotados no AFeBG.

Doze pontos de inquérito foram estipulados, a fim de contemplar áreas litorâneas e interioranas: Barra do Itabapoana, Porciúncula, Cantagalo, Cabo Frio, Santa Maria Madalena, Cachoeiras de Macacu, Quissamã, Itaguaí, Três Rios, Valença, Resende e Parati (PEREIRA, 2007, p. 28).

3.4.2.10 Atlas Geolinguístico do Litoral Potiguar (ALiPTG)

O Atlas Geolinguístico do Litoral Potiguar, desenvolvido por Maria das Neves Pereira como tese de Doutorado, foi apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a orientação de Dinah Callou. Foram eleitas cinco localidades da área litorânea do Rio Grande do Norte: Natal, Canguaretama, Macau, Touros e Areia Branca.

Nesse trabalho, foram selecionados 24 informantes de ambos os sexos, distribuídos por duas faixas etárias. Em Natal, contou-se com a participação de 8 falantes, sendo 4 informantes com Ensino Fundamental e 4 graduados em qualquer área, exceto em Letras. Nos demais pontos de inquérito, foram escolhidas apenas 4 pessoas com, no máximo, o Ensino Fundamental completo.

Aos informantes foram aplicados os três questionários do ALIB, além de quatro questões semidirigidas, “o que redundou em 80 cartas: 35 fonéticas, 10 morfossintáticas e 35 léxicas. Embora não tenha sido publicado, o Atlas vem sendo divulgado em CD” (ALMEIDA, 2008, p. 65).

3.4.2.11 O Projeto Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Rio de Janeiro (ALiSon-Rio)

Coordenado por Claudia de Souza Cunha (UFRJ), o atlas deverá ser divulgado através de CD-ROM. Com base nas respostas aos questionários, as cartas integrarão texto, imagem e som. Quanto aos aspectos metodológicos, foram eleitas

24 localidades, que representam as 8 microrregiões do Estado do Rio de Janeiro.

A realização dos inquéritos tem como base a aplicação do questionário fonético-fonológico adotado pelo do Projeto ALiB. Em cada ponto serão entrevistados quatro informantes com, no máximo Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano), sendo um homem e uma mulher, pertencentes a duas faixas etárias: de 18 a 30 anos e de 50 anos em diante.

4 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.1 A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E O SISTEMA DE CAPITANIAS

No início do processo de colonização do Brasil, Portugal manifestara claramente seus interesses econômicos e políticos, os quais alimentavam a sede de expansão ultramarina. Entretanto, Bueno (2006, p. 24) aponta que muitos elementos da história do período colonial não foram detalhados, inclusive intrigas familiares que possivelmente tenham influenciado as decisões da Coroa Portuguesa no século XVI. Com relação ao interesse econômico pelo país, Innocentini (2009) afirma que:

(...) o principal objetivo do financiamento inicial da expedição das embarcações mandadas para o Brasil pelo rei D. João III era que Martim Afonso de Sousa descobrisse a misteriosa Serra da Prata. Foi em 1515 quando chegou à Europa a notícia de que a expedição de João de Lisboa havia encontrado, em algum lugar pelo mar da Prata, em montanhas nevadas, um reino indígena muito rico e cheio de metais preciosos (INNOCENTINI, 2009, p. 14).

Durante as viagens portuguesas em direção à nova colônia, navios franceses carregados de pau-brasil eram encontrados, o que caracterizava a exploração das terras pertencentes a Portugal, segundo o Tratado de Tordesilhas¹. Este fato, então, impulsionou a decisão de D. João de dividir o Brasil em Capitanias Hereditárias, a fim de evitar o risco de perder as terras para a França, pois, remontando suas investidas, “os franceses, desde 1524, tentavam apossar-se do Norte do Brasil” (MORAES, 2002, p. 45).

Dadas as condições vigentes, Portugal decidiu dividir a imensa costa em lotes, tais como eram os feudos, atribuindo-os a fidalgos que, merecidamente, pudessem defender, aproveitar e trabalhar as terras que lhes seriam concedidas. Caberia aos donatários a responsabilidade de povoar e desenvolver a terra à própria custa. Estava, pois, transferida para a iniciativa particular a tarefa de colonizar o Brasil.

1 - O Tratado de Tordesilhas foi o acordo assinado entre Portugal e o reino de Aragão-Castela (parte da atual Espanha) em 7 de Junho de 1494, de forma a definir os territórios descobertos e a descobrir, dividindo o mundo em duas partes a partir de um meridiano a 370 léguas a Oeste de Cabo Verde. CORRÊA, Iran Carlos Stalliviere. Os 515 anos do *Tratado de Tordesilhas*. Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe. Departamento de Geodésia – UFRGS, 2009. p. 01.

A este respeito, Innocentini (2009) afirma que

Em março de 1534 o Rei de Portugal, Dom João III, dividiu a costa do país em Capitanias Hereditárias. Eram quinze lotes que formavam doze capitanias, que iam da Ilha de Marajó, a norte, até o sul do Estado de Santa Catarina. Foram definidas como faixas lineares de terra, que ignoravam os acidentes geográficos, e iam do litoral da costa do Brasil até o Tratado de Tordesilhas (INNOCENTINI, 2009, p. 16).

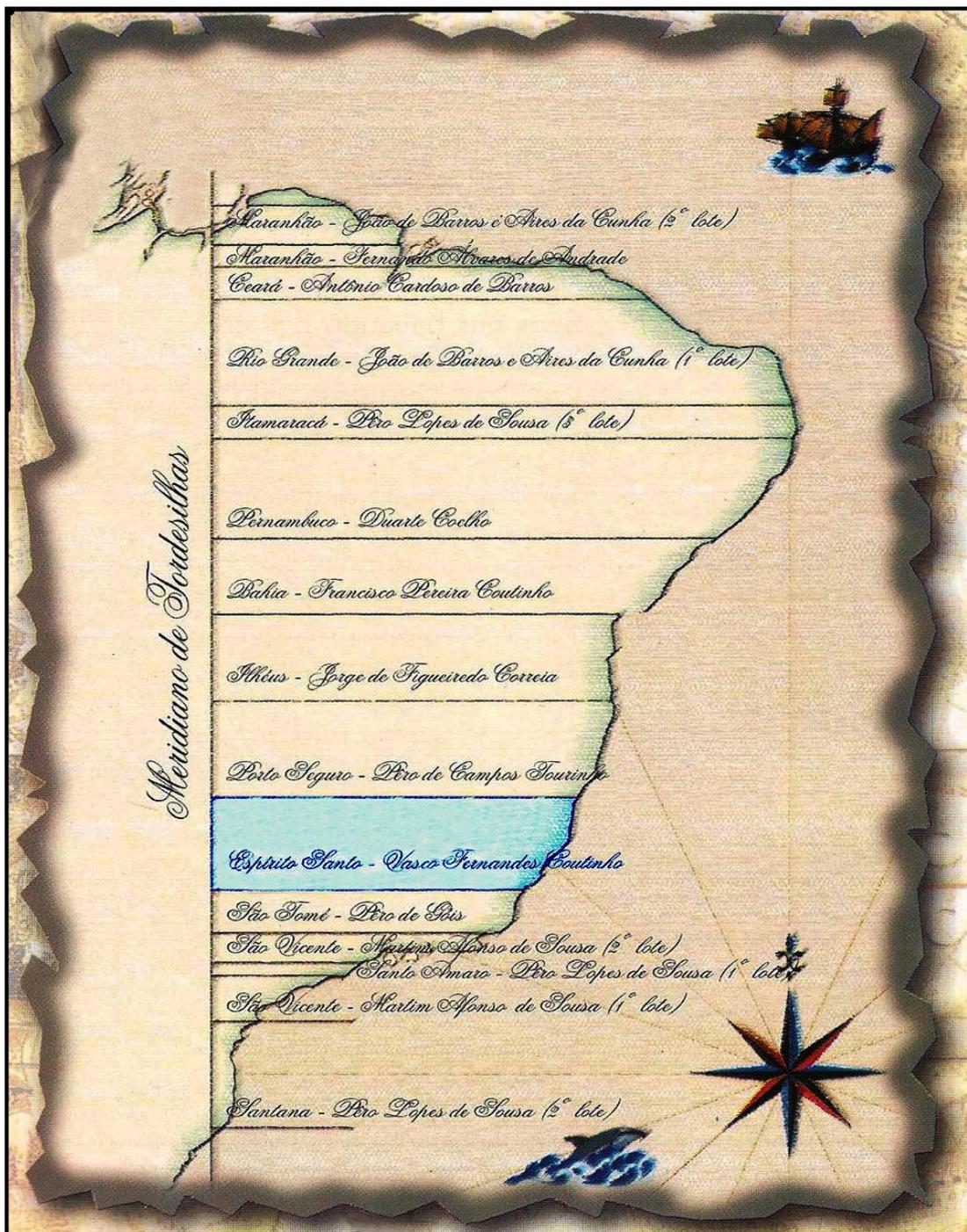


Figura 7: As Capitanias Hereditárias
Adaptado de Moraes (2002, p.44)

De acordo com o professor Ruy Ulrich (*apud* MORAES 2002, p. 45), ao instituir as Capitânicas, Portugal o fez sob os moldes do feudalismo. Segundo o autor, “os donatários das Capitânicas eram autênticos senhores feudais, com direitos de propriedade e de soberania, que se transmitiram hereditariamente, e tributários perpétuos da Corte suzerana...”.

Alguns autores, porém, discordam quanto à equiparação das capitânicas aos feudos medievais, de maneira que o curso da história permitiu o confronto de teorias diversas. Enquanto um texto didático de 1952 afirmava que o sistema das capitânicas “se caracteriza pela descentralização do poder governamental com base na concessão territorial nos mesmos moldes do feudalismo” (TAUNAY e MORAES, 1952, p.63), uma outra produção didática, de 1962, assinalava enfaticamente que “não houve feudalismo no regime das Capitânicas Hereditárias” (VIANNA, 1970, p.54).

Portugal, desejando ocupar e colonizar a nova terra e não tendo recursos para fazê-lo, à custa do erário real, outorgou para isso grandes concessões a nobres e fidalgos, alguns deles ricos proprietários, e outros já experimentados nas expedições às Índias. Concedeu-lhes outrossim, o Rei, vários de seus direitos políticos, indispensáveis ao fortalecimento da autoridade de quem ia correr tão graves riscos. [...] ‘Mas essas vantagens a serem auferidas pelos donatários pressupõem povoações, lavouras, comércio, trabalho organizado e capital acumulado, o que tinha de ser obra do tempo longo e do imediato dinheiro.’ Sob o ponto de vista econômico, que não deixa de ser básico em qualquer empreendimento colonial, não me parece razoável a assemelhação deste sistema ao feudalismo. (SIMONSEN, 1977, p. 81)

Ainda que houvesse semelhanças entre o modo de produção entre o regime das donatarias e do feudalismo, não se pode dizer que ambos sejam equivalentes. No caso do Brasil, as Capitânicas Hereditárias se enquadrava no contexto do capitalismo comercial, que orientava a empresa colonial portuguesa. “A extinção do sistema de capitânicas ocorreu formalmente em 28 de fevereiro de 1821, pouco mais de um ano antes da declaração de independência, e a maioria das capitânicas tornaram-se províncias” (INNOCENTINI, 2009, p. 21).

4.2 VASCO COUTINHO E A CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO

Tendo sido uma das capitanias hereditárias resultantes da colonização portuguesa no Brasil, a área hoje correspondente ao estado do Espírito Santo contava, no princípio, com uma parte hoje pertencente a Minas Gerais. “Sendo de 5.920 metros a légua daquela época, o litoral do Espírito Santo deveria ter 296 quilômetros” (MORAES, 2002, p. 71). Como divisas da capitania, figuravam o rio Mucuri, ao norte, e o rio Itabapoana, ao sul.

No que respeita à testada marítima, nenhuma alusão a acidente físico que determinasse as raias do quinhão. Em profundidade, sertão a dentro, ia até a *linha de Tordesilhas*, limite convencionado entre Portugal e Espanha para as respectivas expansões territoriais (OLIVEIRA, 2008, p. 24)..

As terras foram doadas², em 1534, por D. João III, ao nobre Vasco Fernandes Coutinho, o qual pertencia à classe média da sociedade portuguesa da época. Coutinho estava no seu solar em Alenquer, quando recebeu uma carta régia que o tornava donatário de uma das capitanias de terra brasileira.

Filho de Jorge de Melo, o Lágio, e D. Branca Coutinho, possuía três irmãos: Martim Afonso de Melo Coutinho, Diogo de Melo Coutinho e Manuel de Melo. Cumpria o destino da quase totalidade dos jovens portugueses da sua época. Sob o comando de Afonso de Albuquerque, foi enviado a Goa, tendo servido em Malaca e na China. Em seu regresso, casou-se com D. Maria do Campo.

É de presumir-se que o casamento com D. Maria do Campo se tenha realizado após as aventuras em África e Ásia, quando, rico e renomado, podia, despreocupadamente, se devotar à vida doméstica. Desse consórcio nasceram dois filhos: Jorge de Melo e Martim Afonso de Melo, que não sobreviveram ao pai (OLIVEIRA, 2008, p. 27).

2 – Trecho da Carta de Doação a Vasco Coutinho: Item, esta merce lhe faço como Rey e Senhor destes rregnos e assy como governador e perpetuum administrador que sam da Ordem e Cavalaria do Mestrado de Nosso Senhor Jehum Cristo, e per esta presentem carta dou poder e autoridade ao dito Vasco Fernamdez que elle per sy e per quem lhe aprouuer possa tomar e tome a posse rreaall, corporall e autoall das terras da dita capitania e governança e das rremdas e bems della e de todas as mais cousas comtheudas nesta doaçam e use de tudo imteiramente como se nela comthem, a quall doaçam ey por bem quero e mamdo que se cumpra e goarde em todo e per todo com todas has crausulas, comdições e declarações nella comtheudas e declaradas sem mimgoa nem desfalecimeyto allgum (...) (Carta de doação da Capitania de Vasco Fernandes Coutinho. (Chancelaria de D. João III. Livro VII, f ls. 113-15. – Documento pertencente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa, Portugal).

Para realizar esta empreitada, Coutinho vendeu a quinta de Alenquer à Real Fazenda, reunindo, pois, recursos para aquisição de instrumentos, armas e utilidades indispensáveis à instalação na terra brasileira. Em 1535, um ano após a doação, o donatário chegaria à terra capixaba, trazendo consigo cerca de 60 homens, a bordo da caravela *Glória*. O desembarque aconteceu num domingo, que é consagrado ao Espírito Santo pelos cristãos; portanto, foi dado esse nome à capitania.

4.3 O CONTATO COM OS NATIVOS

Oliveira (2008) afirma que

O primeiro contato com a terra revelou os tropeços que aguardavam aquele pugilo de aventureiros: os índios preparavam uma recepção nada cordial. Postando-se armados em grupos na praia, mostravam-se dispostos a impedir o desembarque. Alguns disparos das peças de bordo, porém, anularam a pretensão, afugentando-os para a floresta (OLIVEIRA, 2008, p. 37)

A atitude repulsiva dos nativos obrigou os colonizadores a realizarem obras de defesa, de modo que as fortificações começaram a ser construídas com a utilização do material mais acessível, capaz de propiciar um resultado rápido: a madeira. Paliçadas que contornavam a faixa de praia foram erguidas e, sob certa segurança, levantaram-se os primeiros casebres da exígua população.

Devido à hostilidade das tribos indígenas que habitavam o território da capitania, donatários e governadores se limitaram a explorar as terras próximas à vila do Espírito Santo nos três primeiros séculos de ocupação. Além disso, a dificuldade de comunicação e o interesse em manter o isolamento das jazidas de ouro na região das Minas Gerais, com a proibição de construção de estradas e navegação nos rios, acabaram atrasando a exploração do sertão capixaba.

No início da ocupação da capitania, todo o território era habitado por índios pertencentes a diversas etnias. De acordo com relatos historiográficos, os aimorés, que ficavam nas proximidades da vila instalada em Vitória, eram os mais temidos.

Puris, tamoios, goitacazes e temiminós ocorriam ao sul; ao norte, estavam os ferozes botocudos. Na área litorânea, tupiniquins e temiminós, que também foram hostis à presença dos colonizadores, foram, aos poucos, cristianizados pelos jesuítas da Companhia de Jesus, a partir de 1551, quando chegaram à capitania.

A despeito desse contato com os nativos, Moraes (2002, p. 51) aponta que

Os índios logo se puseram de prontidão, rebelando-se contra os invasores. Reagiram, isolados ou agrupados, tentando evitar a conquista e a posse de uma terra que lhes pertencia. Revidaram os conquistadores e construíram uma paliçada para defesa da nesga de praia onde, às pressas, faziam também alguns casebres de madeira rústica. O objetivo era abrigar os cerca de sessenta homens vindos com o donatário. A necessidade de defender a posse era a primeira, a mais urgente, que havia de estar alerta, por mais de um século, a todas as outras necessidades.

Com a descoberta do ouro no Brasil, em 1600, teve início uma corrida pela sua exploração. No Espírito Santo, porém, fatores como as barreiras naturais, a distância e a presença indígena na região aurífera causaram um desestímulo quanto à sua exploração. Para evitar as invasões estrangeiras na faixa litorânea, que levavam às Minas Gerais, foram implementadas três ações fundamentais: fechamento do Rio Doce para navegação, construção de fortificações e proibição de construção de estradas para o interior. Em 1720, a região das Minas Gerais é separada do Espírito Santo e alcança o status de capitania, como estratégia para isolar a zona aurífera, na tentativa de evitar as invasões estrangeiras.

Desde a chegada de Vasco Coutinho, em 1535, o processo de ocupação do solo capixaba concentrou-se na faixa litorânea, devido às demandas encontradas pelos colonizadores. A partir de 1813, então, inicia-se a expansão rumo ao interior, de maneira que, ao final do século XVIII, havia, no Espírito Santo, aproximadamente 220 mil pessoas, principalmente escravos e índios, distribuídos entre as seis vilas que existiam até então: Vila do Espírito Santo (atual Vila Velha), Vitória, Nova Almeida, Itapemirim, Guarapari e Benevente.

4.4 ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA

A imigração no Espírito Santo tem início a partir de 1813, com a chegada dos primeiros estrangeiros, os quais conduziram o desbravamento e povoamento do interior, através dos rios navegáveis. Costa et al (1999) salientam que o processo migratório do ES impõe-se a partir de alguns fatores, como a crise do regime escravocrata e a necessidade de diversificação da produção agrícola, além da ocupação de vazios demográficos.

A política de imigração no Espírito Santo pode ser dividida em dois momentos (...) o primeiro, de 1847-1887, corresponde à imigração orientada para a ocupação do território. O segundo, pós-Abolição, foi o de maior entrada de estrangeiros destinados a substituir nas fazendas de café a mão de obra liberta, mas não exclusivamente, visto que a política de colonização continuou (MACEDO; MAGALHÃES, 2011, p. 71).

Com o objetivo de reunir mão de obra e reverter o quadro de esvaziamento populacional do Brasil, de um modo geral, muitos colonos foram trazidos das ilhas dos Açores, sendo que 248 seguiram para o Espírito Santo. Estes, por sua vez, foram instalados em Viana e receberam terras, ferramentas, carros-de-boi e mesada para dois anos, como incentivos para permanecerem na região.

Segundo Regina Hees e Sebastião Pimentel (apud MOREIRA; PERRONE, 2007), o período mais intenso da imigração europeia no Espírito Santo corresponde ao período imperial do Brasil, entre a metade até o final do século XIX. Dentre os principais imigrantes estrangeiros encontram-se açorianos, alemães, pomeranos, poloneses, espanhóis e italianos. “Novos imigrantes europeus, que chegavam ao Estado fugindo das consequências das guerras mundiais, receberam do governo glebas de 30 ha para implantação da cultura do café” (DE PAULA, 2006, p. 02).

Os alemães chegaram ao estado entre 1847 e 1857. Logo no princípio, fundaram a colônia de Santa Isabel, que mais tarde daria lugar ao núcleo de Campinho. Por volta de 1857, os alemães foram beneficiados com o assentamento, em Santa Leopoldina. Ali, então, fundaram sua colônia.

Por volta de 1840, os imigrantes italianos chegam ao Espírito Santo e se instalam

em Guarapari. A partir de 1870, este processo se intensifica, sendo que a maior parte dos italianos começa a ocupar o solo capixaba. A princípio, as terras destinadas ao assentamento foram Santa Cruz (atual município de Aracruz) e Timbuí, que corresponde ao território dos municípios de Fundão, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Itaguaçu, Itarana, Ibirapu e João Neiva. Colatina e Venda Nova do Imigrante foram destinadas à imigração italiana, após a abolição da escravidão. Há também, registros da imigração italiana, em Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Alfredo Chaves e Vargem Alta.

Estendendo-se do período colonial até o regime republicano, a imigração italiana começa a declinar com a proibição desse processo, a partir de 1895. Mesmo com essa determinação governamental, a imigração continua, porém, em ritmo bastante reduzido, especialmente devido à crise cafeeira dos anos seguintes. Em 1859, é registrada a chegada de colonos europeus vindos da Pomerânia para o Estado, onde ocuparam a região de Santa Leopoldina. A este respeito, Moreira e Perrone (2007), afirmam que:

nesse período, a região da atual Alemanha era formada por 36 províncias, cada uma com sua língua e identidade cultural, A unificação da Alemanha (1871) ocorreu quando muitos pomeranos já estavam no Brasil, ou seja, antes do processo de imposição do alemão e da supressão dos chamados "dialetos" ou "língua menor" naquela região (MOREIRA; PERRONE, 2007, p. 62).

Atualmente, registra-se a presença de pomeranos em vários municípios capixabas, dentre os quais: Panças, Baixo Guandu, Laranja da Terra, Afonso Cláudio, Vila Pavão, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá e Domingos Martins. A maioria desses imigrantes e seus descendentes mantém vivas suas tradições culturais, especialmente no que diz respeito à língua e às religiões. Por constituírem uma comunidade menor e por terem a língua em comum, os pomeranos, muitas vezes, são incorporados nas comunidades alemãs, por serem estas mais expressivas.

Os imigrantes poloneses desembarcaram no Espírito Santo em 1872, sendo as 580 pessoas conduzidas a Santa Leopoldina, onde foram divididos em grupos. Com a chegada de outros imigrantes, no ano seguinte, os poloneses formaram o Patrimônio dos Polacos, hoje Santo Antônio de Canaã, no município de Santa Teresa. Posteriormente, o fim da Primeira Guerra ocasionou um processo de emigração em

massa da Polônia, devido à destruição do país. Aqueles que vieram para o Espírito Santo, em 1928, criaram um assentamento no núcleo de Águia Branca.

Quanto aos suíços, relata-se que o primeiro grupo de imigrantes chegou ao Espírito Santo em 1856. Cerca de 90 pessoas, distribuídas em 12 famílias. Estas foram assentadas no núcleo de colonização denominado Rio Novo do Sul. No ano seguinte, outro grupo, composto por 117 pessoas, deslocou-se de São Paulo para Vitória em busca de melhores condições, tendo sido alojados em Santa Leopoldina. Até 1984, o Espírito Santo recebeu cerca de 280 imigrantes provenientes da Suíça, sendo 207 colonos. Nesse período, também se registra a imigração de austríacos, belgas, holandeses e luxemburgueses.

Uma especificidade sobre os suíços que aportaram em terras capixabas é que eram provenientes dos cantões de língua alemã, fato que ocasionou uma aproximação aos demais grupos étnicos que chegaram posteriormente a Santa Leopoldina e os que já estavam em Santa Isabel, permitindo, assim, o entrecruzamento das famílias e a convivência em um meio comunitário. Mas a maioria migrou para o sul do Brasil ou para Vitória. No princípio do século XX, alguns descendentes foram para o norte do Estado.

4.5 MIGRAÇÕES NO TERRITÓRIO CAPIXABA

O processo de ocupação do território capixaba, que ocorreu de maneira relativamente tardia, contou, em boa parte, com a migração de fluminenses, mineiros e paulistas, a partir de 1812. O interesse dos colonizadores era realizar a produção cafeeira no estado, tendo, pois, ocupado inicialmente o sul do estado. Até o século XVI, as dificuldades de penetração nas matas e escassez de recursos para construção de estradas dificultavam a colonização do norte.

Embora seja uma área de ocupação antiga, seu território manter-se-ia relativamente isolado e pouco povoado até metade do século XIX, quando a cultura do café definiria sua dinâmica por 100 anos a partir da imigração estrangeira – iniciada efetivamente em 1847 – e pela estrutura de pequenas propriedades que se organizaram a partir dela, interiorizando seu povoamento (COMETTI; GIRARDI, 2006, p. 56)

.Após o período de isolamento, a região norte começou a ser colonizada ao final do século XIX. Antes disso, no século XVI, o povoamento da região norte ocorreu através de três linhas de penetração litorânea, pelos rios Piraquê-Açu, Doce e São Mateus. De acordo com Borgo et al (1996), três grandes arcos de ocupação se estabeleceram: do sul do Espírito Santo para a fronteira agrícola do norte do Estado; de Minas Gerais para a região da Serra dos Aimorés, nascente do rio São Mateus; e da Bahia para o extremo norte do Estado.

De um modo geral, a ocupação do Espírito Santo foi intensamente influenciada pelo processo migratório, sendo que o interesse dos imigrantes era a exploração do solo capixaba. Dentre os principais interesses, pode-se citar a exploração de madeira da grande área virgem do norte e a produção cafeeira. O comércio do café garantia a sobrevivência dos imigrantes europeus, além de cearenses, baianos e mineiros que vieram para o Espírito Santo.

A crise na produção cafeeira mudaria, entretanto, a situação econômica desses povos. Nas décadas de 60 e 70 (período do Regime Militar), as consequências da crise do café e o crescimento da industrialização impulsionaram o êxodo rural, de maneira desordenada. Com o crescimento das indústrias, na década de 70, habitantes do leste de Minas, sul da Bahia e Rio de Janeiro dirigiram-se para a capital capixaba, ocasionando problemas de habitacional, degradação ambiental, desemprego, favelização e marginalização.

5 METODOLOGIAS

Para a realização deste estudo, foram utilizados alguns dados referentes à primeira etapa do ALES, que se fundamenta nos princípios de geografia linguística, método básico da dialetologia de primeira geração. Neste sentido, foram definidos os critérios que orientaram a pesquisa do ALES na zona rural. Esta seção está dividida em duas subseções que explicitam: i) a metodologia adotada para o ALES, norteadora deste trabalho; ii) a metodologia adotada para esta dissertação.

5.1 METODOLOGIA DO ALES

As entrevistas, que envolveram 70 informantes com idade entre 30 e 55 anos (um homem e uma mulher em cada localidade), foram realizadas no período de fevereiro de 2006 a julho de 2007, abrangendo os 35 pontos previstos na pesquisa. A seguir são apresentados os critérios adotados para a realização do ALES.

5.1.1 REDE DE PONTOS

Para a seleção dos pontos na área rural, levou-se em consideração o estudo das microrregiões definidas pelo IBGE, uma vez que reúnem características físicas, econômicas e sociais relativamente homogêneas. Desse modo, a seleção dos municípios que compõem a rede incluiu entre seus critérios:

- a) *Distribuição espacial*: para evitar que algumas áreas ficassem sem representação, o estado foi dividido em células de 5.000 km², seguindo-se aqui um critério já utilizado no Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul -ALERS.
- b) *Época de ocupação*: procurou-se selecionar localidades mais antigas, representativas em termos históricos e culturais. Caso todos os municípios de uma célula fossem relativamente novos, optava-se por aquele onde se previa, dadas suas características étnicas e culturais, maior diversidade linguística.

c) *Densidade populacional*: a partir dos objetivos da pesquisa e da metodologia adotada, foram selecionados, sempre que possível, municípios que apresentassem população rural numericamente representativa e densidade demográfica de baixa a média.

d) *Taxa de analfabetismo*: considerando-se que conhecer a realidade linguística é o primeiro passo para uma reformulação do processo de alfabetização, caso duas localidades apresentassem características semelhantes em todos os quesitos, a escolha se dava em favor daquela que apresentasse o maior número de analfabetos.

O projeto inicial previa uma rede de 31 pontos, mas foi possível acrescentar, devido à disponibilidade de verbas, mais 4 pontos na zona de ocupação alóctone mais antiga e com maior densidade demográfica, obtendo-se assim uma rede de 35 pontos: 1. Mucurici; 2. Montanha; 3. Ecoporanga; 4. Pinheiros; 5. Conceição da Barra; 6. Vila Pavão; 7. Barra de São Francisco; 8. Nova Venécia; 9. São Mateus; 10. Águia Branca; 11. Vila Valério; 12. Pancas; 13. Rio Bananal; 14. Linhares; 15. Colatina; 16. Aracruz; 17. Laranja da Terra; 18. Santa Teresa; 19. Serra; 20. Afonso Cláudio; 21. Domingos Martins; 22. Iúna; 23. Muniz Freire; 24. Ibitirama; 25. Alfredo Chaves; 26. Vargem Alta; 27. Muqui; 28. Itapemirim; 29. São José do Calçado; 30. Mimoso do Sul; 31. Presidente Kennedy; 32. Pancas; 33. Santa Maria de Jetibá; 34. Santa Leopoldina; 35. Castelo.

Na área urbana foram selecionados 5 pontos, tendo-se como critérios:

a) *Macrorregiões de planejamento estadual*: O estado compreende 4 macrorregiões de planejamento: metropolitana, norte, nordeste e sul. Selecionou-se uma localidade em cada macrorregião, salvo na metropolitana, que inclui dois pontos, considerando sua extensão e a presença de vários pontos que preenchiam os requisitos quanto à densidade populacional e à antiguidade.

b) *Densidade populacional*: Definiu-se como densidade mínima 95.000 mil habitantes, evitando-se assim deixar de lado todas as localidades da macrorregião

norte.

c) *Antiguidade*: Foram incluídas localidades com no mínimo 100 anos de fundação, representativas em termos culturais e de formação histórica do estado.

Com base nos critérios acima citados, foram selecionados os seguintes pontos: 1. São Mateus, principal polo da macrorregião norte; 2. Colatina, localizado na macrorregião noroeste; 3. Linhares, ponto situado na macrorregião metropolitana; 4. Vitória, também na metropolitana; 5. Cachoeiro de Itapemirim, na macrorregião sul.

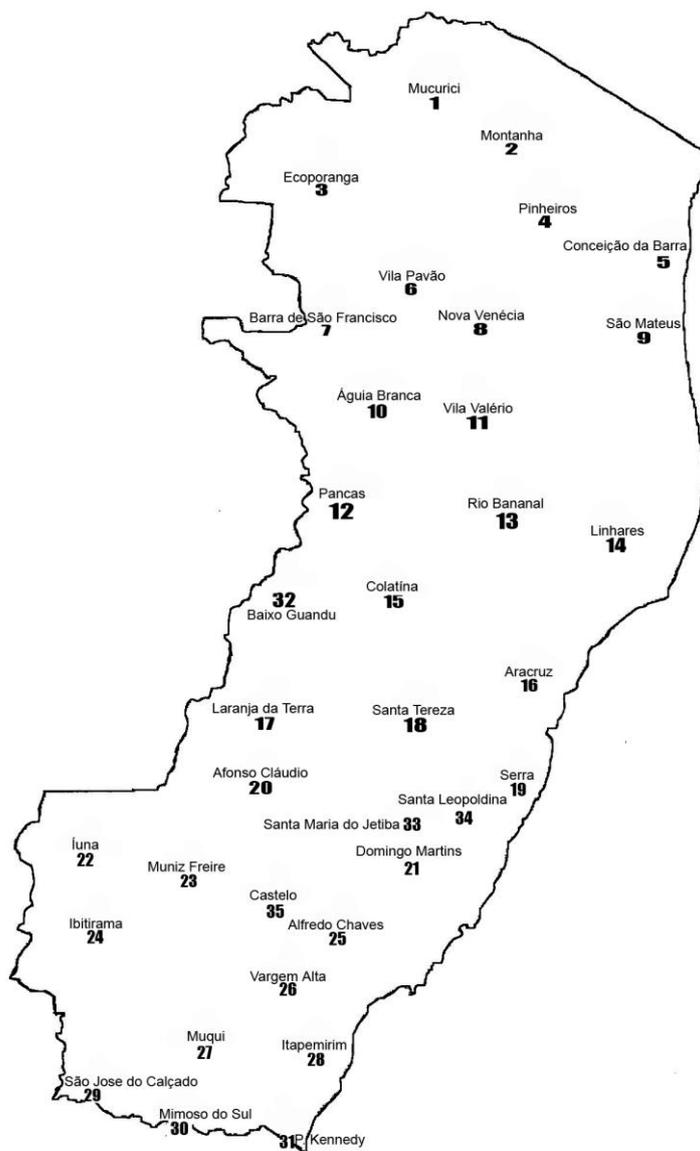


Figura 8: Rede de Pontos do ALES

Fonte: Rodrigues (2008)

5.1.2 OS QUESTIONÁRIOS

A elaboração do instrumento de pesquisa levou em consideração questões utilizadas em outros atlas, garantindo-se assim uma equiparação quanto ao alcance das variantes, a saber:

i) O Questionário Fonético-Fonológico (QFF) segue os princípios do ALERS, contendo 25 questões que averiguam a realização de consoantes e vogais em ambientes previamente estabelecidos.

ii) O Questionário Morfossintático (QMS) investiga seis itens, abrangendo questões referentes à utilização de pronomes, gênero, número e grau. Essa parte é complementada com os dados dos discursos semidirigidos, que incluem, entre outros, temas sobre a localidade, os antepassados do informante, lendas/ mitos que ele conhece, simpatias. Além disso, no final da entrevista pergunta-se ao informante se há algum fato ou história, além dos já narrados, que gostaria de contar.

iii) O Questionário Lexical (QL) inclui 227 questões (onomasiológicas e semasiológicas) distribuídas pelos seguintes campos semânticos: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, flora, atividades agropastoris, fauna, convívio e comportamento social, ciclos da vida, corpo humano, religião e crenças, jogos e brincadeiras, habitação alimentação e cozinha, vestuário e acessórios.

5.1.3 OS INFORMANTES

Foram entrevistados dois informantes em cada ponto, sendo um homem e uma mulher, para avaliar a diferença de gênero. Na Primeira Fase do ALES, os informantes deveriam apresentar preferencialmente as seguintes características: serem nascidos no local ou terem ali chegado ainda pequenos; serem os pais e o cônjuge da mesma localidade; serem analfabetos ou terem no máximo a 4ª série; não serem muito viajados; não terem vivido muito tempo fora da localidade; terem

aparelho fonador em boas condições; terem idade entre 30 e 55 anos. Considerando-se a realidade linguística do Espírito Santo, que é influenciada pela composição étnica, decidiu-se incluir nas entrevistas pessoas bilíngues nas localidades com predomínio de alóctones.

5.1.4 AS ENTREVISTAS

A maior parte das entrevistas do ALES foi feita com o auxílio das Secretarias de Educação, das escolas rurais, das Casas de Cultura e/ ou Secretaria de Turismo dos municípios. Esse contato através do órgão local garantiu uma maior confiança no fornecimento dos dados por parte dos informantes. Algumas vezes, quando as entrevistas eram feitas na casa dos informantes, vizinhos ou familiares tentavam auxiliar, muitas vezes “corrigindo-os”, ao passo que os próprios entrevistados reconheciam o interesse do pesquisador em registrar a fala local.

Em algumas localidades, as entrevistas foram realizadas com um informante de cada vez. Em outras, com ambos os entrevistados, simultaneamente, principalmente quando eram convidados a ir até a escola, fato que garantia uma maior produtividade, já que os informantes ajudavam-se mutuamente. Ao todo, foram realizadas 41 viagens para coletar os dados do português e 3 viagens coletando dados sobre os descendentes de poloneses e pomeranos.

5.1.5 TRANSCRIÇÕES E CARTOGRAFIA

Os dados coletados nos inquéritos foram gravados em fita cassete e em MP3. O QFF e o QL foram transcritos foneticamente e estão sendo cartografados. Em cada carta consta a resposta da informante à esquerda e a do informante à direita (conforme o esquema a seguir). Nos casos em que foram realizados mais de dois inquéritos, seja porque um(a) informante iniciou e não terminou, seja porque era muito inibido(a) e não respondia, as respostas dessas entrevistas foram registradas ao lado da resposta do(a) informante principal e separadas por uma barra.



Considera-se como informante auxiliar aquele que preencheu a todos os requisitos previstos no projeto, mas que, por alguma razão, não respondeu a todas as questões. Os dados do QMS e dos discursos semidirigidos estão sendo transcritos grafematicamente. Tenta-se manter assim todos os traços locais no que se refere à supressão de marcas morfossintáticas, metásteses, apócopies, etc. A cartografia está sendo realizada com o programa SPDGL - Sistema de Processamento de Dados Geolinguísticos.

5.2 METODOLOGIA DESTA DISSERTAÇÃO

Pretendia-se, a princípio, avaliar a influência da faixa etária (30 a 55 anos, para o ALES e 25 a 84 anos, para o APFB) e do gênero (masculino e feminino), considerando cada um dos informantes, de maneira específica. No entanto, por não ter sido possível detalhar tais informações, os dados não foram submetidos ao controle dessas variáveis.

Para realização da análise, considerou-se a ocorrência das variantes referentes às seguintes lexias descritas no Projeto ALES – Fase I: *rótula, margem de rio, lagartixa avarento, nevoeiro, galinha d'angola, cego de um olho e galinha sem rabo*. Desse modo, foi realizado o estudo das cartas oriundas da pesquisa empreendida por Rodrigues (2008)³, tendo sido selecionadas 08 cartas léxicas relativas às lexias supracitadas, sendo que o questionário lexical inclui 227 questões.

Em seguida, realizou-se a seleção das cartas equivalentes no APFB (ROSSI, 1963), considerando-se a ocorrência das variantes nas 154 fonéticas e léxicas, de modo que foram escolhidas 10 cartas. A não-correspondência dos pares de cartas se deve

3 – Cumpre ressaltar que devido ao fato de a pesquisa ainda se encontrar em andamento, as cartas do ALES que foram selecionadas correspondem ao esboço elaborado pela Prof.^a Dr.^a Catarina Vaz Rodrigues e sua equipe, estando o material ainda em vias de publicação.

à produtividade de variantes da lexia *avarento* no APFB, que, por sua vez, demandou a seleção e análise de 02 cartas fonéticas e 01 carta léxica, conforme o quadro a seguir:

ITEM ANALISADO	CORRESPONDÊNCIA NO ALES	CORRESPONDÊNCIA NO APFB
<i>rótula</i>	Carta nº 57	Carta nº 62
<i>margem de rio</i>	Carta nº 07	Carta nº 13
<i>lagartixa</i>	Carta nº 199	Carta nº 125
<i>avarento</i>	Carta nº 104	Cartas nº 103 a 105
<i>nevoeiro</i>	Carta nº 17	Carta nº 12
<i>galinha d'angola</i>	Carta nº 86	Carta nº 114
<i>cego de um olho</i>	Carta nº 138	Carta nº 77
<i>galinha sem rabo</i>	Carta nº 88	Carta nº 113

A partir do cotejamento das cartas, analisou-se a frequência das formas, com vistas à comprovação da influência dos falares da Bahia sobre os do Espírito Santo. Recorrendo-se às informações de outros atlas, como será demonstrado, optou-se por dividir a análise em duas seções, a saber, *Cartas com ocorrências comuns a outros atlas* e *Cartas em que se configura influência*. Após a análise, foram confeccionadas cartas léxicas, adaptadas do APFB e do ALES, nessa ordem, sendo nelas incluídas lexias comuns aos dois atlas e também, as que apresentavam considerável frequência. Após cada análise, nas duas seções, as cartas léxicas adaptadas são apresentadas em pares.

As cartas foram elaboradas com o auxílio de Rafael Teodoro, editor de imagens da TV Três Fronteiras (afiliada à Rede Cultura), município de Nanuque - MG, utilizando-se, para isto, o programa Adobe Photoshop CS3. Os termos são transcritos no corpo da carta com legendas e símbolos externos. Nas cartas referentes ao ALES, são apresentados os limites de Minas Gerais e da Bahia. Nas cartas do APFB, aparecem os limites referentes a Minas Gerais e o Espírito Santo, como forma de elucidar a comparação.

Após as análises e a inserção dos respectivos mapas linguísticos, são apresentadas tabelas com a frequência absoluta e o percentual das formas registradas nas 18 cartas. As informações nelas contidas podem auxiliar na verificação da influência linguística dos falares da Bahia sobre os do Espírito Santo ou constatação das ocorrências comuns a outros atlas. Desse modo, são apresentados 16 gráficos que apontam a frequência das variantes.

6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS CARTAS LINGUÍSTICAS

Para a realização desta pesquisa foram cotejadas algumas cartas do ALES – Fase I, do qual constam 35 localidades e 70 informantes, cujos inquéritos já estão concluídos (RODRIGUES, 2008), com algumas cartas do Atlas Prévio dos Falares Baianos (ROSSI, 1965). Nesta perspectiva, Coseriu (1987, p. 94) aponta algumas funções desta metodologia, ao afirmar que “se se podem constituir séries de muitos casos análogos, os atlas permitem, antes de mais nada, induções de índole histórica a respeito do caráter ‘conservador’ ou ‘inovador’ dum dialeto”. Conforme os objetivos delimitados no projeto de pesquisa, não estava prevista a consulta a outros atlas regionais. Entretanto, no decorrer da pesquisa, foi necessário recorrer a alguns desses documentos, como forma de elucidar a análise.

6.1 CARTAS COM OCORRÊNCIAS COMUNS A OUTROS ATLAS

6.1.1 Rótula do joelho

Na carta do APFB nº 62, que investiga as ocorrências referentes à *rótula* do joelho, registram-se algumas lexias como *bolinha*, *rodela*, *patinho*. Observa-se, porém, que as mais recorrentes são *bolacha* e *pataca*, as quais aparecem abaixo representadas. *Bolacha* ocorre de norte a sul do estado, ocupando todo o nordeste e com duas ocorrências esparsas no sudoeste baiano. A lexia *bolacha* forma uma área linguística (isoléxica) ao sudoeste da Bahia e apresenta uma ocorrência também ao sul do estado. Estas duas se encontram em coocorrência, muito embora haja uma disparidade quanto à frequência em que foram registradas. Foram, pois, consideradas relevantes para efeito desta análise.

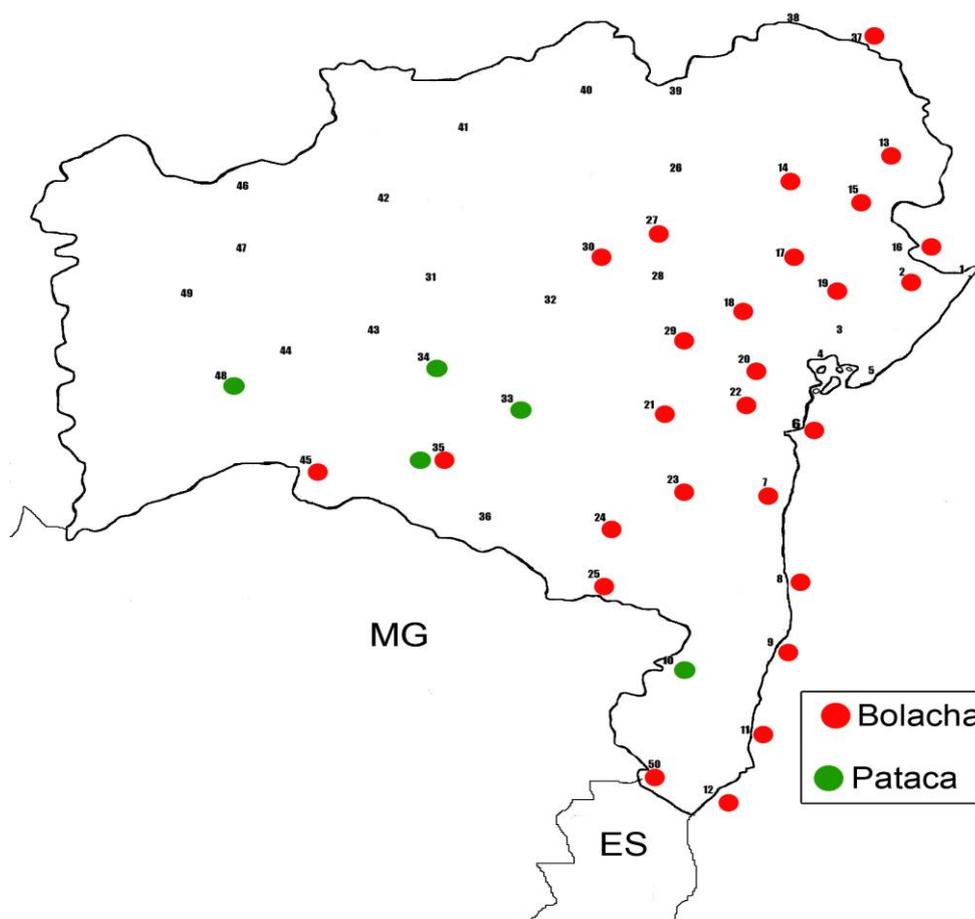
No Espírito Santo, o ALES encontrou um quadro referente às lexias indicadas para “o osso redondo que fica na frente do joelho”, que pode elucidar a influência da Bahia sobre o estado. Observa-se que *pataca* forma uma área linguística bem clara ao norte e aparece uma vez também ao sul do Espírito Santo, evidenciando o processo migratório, que carrega consigo os fatores linguísticos. Por outro lado,

bolacha aparece uma única vez, também ao norte. Dentre as lexias que aparecem no Espírito Santo, *tramela* é a mais comum, ocorrendo em quase todo o território capixaba.

Trata-se de uma lexia de ocorrência comum, que está registrada em outros atlas. A exceção se estabelece em torno da lexia *tramela* que, de acordo com as pesquisas, aparece apenas no Espírito Santo. Considerando-se o processo imigratório e a constituição do Estado, desde a condição de Capitania Hereditária, conforme abordado no capítulo 4, possivelmente se trata de uma influência dos grupos étnicos que se estabeleceram naquela localidade.

No Atlas Linguístico da Paraíba, carta nº 66, registram-se as seguintes variantes: *bolacha*, *bolachinha*, *bolacha do joelho*, *cabeça do joelho*, *patinho*, *rodinha do joelho* e *rótula*. A carta nº 63, do Atlas Linguístico de Sergipe, apresenta as variantes: *bola*, *bolinha*, *bolacha*, *bolachinha*, *cabeça*, *catoca*, *carapuça*, *carapucinha*, *cotovelo*, *pratinho*, *patinho* e *rótula*. No Atlas Linguístico do Amazonas, carta nº 24, aparecem as variantes *rótula(o)*, *bolacha*, *róta*, *pratinho*, *joelho*, *bolachinha-do-joelho* e *bacia-do-joelho*. No Atlas Linguístico do Paraná, por sua vez, carta nº 75, são descritas as variantes *pataca*, *patacão*, *bolacha*, *tranela*, *rótula* e *batata*. Já o Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul, carta nº 175 - a, apresenta, dentre outras, as ocorrências: *bolacha*, *pataca*, *batata* e *bolachinha*.

Carta 1 – Adaptada da Carta nº 62 do APFB – RÓTULA



Carta 2 – Adaptada da Carta Experimental nº 57 do ALES – RÓTULA

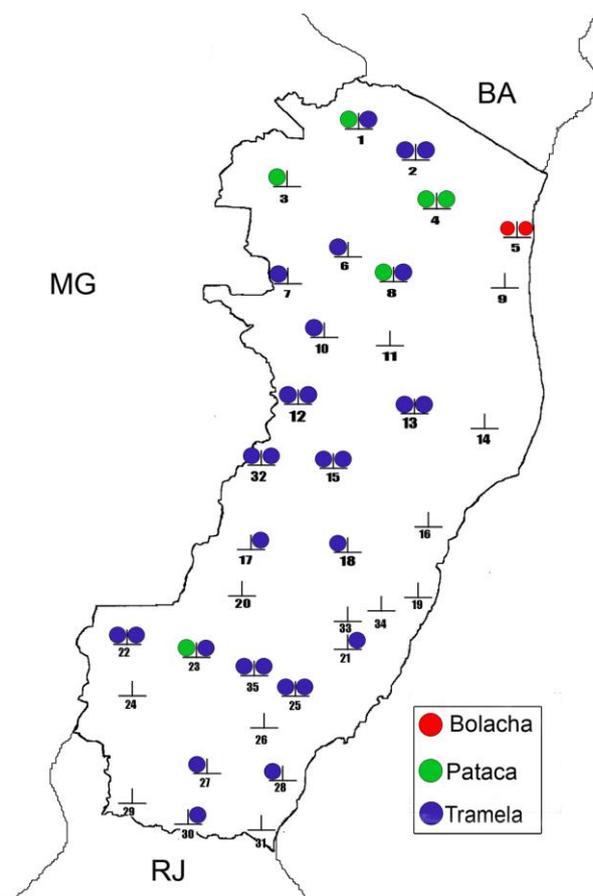


TABELA 1: Frequência – Carta nº 62 – APFB – RÓTULA

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Bolacha	33	42%
Bolachinha	03	04%
Bolinha	01	01%
Cabeça	03	04%
Carapuça	01	01%
Cotovelo	01	01%
Pataca	05	07%
Pataquinha	02	03%
Patinho	09	12%
Prato	01	01%
Rodela	11	14%
Rota	03	04%
Rótula	05	06%
TOTAL	78	100%

TABELA 2: Frequência – Carta Experimental nº 57 – ALES – RÓTULA

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Bolacha	02	05%
Bolinha	01	02%
Cabeça	01	02%
Chapa	01	02%
Chapéu	02	05%
Pataca	06	14%
Tampa	02	05%
Tramela	28	65%
TOTAL	43	100%

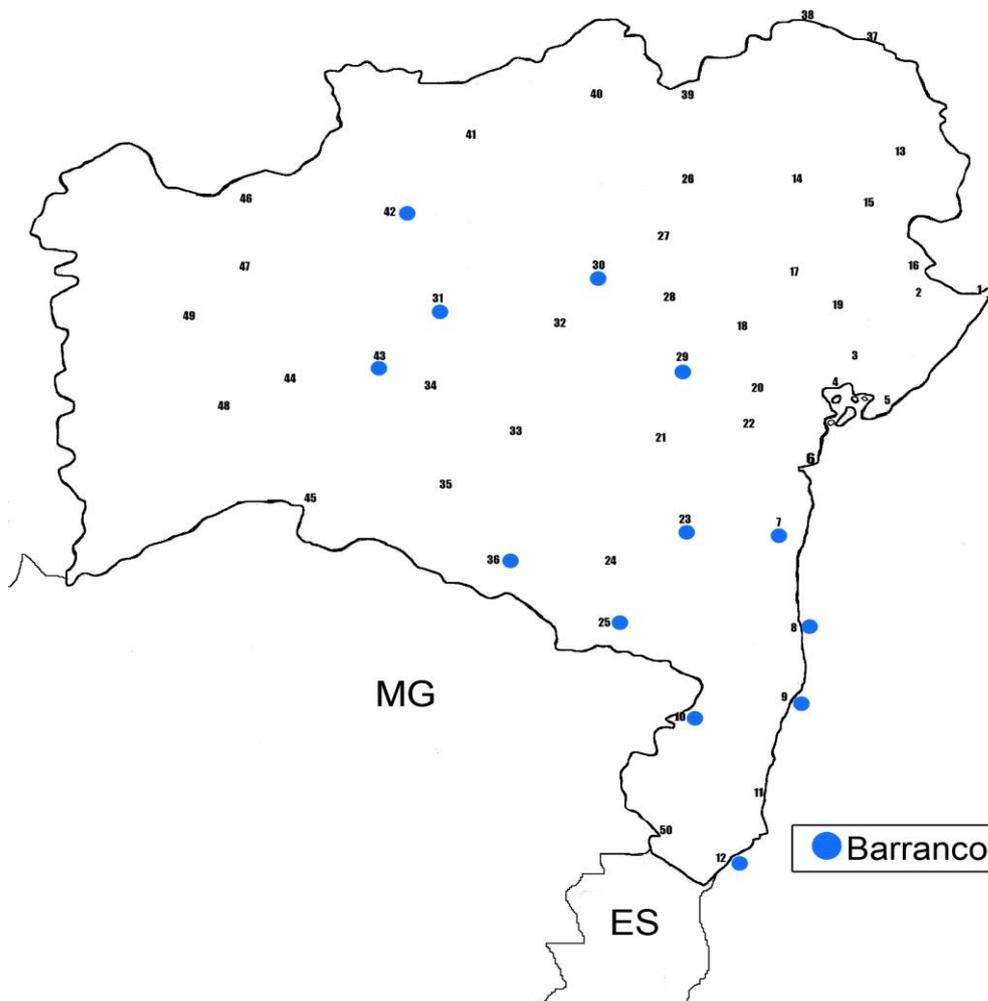
6.1.2 Margem de rio

No contraste das cartas dos atlas que evidenciam as ocorrências para *margem de rio* – APFB nº 13 e ALES nº 07, observa-se que na Bahia há diversas ocorrências, dentre as quais, *beicho d'água*, *beirada*, *área* e *barranco*, de modo que esta última se mostrou relevante para a investigação da influência. O dicionário Houaiss (2009) apresenta a acepção dessa lexia como “ribanceira de um rio com margem íngreme ou alta”. Já o dicionário Caldas Aulete (2012), apresenta essa acepção como “margem alta e íngreme de rio ou estrada; BARRANCA; RIBANCEIRA”. A referida lexia aparece mais ao centro e ao sul do território baiano.

Provavelmente, pela força da zona de contato linguístico, tal evidência confirma a ocorrência dessa lexia nos dois estados. Muito embora o ALES registre outras ocorrências como *rampa* e *margem*, a lexia *barranco* é a que se sobressai, demonstrando que a mesma lexia, bastante produtiva no sul da Bahia, também é produtiva no norte capixaba. Note-se que há uma área linguística bem nítida que vai do norte ao centro do Espírito Santo, além de algumas ocorrências ao sul, indicando possivelmente, o movimento imigratório no sentido norte – sul.

Porém, considerando-se que *barranco(a)* também aparece em outros atlas, pode-se dizer que esta é uma lexia de ocorrência comum ou categórica. No Atlas Linguístico da Paraíba, carta nº 7, aparecem as lexias: *barreira*, *beira do rio*, *ribanceira*, *vargem*, *jagem* e *vazante*. No Atlas Linguístico do Sergipe, carta nº 13, aparecem, dentre outras, as variantes *beirada*, *praia*, *paredão* e *margem*. Já no Atlas Linguístico do Paraná, carta 193, são descritas as lexias *barranco(a)*, *beiro de rio* e *margem do rio*.

Carta 3 – Adaptada da Carta nº 13 do APFB – MARGEM DE RIO



Carta 4 – Adaptada da Carta Experimental nº 07 do ALES – MARGEM DE RIO

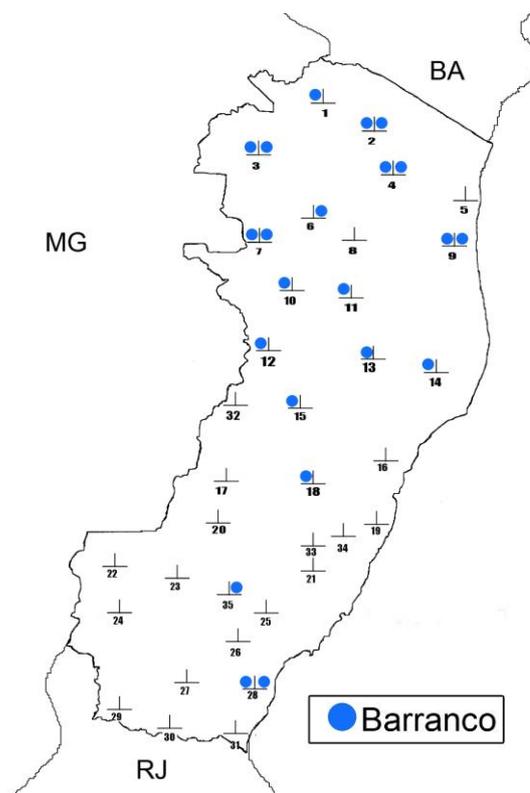


TABELA 3: Frequência – Carta nº 13 – APFB – MARGEM DE RIO

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Apicum	01	01%
Areia	09	12%
Areião	04	05%
Barranco	13	17%
Barreira	01	01%
Beicho	04	05%
Beicho d'água	10	13%
Beira	11	14%
Beira d'água	02	03%
Beirada	03	04%
Beiradão	01	01%
Braço	02	03%
Cordão	02	03%
Escombro	01	01%
Mar	01	01%
Paredão	01	01%
Parede	03	04%
Praia	05	06%
Praia de areia	01	01%
Vargem	02	03%
TOTAL	77	99%

TABELA 4: Frequência – Carta Experimental nº 07 – ALES – MARGEM DE RIO

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Barranco	22	44%
Barranqueira	02	04%
Beira do barranco	06	12%
Beirada	11	22%
Margem	06	12%
Monte de areia	01	02%
Rampa	01	02%
Vargem	01	02%
TOTAL	50	100%

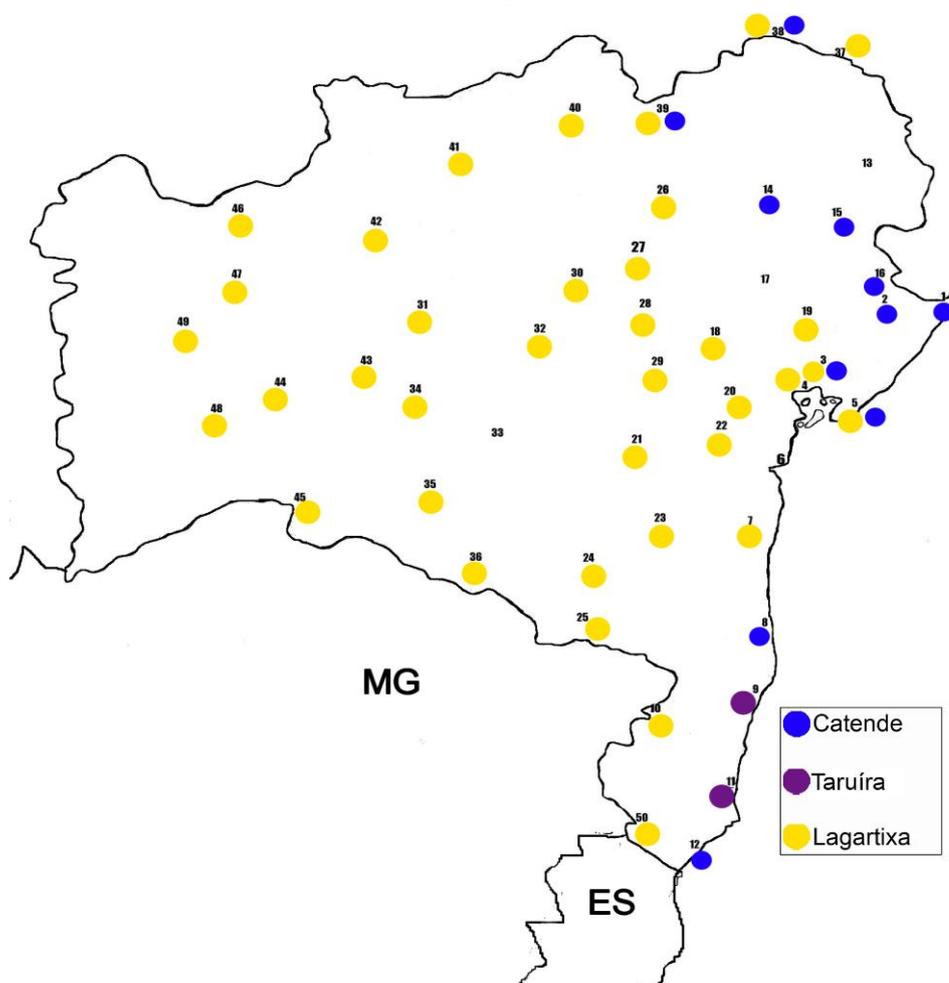
6.1.3 Lagartixa

Na carta nº 125 do APFB, que questiona qual “animal que anda no teto e na parede e come mosquito”, três lexias aparecem com maior frequência. São elas: *Catende*, que ocorre no nordeste do estado da Bahia; *taruíra*, que aparece somente no sul; e *lagartixa*, que ocupa todo território baiano, com uma menor frequência apenas na região nordeste do estado.

Ao se contrastar esse mapa com a carta nº 199 do ALES, é possível observar a ocorrência, especificamente, da lexia *taruíra*, dado o alcance que esta representa diante de outras formas registradas no estado, a saber, *calango*, *biba* e *camaleão*, todos com uma ocorrência esparsa. Com relação a *taruíra*, observa-se que esta lexia aparece em todo o território capixaba e apenas ao sul do estado da Bahia, o que revela, também, a influência do Espírito Santo sobre os falares baianos.

Já quanto à *lagartixa*, observa-se uma ocorrência esparsa ao norte e a formação de uma *isoléxica*, que vai do centro ao sul do estado. É preciso salientar que esta denominação para o animal que anda no teto e nas paredes foi registrada em outros atlas, podendo, assim, ser considerada uma lexia padrão. No Atlas Linguístico do Paraná, carta nº 63, aparecem as lexias *lagartixa*, *camaleão*, *calango*, *biba* e *serelepe*. O dicionário Caldas Aulete (2012), apresenta essa acepção de *catende* como sinônimo de *lagartixa*. Para *calango*, a obra indica “nome comum a diversas espécies de lagartos pequenos da fam. dos teiídeos”.

Carta 5 – Adaptada da Carta nº 125 do APFB –



Carta 6 – Adaptada da Carta Experimental nº 199 do ALES – LAGARTIXA

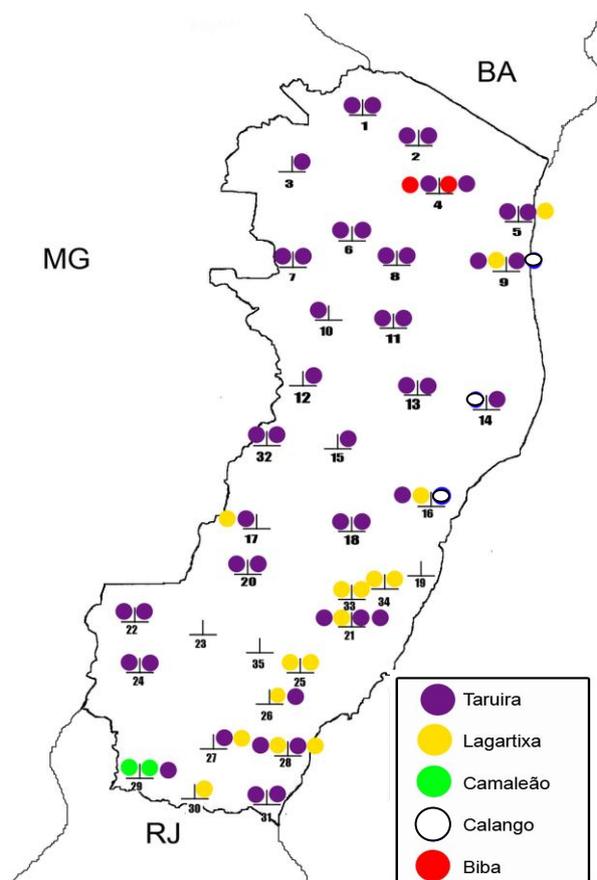


TABELA 5: Frequência – Carta nº 125 – APFB – LAGARTIXA

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Catende	11	21%
Lagartixa	40	75%
Taruíra	02	04%
TOTAL	53	100%

TABELA 6: Frequência – Carta Experimental nº 199 – ALES – LAGARTIXA

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Biba	01	02%
Calango	01	01%
Camaleão	02	03%
Lagartixa	18	27%
Taboqueira	02	03%
Taruíra	43	64%
TOTAL	67	100%

6.1.4 Avarento

Ao se investigarem as designações possíveis para *avarento*, obtêm-se os seguintes dados: com base nas cartas 103 a 105 do APFB, observa-se que as quatro lexias selecionadas para a comparação (*usurário*, *sovina*, *pão duro* e *seguro*) ocorrem em todo o território baiano, sendo que *usurário* e *sovina* se sobressaem, cobrindo praticamente o estado inteiro. O dicionário Aurélio (2001, p. 698) registra *usurário* como “que ou quem empresta dinheiro com usura, agiota”. Já *sovina* é apresentado como “avaro” (2001, p. 647).

Em muitas localidades estas formas estão em coocorrência. Pode-se observar, também, que a lexia *pão duro* ocorre basicamente no centro e no sul da Bahia, enquanto *seguro* forma uma área no sentido norte-sul. Considerando-se que as lexias *pão duro* e *seguro* são variantes mais recentes, pode-se inferir que sua menor ocorrência seja devido ao fato de os atlas estaduais privilegiarem, com relação ao perfil dos informantes, o falante rural, cujo isolamento favorece o conservadorismo e, conseqüentemente, a manutenção de arcaísmos, ao contrário da vida urbana.

Observando a carta do ALES, cuja questão 104 questiona sobre “a pessoa que não gosta de gastar seu dinheiro e, às vezes, até passa dificuldades para não gastar”, verifica-se que as quatro lexias encontradas na Bahia, também ocorrem no Espírito Santo, porém, com uma frequência mínima para *usurário* e *sovina*. Esta última aparece no nordeste, no centro e no sudoeste capixaba. Já a primeira, foi registrada uma única vez no nordeste do estado.

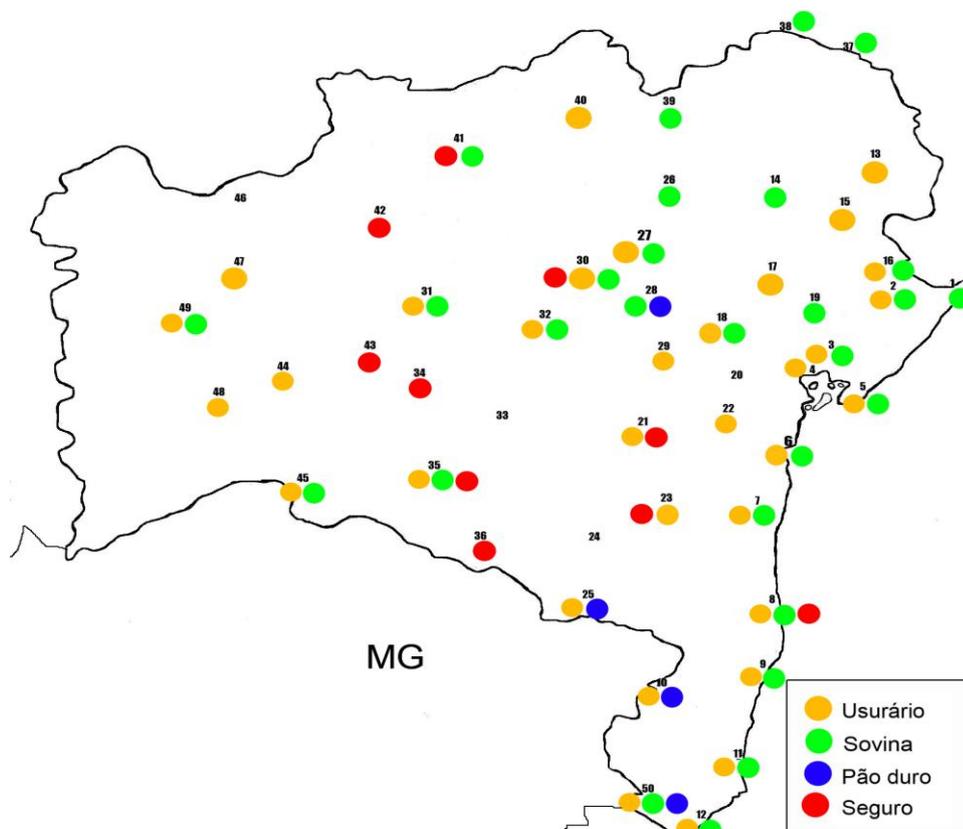
O mesmo não ocorre com as outras duas lexias. *Seguro* aparece com uma frequência considerável na direção norte-sul, embora pareça perder força nesse caminho. Já a lexia *pão duro* atravessa todo o estado do Espírito Santo, tendo sido registrada em praticamente todos os pontos do atlas. Por aparecerem, também, em outros atlas regionais, pode-se dizer que estas lexias configuram-se como ocorrências-padrão.

No Atlas Linguístico de Sergipe aparecem as lexias: *pão-duro*, *seguro*, *sovina* e

usurário. No Atlas Linguístico da Paraíba, as ocorrências são: *mesquinho*, *sovina*, *seguro* e *usurário*. Já no Mato Grosso do Sul, carta nº 260 - a, aparecem, dentre outras, as lexias *muxiba*, *siguru*, *miserável*, *máu fechada*, *munheca*, *mesquinho*, *misquinho*, *suvinu*, *unha-di-fomi*, *mortu di fomi*, *cainha* e *muquirana*. O dicionário Houaiss (2009) apresenta a acepção dessa lexia como “indivíduo obcecado por adquirir e acumular dinheiro, que não gosta de gastar, é seguro nos gastos; avaro, mesquinho, sovina”.

Carta 7 – Adaptada das Cartas nº 103 a 105 do APFB – AVARENTO

Adaptado das cartas 103, 104 e 105 do APFB



Carta 8 – Adaptada da Carta Experimental nº 104 do ALES – AVARENTO

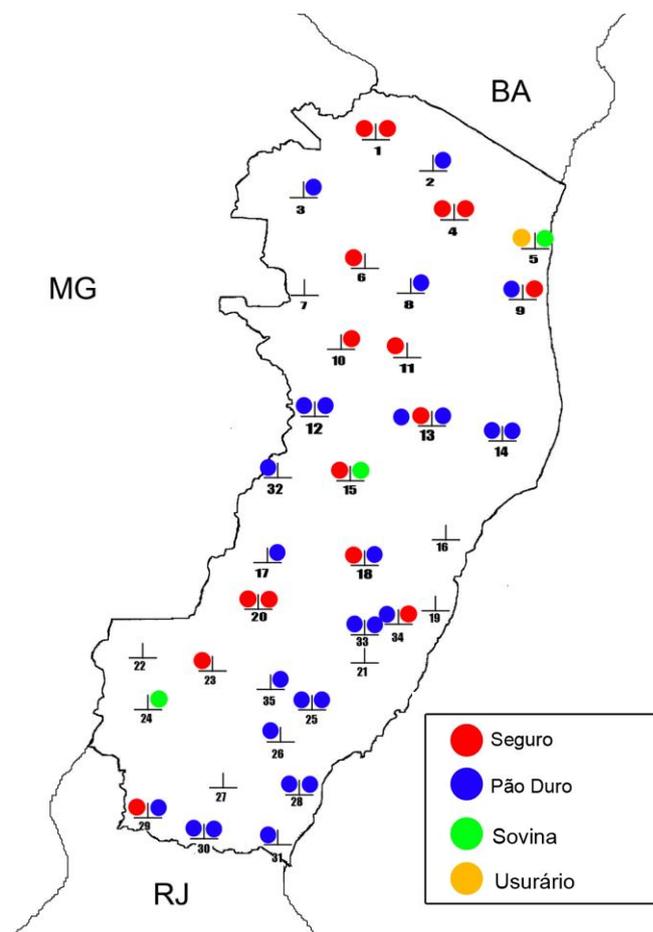


TABELA 7: Frequência – Cartas nº 103 a 105 – APFB – AVARENTO

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Agarrado	01	0,5%
Amarrado por trás	01	0,5%
Avarento	03	02%
Canguinha	59	33%
Econômico	09	05%
Escasso	01	0,5%
Esfomeado	02	0,5%
Guloso	02	01%
Mão apertada	01	0,5%
Mesquinho	01	0,5%
Morto a fome	07	04%
Pão duro	04	02%
Pechincheiro	01	0,5%
Seguro	09	05%
Somítico	04	02%
Sovina	37	21%
Usurário	34	19%
Usurento	03	02%
Velhaco	01	0,5%
TOTAL	180	100%

TABELA 8: Frequência – Carta Experimental nº 104 – ALES – AVARENTO

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Mão de vaca	09	11%
Mão fechada	06	08%
Miserável	06	07%
Muito econômico	01	01%
Munheca	01	01%
Pão duro	28	34%
Seguro	23	28%
Sovina	04	05%
Unha de fome	01	01%
Usurável	03	04%
TOTAL	82	100%

6.1.5 Nevoeiro

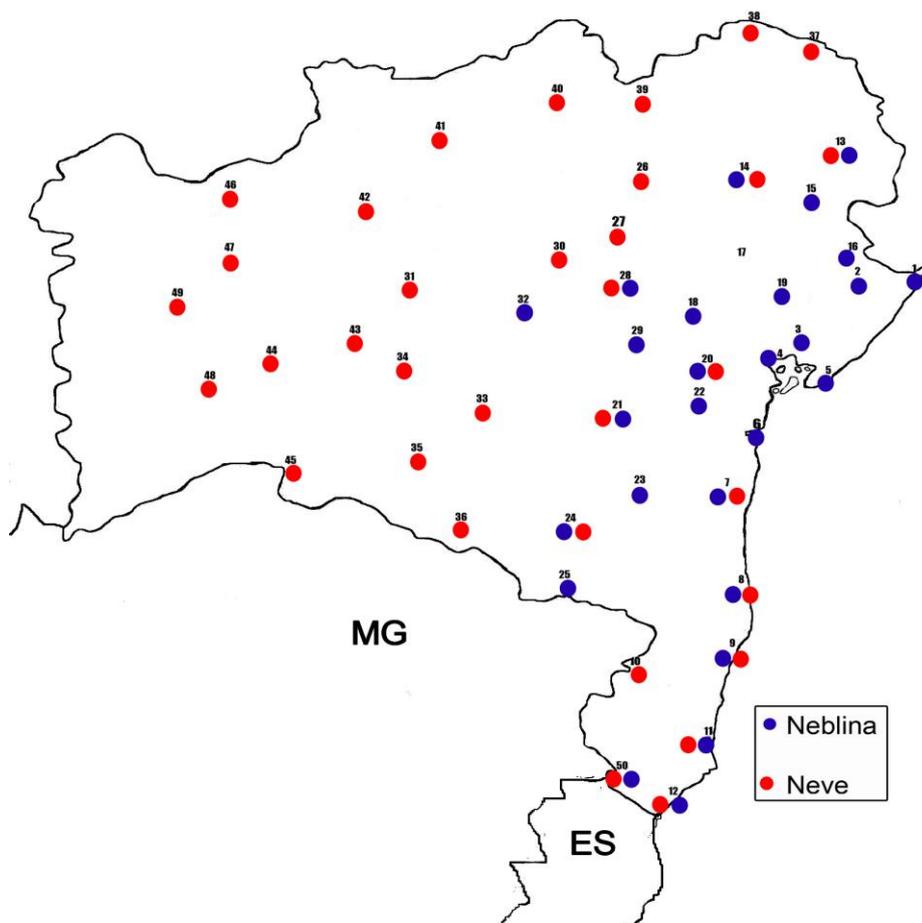
A carta 12 do APFB, que investiga as manifestações de *nevoeiro*, apresenta três ocorrências: *neblina*, *neve* e *naruega*. Observa-se a predominância e concorrência das lexias *neblina* e *neve*. Enquanto a primeira ocupa o estado no sentido nordeste-sul, sem atingir o norte e o leste, esta última aparece em todas as regiões.

Já a correspondente, a carta 17 do ALES, que questiona sobre o nome “daquela coisa parecida com fumaça, que às vezes cobre tudo pela manhã”, as respostas obtidas foram *neve*, *sereno*, *fumaça*, *neblina*, *nevoeiro* e *cerração*. Apesar de *neblina*, *nevoeiro* e *cerração* ocorrerem ao norte do Espírito Santo, fica claro o predomínio da lexia *neve*, que corresponde a uma ocorrência também comum a outros atlas linguísticos.

No Atlas Linguístico do Paraná, carta nº 33, aparecem as lexias *cerração*, *neblina*, *fumaça* e *garoa*. No Atlas Linguístico da Paraíba, carta nº 24, as ocorrências são: *nevoeiro*, *neve* e *sereno*. Já no Atlas Linguístico do Estado do Ceará, questão nº 24, as lexias que aparecem são: *frieza*, *frieza da noite*, *garoa*, *librina da noite*, *orvalho*, *neblina*, *neve*, *orvalho da noite*, *sereno* e *sereno da noite*. O Atlas Linguístico do Amazonas, carta nº 13, apresenta as lexias *neblina*, *neve*, *sereno*, *orvalho*, *garoa*, *orvalho*, *cerração*, *nevoada* e *poeira*.

O Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul, carta nº 32 - a, descreve, dentre outras, as lexias *neblina*, *cerração*, *nebrina*, *nevueru*, *nevi*, *nibrina*, *fumaça*, *serenu*, *névla* e *chuva*. Por fim, o Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais, carta nº 4, apresenta as variantes *sereno*, *orvalho*, *garoa*, *neve* e *neblina*. O dicionário Caldas Aulete (2012), apresenta essa acepção de *neblina* como “névoa densa e baixa; BRUMA; CERRAÇÃO; NEVOEIRO”.

Carta 9 – Adaptada da Carta nº 12 do APFB – NEVOEIRO



Carta 10 – Adaptada da Carta Experimental nº 17 do ALES – NEVOEIRO

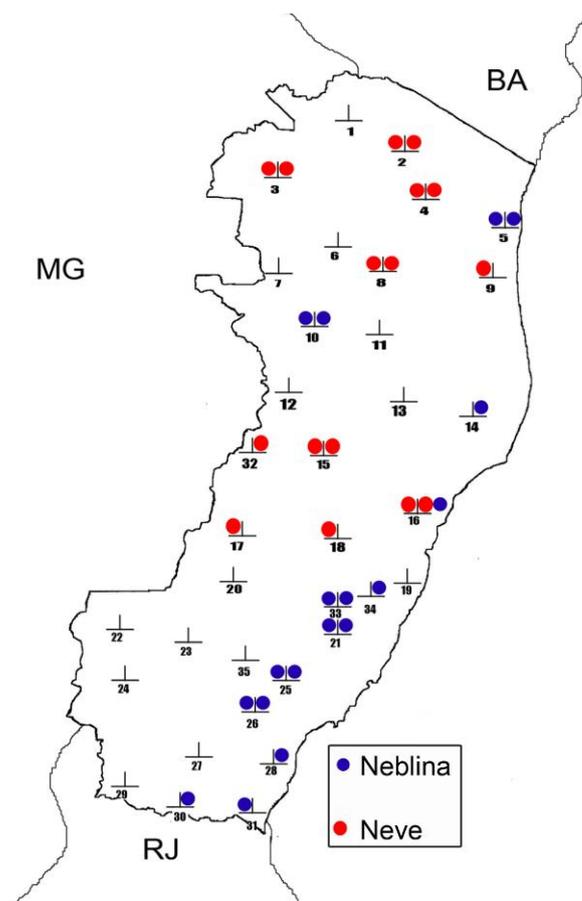


TABELA 9: Frequência – Carta nº 12 – APFB – NEVOEIRO

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Naruega	03	05%
Neblina	27	42%
Neve	34	53%
TOTAL	64	100%

TABELA 10: Frequência – Carta Experimental nº 17 – ALES –

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Cerração	25	37%
Fumaça	01	02%
Neblina	16	24%
Neve	16	24%
Nevoeiro	05	07%
Sereno	04	06%
TOTAL	67	100%

6.2 CARTAS EM QUE SE CONFIGURA A INFLUÊNCIA

6.2.1 Galinha d'angola

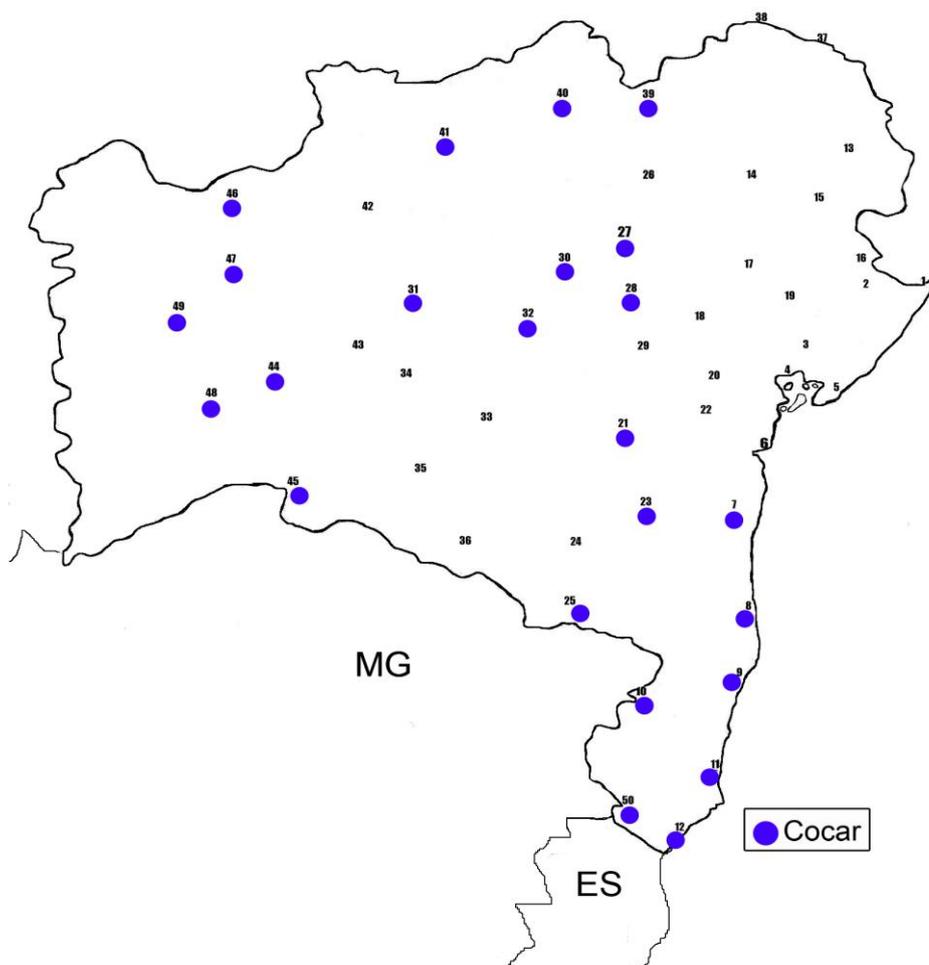
A carta 114 do APFB que descreve as ocorrências para *galinha d'angola* revela a manifestação de mais cinco lexias, a saber: *cocar*, *guiné*, *saqué*, *quenquém*, *conquém*. Observa-se que *guiné* ocorre apenas ao norte e nordeste do estado. *Saqué* concentra-se na região leste, alcançando uma parte do nordeste e da região central. *Quenquém* ocorre mais ao norte e na região central. *Conquém* ocorre apenas ao leste e *galinha d'angola* conta com apenas três ocorrências, sendo uma ao nordeste, uma ao leste e outra ao sul.

A lexia *cocar*, entretanto, ocorre em quase todo o estado, com exceção da região nordeste, concentrando-se ao sul. Já na correspondente, a carta 86 do ALES, que investiga sobre “a ave de criação parecida com galinha, de penas pretas com pintinhas brancas”, aparecem os seguintes registros: *cocar*, *tofraco*, *maria tuca*, *galinhola* e *angola*. O Atlas Linguístico do Amazonas, carta nº 17, apresenta as lexias *picota*, *carijó*, *pedrês*, *galinha d'angola* e *capote*.

As lexias *angola* e *galinhola* aparecem em quase todo o estado. As lexias *tofraco* e *maria tuca* aparecem apenas na região central. Já na região norte, até o vale do rio São Mateus, predominou a lexia *cocar*, o que permite inferir sobre a influência baiana, já que esta mesma lexia predomina ao sul daquele estado, podendo ter ultrapassado as fronteiras no sentido norte-sul. No Espírito Santo, fica claro que esta influência não ultrapassa o vale do rio São Mateus. O dicionário Caldas Aulete (2012), apresenta as lexias *cocar* e *galinhola* como sinônimo de *galinha d'angola*. Considerando-se estas evidências, tornam-se válidas as palavras de Aguilera (2007), ao afirmar que:

a concentração, a intersecção e o desaparecimento de formas lingüísticas num dado espaço geográfico são condicionadas pela história social da região, pelas características étnicas da população e por condicionantes sócio-histórico-geográficos que determinam a forma de viver e de pensar de um grupo social. Neste caso, os dados demonstraram, como é notório, que as palavras não viajam sós, elas acompanham os homens em sua constante mobilização espacial, levados pela necessidade de buscar novos horizontes e novas experiências (AGUILERA, 2007, p. 292).

Carta 11 – Adaptada da Carta nº 114 do APFB – GALINHA D'ANGOLA



Carta 12 – Adaptada da Carta Experimental nº 86 do ALES – GALINHA D'ANGOLA

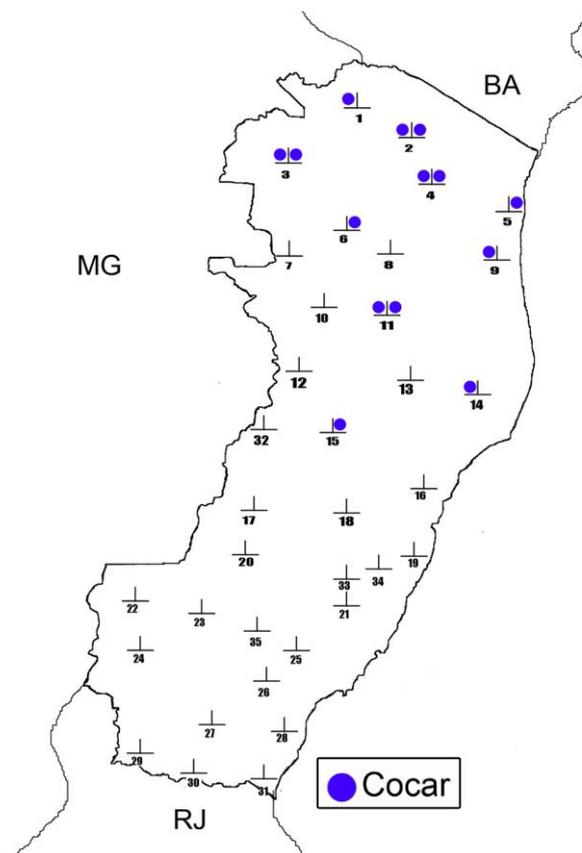


TABELA 11: Frequência – Carta nº 114 – APFB – GALINHA D'ANGOLA

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Cocar	22	34%
Conquém	03	05%
Galinha d'angola	04	06%
Guiné	08	13%
Quenquém	06	09%
Saqué	21	33%
TOTAL	64	100%

TABELA 12: Frequência – Carta Experimental nº 86 – ALES – GALINHA D'ANGOLA

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Angola	27	37%
Cocar	14	19%
Galinholá	29	40%
Maria Tuca	01	01%
Tofraco	02	03%
TOTAL	73	100%

6.2.2 Cego de um olho

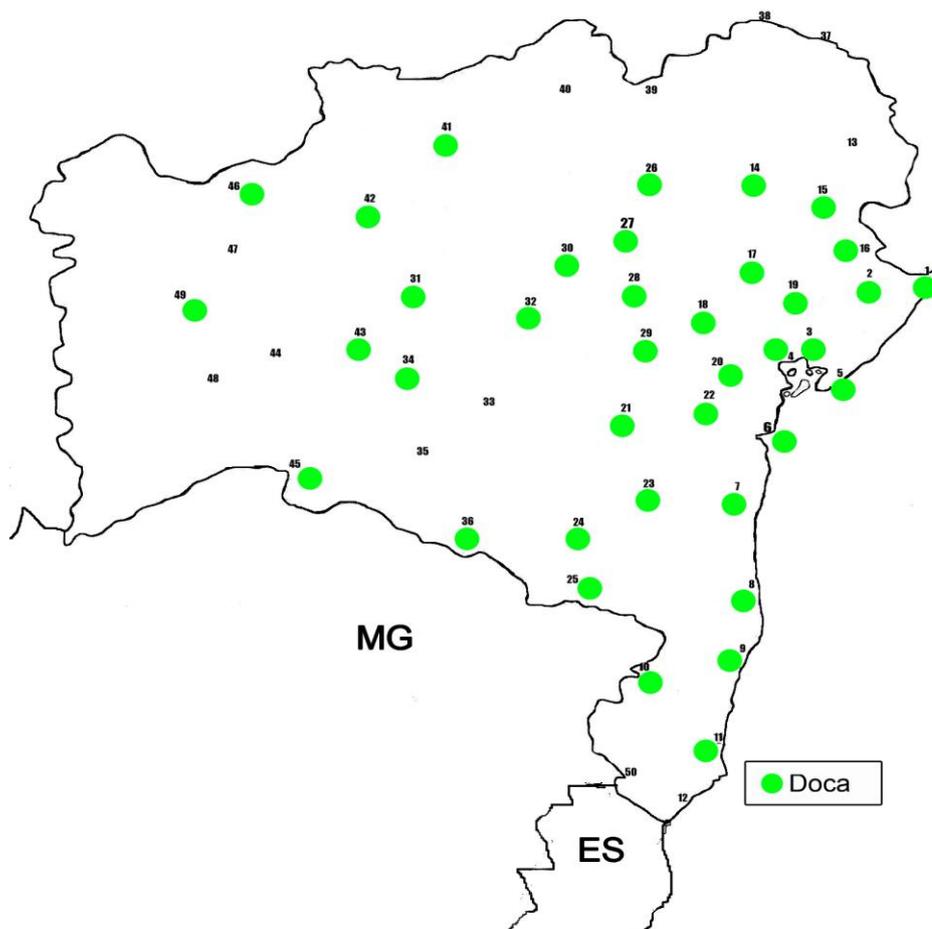
Ao se analisarem as cartas que questionam o nome dado a “quem não tem um olho”, observa-se que a carta nº 77 do APFB registra a lexia *doca* em todo o estado, com uma maior concentração ao leste e ao sul do estado. As ocorrências são mais esparsas na região oeste do território baiano e concorre com outras lexias que não foram apresentadas para fins deste estudo.

Na carta nº 138 do ALES, que questiona sobre “a pessoa que só enxerga com um olho”, é possível observar a ocorrência da lexia *doca*, entretanto, apenas ao norte do estado e com baixa frequência. Isto, certamente se deve à proximidade com o sul da Bahia e revela que a influência linguística pode ocorrer em maior ou menor grau, a depender de fatores como a frequência da palavra, a preferência pessoal, além do fluxo migratório entre os estados, que permite a troca de influências, inclusive de caráter linguístico.

No Atlas Linguístico do Amazonas, carta nº 30, são descritas, dentre outras, as variantes *cego*, *caolho*, *meia vista*, *defeituoso* e *cegueré*. No Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul, carta nº 220 - a, aparecem, dentre outras, as lexias *caolhu*, *cegu*, *zaroiu*, *cegu dum olhu*, *cegu duma vista*, *zóiu tortu*, *vegu* e *acaoiu*. O Atlas Linguístico do Paraná, carta nº 195, por sua vez, registra, dentre outras, as variantes *cego*, *caolho*, *(de) um olho só*, *zarolho*, *perdeu uma vista* e *picego*.

Esta lexia é registrada pelo dicionário Houaiss (2001) como *cego de um olho*. O ALES registra outras formas, tais como *cego d'olho*, cuja concentração maior está no norte do estado e algumas ocorrências esparsas ao centro e ao sul. Também é registrada a lexia *caolho*, presente em quase todo território capixaba. O dicionário Caldas Aulete (2012), apresenta a lexia *doca* como cego de um dos olhos, o mesmo que *caolho* ou *zarolho*. Já o dicionário Houaiss (2009) apresenta as formas *zarolho* e *caolho* para *cego de um olho*.

Carta 13 – Adaptada da Carta nº 77 do APFB – CEGO DE UM OLHO



Carta 14 – Adaptada da Carta Experimental nº 138 do ALES – CEGO DE UM OLHO

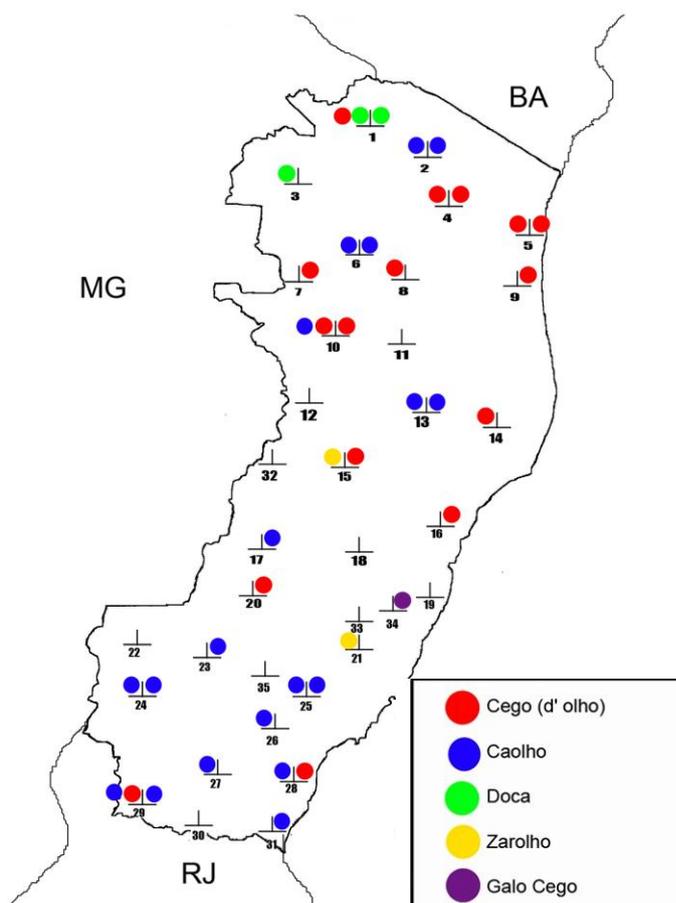


TABELA 13: Frequência – Carta nº 77 – APFB – CEGO DE UM OLHO

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Doca	38	93%
Piloto	01	02%
Potó	02	05%
TOTAL	41	100%

TABELA 14: Frequência – Carta Experimental nº 138 – ALES – CEGO DE UM OLHO

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Caolho	20	49%
Cego d'olho	15	37%
Doca	02	05%
Galo cego	01	02%
Zarolho	03	07%
TOTAL	41	100%

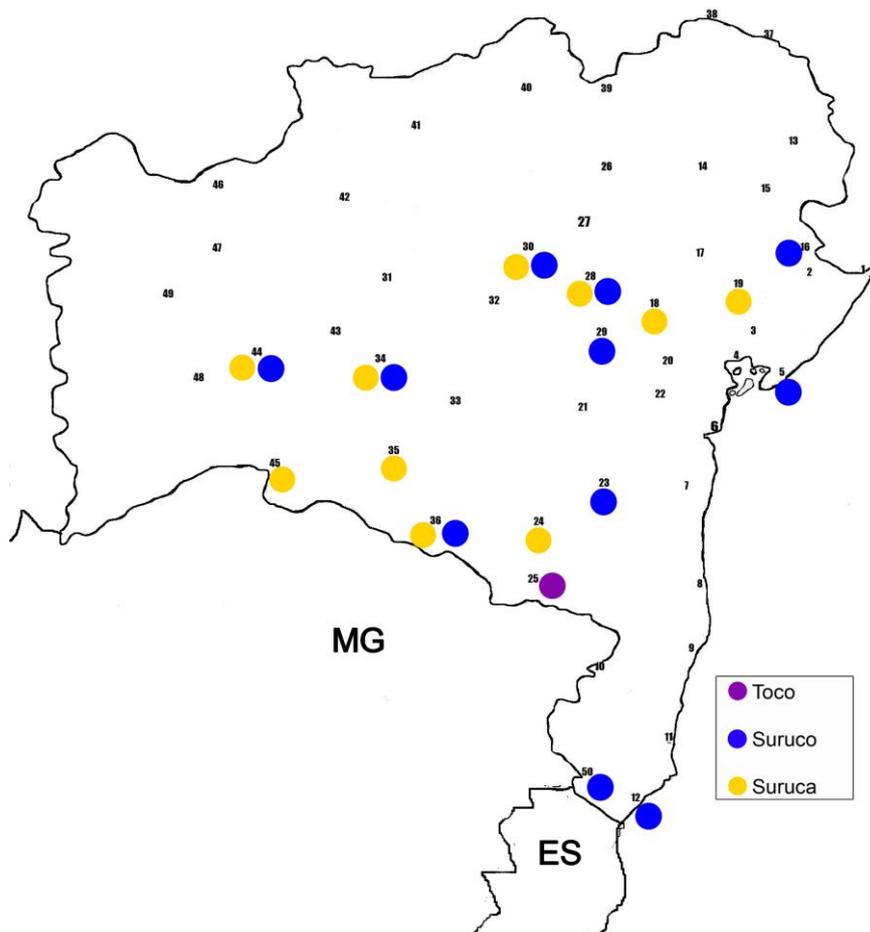
6.2.3 Suro

Na carta nº 113 do APFB, que apresenta as lexias referentes ao “animal que não tem rabo”, aparecem algumas formas como *suro(a)*, *lambu* e *nambu*. Entretanto, consideraram-se relevantes para a análise as lexias *toco*, *suruco* e *suruca*. As duas últimas aparecem mais ao centro e nordeste, sendo que *suruco* ocorre também ao sul. Já a lexia *toco* aparece apenas ao sul do estado.

Cotejando essa carta com a de nº 88 do ALES, pode-se observar a influência que ocorre parcialmente sobre os aspectos linguísticos do Espírito Santo. A lexia *toco* aparece ao norte do estado, formando uma isoléxica bem nítida, em concorrência com outras formas registradas no Espírito Santo, como *cotó* e *totó*.

Com relação à lexia *toco*, a influência parece ser do Espírito Santo sobre a Bahia, já que a lexia *toco*, de expressiva frequência ao norte capixaba, aparece uma ocorrência única ao sul da Bahia. Já a lexia *suruco* aparece de maneira esparsa ao sul do estado. No Atlas Linguístico do Paraná, carta nº 60, aparecem as lexias *cotó*, *pitoco*, *rabicó* e *tocó*. O dicionário Caldas Aulete (2012), apresenta a lexia *cotó* como “animal que não tem rabo ou que o tem mutilado”.

Carta 15 – Adaptada da Carta nº 113 do APFB – SURO



Carta 16 – Adaptada da Carta Experimental nº 88 do ALES – SURO

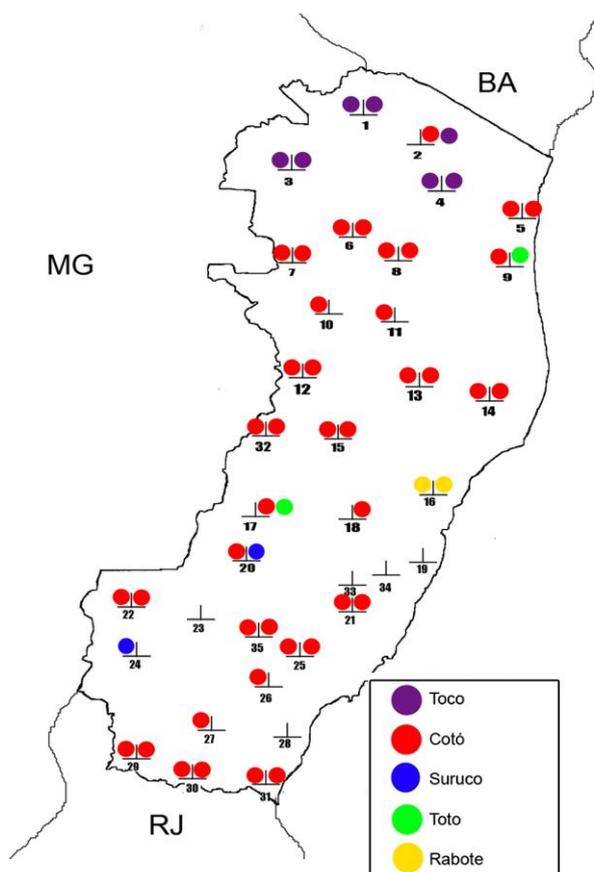


TABELA 15: Frequência – Carta nº 113 – APFB – SURO

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Buguelo	01	01%
Lambu	04	04%
Nambu	04	04%
Poró	01	01%
Suro (a)	69	65%
Suruco (a)	24	22%
Surungo (a)	02	02%
Toco	01	01%
TOTAL	106	100%

TABELA 16: Frequência – Carta Experimental nº 88 – ALES – SURO

VARIANTE	OCORRÊNCIAS	%
Cotó	42	79%
Pitoco	01	02%
Rabote	02	04%
Toco	07	13%
Totó	01	02%
TOTAL	53	100%

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ora realizado revela a necessidade de se empreenderem investigações mais aprofundadas no âmbito da Dialetologia, como forma de buscar a compreensão dos fenômenos linguísticos. Nesse caso específico, procurou-se evidenciar, através do léxico, a possível influência da Bahia sobre o Espírito Santo, considerando, para tanto, a análise das cartas selecionadas nos atlas linguísticos referentes a ambos os estados.

Conforme os autores elencados na fundamentação teórica, o léxico pode ser considerado patrimônio histórico e cultural de um povo, de maneira que o falante determina esse processo a partir das suas experiências cotidianas. A Dialetologia e a Geolinguística fornecem, portanto, suporte metodológico para a recolha de dados e posterior análise, evidenciando especificidades linguísticas de uma região escolhida para o estudo.

Quanto ao Espírito Santo, observou-se que, apesar de possuir uma população com considerável diversidade étnica, o estado conta com sua própria realidade linguística. Sendo assim, é falso dizer que os capixabas carecem de uma identidade linguística, como ainda pensam algumas pessoas. É justamente na diversidade cultural característica do estado que reside sua riqueza linguística.

Com relação à classificação de Nascentes (1953) sobre os dialetos brasileiros, apesar de ser confirmada em muitos estudos, demanda análises mais profundas em cada região, com dados representativos de todo território brasileiro (ALTENHOFEN, 2002), a fim de se comprovar o estudo. É o caso do Espírito Santo, classificado apenas no subfalar carioca. Para Rodrigues (2008), o detalhamento da fala capixaba demanda uma revisão dessa classificação, de modo que o esse estudo buscou contribuir com essa proposta.

Considerando-se a hipótese levantada a partir do estudo feito por Zágari (2005) em Minas Gerais, em que o autor identifica área do subfalar baiano, é possível dizer que no Espírito Santo ocorre processo semelhante. A presença de algumas lexias

baianas em solo capixaba revela a ocorrência de áreas linguísticas ao norte do Espírito Santo. Por outro lado, a presença de algumas lexias do Espírito Santo no sul da Bahia também pode caracterizar influência. Ao se cotejarem as cartas selecionadas para o estudo, observou-se que em cinco lexias não se configura a influência. As cartas analisadas que se referem a *rótula do joelho* apresentaram uma ocorrência comum também ao outros atlas.

No APFB, aparecem as lexias *bolinha*, *rodela*, *patinho*, *bolacha* e *pataca*. No ALES são descritas lexias como *pataca*, *bolacha* e *tramela*, sendo esta última comum apenas ao Espírito Santo. No ALPB, aparecem, dentre outras, as variantes *bolacha*, *patinho*, e *rótula*. Já o ALS - I apresenta as lexias *bolinha*, *bolacha*, *patinho* e *rótula*. Desse modo, fica comprovada a ocorrência comum das lexias analisadas.

Contrastando-se as cartas referentes a *margem de rio*, o APFB registra *beijo d'água*, *beirada*, *área* e *barranco*. No ALES, aparecem as lexias *rampa*, *barreira*, *vargem*, *margem* e *barranco*. No ALPB são apresentadas as lexias *barreira*, *beira do rio*, *ribanceira*, *vargem*, *jagem* e *vazante*, sendo, pois, essas lexias, consideradas como de ocorrência-padrão.

Com relação ao “animal que anda no teto e na parede e come mosquito”, o APFB apresenta as lexias *catende*, *taruíra* e *lagartixa*. O ALES apresenta, entre outras, *taruíra*, *lagartixa*, *calango*, *biba* e *camaleão*. No ALPR, são registradas as lexias *lagartixa*, *camaleão*, *calango*, *biba* e *serelepe*. Desse modo, observa-se que as ocorrências verificadas no ALES e no APFB também são comuns ao ALPR.

Dentre as designações relativas a *avarento*, no APFB (cartas 103 a 105), são registradas as seguintes: *usurário*, *sovina*, *pão duro* e *seguro*. O ALES, por sua vez, registra, dentre outras lexias, *pão duro*, *miserável usurário* e *sovina*. No ALS - I são descritas as lexias *pão-duro*, *seguro*, *sovina* e *usurário*. Já no ALPB ocorrem as variantes *mesquinho*, *sovina*, *seguro* e *usurário*.

Para *nevoeiro*, o APFB, apresenta as lexias *neblina*, *neve* e *naruega*. No ALES, as designações são *neve*, *sereno*, *fumaça*, *neblina*, *nevoeiro* e *cerração*. No ALPR

aparecem as lexias *cerração*, *neblina*, *fumaça* e *garoa*. O APFB apresenta as formas *nevoeiro*, *neve* e *sereno*. O ALECE, por sua vez, registra as variantes *frieza*, *frieza da noite*, *garoa*, *librina da noite*, *orvalho*, *neblina*, *neve*, *orvalho da noite*, *sereno* e *sereno da noite*. Sendo assim, manifestações caracterizam a ocorrência-padrão.

Observou-se, no estudo, a influência linguística da Bahia sobre o Espírito Santo, a partir da ocorrência de três lexias. Para *galinha d'angola*, o APFB registra as lexias *cocar*, *guiné*, *saqué*, *quenquém*, *conquém*. No ALES, aparecem as lexias *cocar*, *tofraco*, *maria tuca*, *galinhola* e *angola*, sendo que *cocar* predomina ao norte, aproximadamente até o vale do rio São Mateus, o que confirma a hipótese sobre a influência da área linguística baiana.

Sobre as cartas que questionam o nome dado a “quem não tem um olho”, o APFB apresenta a variante *doca* em todo o estado, com maior concentração ao leste e ao sul. O ALES, por sua vez, registra essa mesma lexia ao norte do Espírito Santo, demonstrando, assim, a manifestação da influência, a partir das induções de índole histórica, como afirma Coseriu (1987).

Dentre as representações para o “animal que não tem rabo”, o APFB registra *toco*, *suruco* e *suruca*. No ALES, é possível observar a influência, através da lexia *toco*, que forma uma área linguística ao norte e *suruco*, com duas ocorrências ao sul do estado. Desse modo, as ocorrências também revelam a influência exercida pela Bahia sobre o Espírito Santo.

A verificação da influência linguística da Bahia sobre o Espírito Santo, sob enfoque da Dialetoлогия, toca diretamente nos aspectos geográfico e histórico, de modo que é preciso considerar, dentre outros fatores, o processo de povoamento tardio do solo capixaba (COMETTI; GIRARDI, 2006). Um dos arcos importantes para a ocupação do solo capixaba foi o da Bahia em direção ao extremo norte do Espírito Santo, como afirma Borgo et al (1996).

Com relação às discussões sobre léxico e cultura, torna-se possível compreender, com base nos teóricos elencados, bem como, na análise dos dados, que é

justamente neste nível que os falantes possuem maior liberdade para expressar o mundo à sua volta, já que se trata de um sistema aberto (BIDERMAN, 2001; SANTOS, 2011). No caso específico dos falares regionais, colaboram para tal processo, fatores geográficos e sociais (ISQUERDO, 2001), que irão revelar, dentre outras questões, as influências linguísticas causadas pelo contato entre diferentes povos, por força do fluxo migratório.

Com este estudo, espera-se contribuir com as discussões sobre variação linguística, demonstrando que todos os falares são relevantes para os seus respectivos usuários, uma vez que cumprem o papel fundamental da interação através da língua. Além dos fatores geográficos, sociais e históricos apontados por Machado Filho (1974) como constitutivos da formação dialetal, também estão em jogo, nesse processo, os sentimentos de pertença, identificação dos falantes (VENDRYES, 1921).

Sendo assim, a investigação sobre a existência de áreas linguísticas distintas no território brasileiro, bem como sua vinculação a falares específicos, pode contribuir para a desmitificação do preconceito linguístico, que se manifesta a partir da relação de prestígio ou desprestígio, oriunda da norma-padrão. Também é possível desmitificar a ideia de língua homogênea, que a tradição gramatical ainda insiste em defender. Desse modo, torna-se possível, oferecer subsídios para lexicógrafos e estudiosos da língua portuguesa, além de refletir sobre uma prática de ensino de língua materna que considere o fenômeno da diversidade linguística.

8 REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci et alli (Org.). **Documentos 1**. Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: EDUFBA, 2004.

ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos. **Micro Atlas Fonético do estado do Rio de Janeiro**: uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago. 2004. **As consoantes do português falado no Vale do Cuiabá**. Signum: Estudos da linguagem, nº 7/1, p. 149 – 163.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. **Áreas linguísticas do português falado no Sul do Brasil**: um balanço das fotografias lingüísticas do ALERS. In: VANDRESEN, Paulino. *Variação e mudança no português falado da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2002. p. 115-145.

ALTINO, Fabiane Cristina. **Atlas Linguístico do Paraná – ALPR-II**. Tese (Doutorado). 2. V. Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

ALVAR, Manuel. **Hacia los conceptos de lengua, dialecto y habla**. México: D. F. & Austin, Texas, 15, jan./jun.. 1961

ARAGÃO, Maria do Socorro. **Os estudos dialetais e geolinguísticos no Brasil**. RRL, LIII, 1–2, p. 125–140, Bucureşti, 2008.

ATLAS LINGÜÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS). Volume 1: Introdução; Volume 2: Cartas Fonéticas e Cartas Morfossintáticas. ALTENHOFEN, Cléo V.; KLASSMANN, Mário Silfredo; KOCH, Walter (orgs.) et al. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed da UFSC; Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

BARBOSA, M. A. **Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação**. In Anais do II Simpósio Latino-Americano de Terminologia. I Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científica. Brasília, 1990. p. 152-158.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **As ciências do léxico**. In: OLIVEIRA, Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2 ed. Campo Grande: editora UFMS, 2001, p. 13-22.

_____. **O português brasileiro e o português europeu: identidade e contrastes.** In: Revue Belge de Philologie et D'Histoire. Liège, 2001.

_____. **Teoria linguística.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORBA, Francisco da Silva. **Pequeno vocabulário de lingüística moderna.** 2ª ed. rev. e aum. São Paulo : Nacional, 1976.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **A geografia linguística no Brasil.** São Paulo: Ática, 1991.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Atlas Lingüístico de Sergipe II.** Rio de Janeiro: S. A. M. da S. Cardoso, 2002. 2 v.

_____. **Projeto ALiB: descrição e estágio atual.** In: Revista da ABRALIN, v.8, n.1, p. 185-198 jan./jun. 2009.

_____. **Projeto atlas linguístico do Brasil – ALiB.** Reunião do Comitê Nacional. Maceió: 1997.

_____. **Para uma delimitação das áreas dialetais do Brasil.** CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, 1., 1994, Salvador. Atas... Salvador: ABRALIN; FINEP; UFBA, v. 1, p. 181-186, 1996. Conferências e mesas-redondas.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade. **Um passo da geolingüística brasileira: o Projeto ALiB.** In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Orgs.) Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

CARRETER, Fernando Lázaro. **Diccionario de términos filológicos.** 3ª edición corregida. Madrid : Gredos, 1974.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. **Dialectology.** Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

COMETTI, Renata de Souza; GIRARDI, Gisele. **Dinâmica do uso e ocupação do solo no litoral sul do estado do Espírito Santo, Brasil.** Desenvolvimento e Meio

Ambiente, Paraná, jan./jun., n. 13, p. 51-73, 2006.

CORRÊA, Iran Carlos Stalliviere. **Minuta original do Tratado de Tordesilhas 7 de junho de 1494**. Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe Departamento de Geodésia. UFRGS, Junho de 2009.

COSERIU, Eugenio. A geografia linguística . In: **O homem e sua linguagem**. Rio de Janeiro: Presença, 1982.

_____. **Sentido y tareas de la dialectología**. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.

_____. **Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1979.

COSTA, Maria Cida et al. **Correntes Imigratórias no Espírito Santo: alemães, italianos e libaneses, uma visão didática para o Ensino Fundamental e Médio**. Vitória: EDUFES, 1962.

CRISTIANINI, Adriana Cristina; ENCARNAÇÃO, Márcia Regina Teixeira da. **De Antenor Nascentes ao Projeto Atlas Linguístico do Brasil - ALiB: conquistas da Geolingüística no Brasil**. Letra Magna - Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura - Ano 03- n.05 -2º Sem.2006.

CUNHA, Celso. **Uma política do idioma**. Salvador: UFBA, 1968.

DE PAULA, ALESSANDRO. **Florística e fitossociologia de um trecho de floresta ombrófila densa das terras baixas na reserva biológica de Sooretama, Linhares – ES**. Tese (Doutorado). São Carlos – SP: Universidade Federal de São Carlos, 2006.

DUBOIS, Jean et alii. **Dicionário de lingüística**. São Paulo : Cultrix, 1978.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

GIRARDI, Gisele; COMETTI, Renata de Souza. **Dinâmica do uso e ocupação do solo no litoral sul do estado do Espírito Santo, Brasil**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 13, p. 51-73, jan./jun. 2006. Editora UFPR.

GUIMARÃES, Tânia Braga. **Para um Atlas Linguístico de São Francisco do Sul (ALSFS): há nesta ilha um falar específico?** . Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina. Monografia para exame de qualificação, 2007.

HOUAISS, A., Mauro de Salles, **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2004.

INNOCENTINI, Thaís Cristina. **Capitanias Hereditárias: Herança colonial sobre desigualdade e instituições**. Dissertação (Mestrado). FGV: São Paulo, 2009.

ISQUERDO, A. N. **Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa**. In: ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. P. de (Orgs.). Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2001.

JUD, J. **La valeur documentaire de l'Atlas linguistique de l'Italie et de la Suisse méridionale (AIS)**. In: RLiR, IV(1928).

MACEDO, Fernando Cezar; MAGALHÃES, Diogo Franco. **Formação econômica do espírito santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional**. Revista de História Regional 16(1): 61-99, Verão, 2011.

MALMBERG, Bertil. **As novas tendências da lingüística: uma orientação à lingüística moderna**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, Editora da USP. 1971.

MARGOTTI, Felício Wessling. **Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil**. 2004. 332 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MIRA MATEUS, Maria Helena; CARDEIRA, Esperança. **Norma e variação**. Lisboa: Caminho, 2007.

MORAES, Neida Lúcia. **Espírito Santo: história de suas lutas e conquistas**. Vitória: Artigraf: 2002.

MOREIRA, Thais Helena Leite; PERRONE, Adriano. **História e geografia do Espírito Santo**. 8. ed. Vitória: Gráfica Sodré, 2007.

MOTA, Jacyra Andrade. **A Dialektologia na Bahia** IN: AGUILERA, V. (org.). A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: Editora da UEL, 2005.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). **Documentos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006. n. 2, p. 27-34.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2 ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953. p. 19.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. Paulo: Contexto, 1994 (Repensado a língua portuguesa).

PEREIRA, Maria das Neves. **Atlas geolinguístico do litoral potiguar – ALiPTG**. Volume I. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

POTTIER, Bernard. **Estruturas Linguísticas do Português**. 3 ed. Trad. Albert Audubert, Cidmar Teodoro Pais. Rio de Janeiro: Difel, 1975.

PROJETO Atlas Linguístico do Brasil. 2012. Disponível em: <http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/WebHome>. Acesso em: 10 jan 2012.

RAMANZINI, Haroldo. **Introdução à linguística moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.
RECTOR, Mônica. **A Linguagem da Juventude: uma pesquisa geo-sociolinguística**. Petrópolis: Vozes, 1975.

RODRIGUES, Catarina Vaz. **Atlas linguístico do Espírito Santo (ALES): dados do questionário lexical**. In: DESIDERATO, Juliano Antonio (Org.). Estudos descritivos do português: história, uso e variação. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 11-26

ROSSI, Nelson. **Atlas prévio dos falares baianos**. Rio de Janeiro: INL, 1963.

SANTOS, Irenilde Pereira dos. **A variação lexical em atlas linguísticos paulistas: considerações em torno de “chuva”**. In: SILEL. Uberlândia, 2011. **Anais...** CD Rom. Uberlândia: UFU, 2011. v2.

SILVA NETO, S. **Guia para estudos dialetológicos**. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

SILVA NETO, **Serafim da. Introdução aos estudos da língua portuguesa no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, Brasília: INL, 1986.

SILVA NETO, Serafim. **Guia para estudos dialectológicos**. Florianópolis: Faculdade Catarinense de Filosofia – Publicações do Centro de Estudos filológicos nº 4. 1955.

SILVA, Maria Emília Barcellos da. **Os estudos dialetológicos e o seu compromisso com o ensino**. 2003. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/volume2/numero1/06.htm>. Acesso em 10 jan 2012.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500/1820)**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

TAUNAY, A.; MORAES, D. **História do Brasil**. 2º ano colegial. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1952.

TERRACHER, A. **Géographie linguistique**. Histoire et philologie, em BSLP, XXIV (1924).

TERRACINI, B. **Guida allo studio della linguistica storica, I**. Profilo storico-critico. Roma, 1949.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

THUN, H. **La géographie linguistique romane à la fin du XXe. Siècle**. CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES, 22., 1998a, Bruxelas. Actes... v. 3. Vivacité et diversité de la variation linguistique. Tübingen: Niemeyer, 2000b, p. 367-388.

THUN, H. **La geolingüística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay)**. CONGRESSO INTERNAZIONALE DI LINGUISTICA E FILOLOGIA ROMANZA, 21., 1995, Palermo. In: RUFFINO, Giovanni (org.). Atti... Tübingen: Niemeyer, 1998b. p. 701-729.

VENDRYES, J. **Le langage**: Introduction linguistique à l'histoire. Paris: La renaissance du Livre, 1921.

VIANNA, H. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

VILELA, Mario. **Estudos da lexicografia do português**. Coimbra: Almedina, 1994.

VIDOS, B. E. **Manual de Linguística Românica**. Vol. I História e Metodologia. Trad. de José Pereira da Silva. Edição do Tradutor, 2001.